

Licença



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Fonte: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/445>. Acesso em: 09 ago. 2023.

Referência

ANDRADE, Liza Maria Souza de et al. **I Encontro Nacional sobre a extensão na Pós-graduação e assessoria técnica para a produção do habitat mais saudável, resiliente e solidário no campo e na cidade**: residências acadêmicas, cursos de especialização e grupos de pesquisa e extensão. Brasília, DF: LaSUS FAU: Editora Universidade de Brasília, 2023. 237 p. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/445>. Acesso em: 09 ago. 2023.

1º ENCONTRO NACIONAL SOBRE EXTENSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA PARA A PRODUÇÃO DO HABITAT MAIS SAUDÁVEL, RESILIENTE E SOLIDÁRIO NO CAMPO E NA CIDADE



RESIDÊNCIAS ACADÊMICAS, CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO

LIZA MARIA SOUZA DE ANDRADE | ANA LUIZA AURELIANO SILVA | JOÃO LIMA FARIAS
VALMOR CERQUEIRA PAZOS | SIMONE PARRELA TOSTES | PEDRO LANGELLA TESTOLINO
FRANCISCO TOLEDO BARROS DIEDERICHSEN

REALIZAÇÃO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Catálogo I Encontro Nacional sobre a extensão na Pós-graduação e assessoria técnica para a produção do habitat mais saudável, resiliente e solidário no campo e na cidade [livro eletrônico] : residências acadêmicas, cursos de especialização e grupos de pesquisa e extensão / Liza Maria Souza de Andrade...[et al.]. -- Brasília, DF : LaSUS FAU: Editora Universidade de Brasília, 2023.
PDF

Outros autores: Ana Luiza Aureliano Silva, João Vitor Lopes Lima Farias, Valmor Cerqueira Pazos, Simone Parrela Tostes, Pedro Langella Testolino, Francisco Toledo Barros Diederichsen.

Bibliografia.
ISBN 978-65-84854-15-4

1. Arquitetura 2. Extensão universitária
3. Habitação - Aspectos ambientais 4. Habitação - Aspectos sociais 5. Moradia I. Andrade, Liza Maria Souza de. II. Silva, Ana Luiza Aureliano. III. Tostes, Simone Parrela. IV. Pazos, Valmor Cerqueira. V. Testolino, Pedro Langella. VI. Diederichsen, Francisco Toledo Barros. VII. Farias, João Vitor Lopes Lima.

23-164671

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura 720

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

APOIO

ANPARQ

FINATEC



BR
CIDADES



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL



FICHA TÉCNICA

Reitora: Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor: Enrique Huelva
Decana de Pesquisa e Inovação: Maria Emília Machado Telles Walter
Decano de Pós-Graduação: Lucio Remuzat Rennó Junior

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Diretor da FAU: Caio Frederico e Silva
Vice-Diretoria da FAU: Maria Cláudia Candeia
Coordenadora de Pós-Graduação: Maria Fernanda Derntl

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação de Produção: Ana Luiza Aureliano Silva
Diagramação: João Lima Farias
Elaboração de Capa: João Lima Farias
Revisão: Ana Luiza Aureliano Silva
Angela Gordilho Souza
Liza Maria Souza de Andrade
Laura Machado de Mello Bueno
Vera Santana Luz

Colaboração: Antonia Sheila Gomes Lima
Livia Barros Wiesinieski
Natália da Silva Lemos

Organização: Liza Maria Souza de Andrade
Ana Luiza Aureliano Silva
João Vitor Lopes Lima Farias
Valmor Cerqueira Pazos
Simone Parrela Tostes
Pedro Langella Testolino
Francisco Toledo Barros Diederichsen

Sumário

| | |
|---|-----|
| 01. Introdução | 08 |
| 02. Residências e Cursos Lato Sensu | 16 |
| 03. Grupos de Pesquisa e Extensão | 110 |
| 04. Conclusão - Desafios e Perspectivas | 232 |



Introdução

O 1º Encontro Nacional sobre Extensão na Pós-Graduação e Assessoria Técnica para a Produção do Habitat mais saudável, resiliente e solidário no campo e na cidade. Residências Acadêmicas, Cursos de Especialização e Grupos de Pesquisa e Extensão teve por objetivo reunir Residências Acadêmicas, Cursos de Especialização Lato Sensu e Grupos de Pesquisa e Extensão que tratam da complexidade da produção do habitat e da assessoria/assistência técnica, ampliando o debate sobre os desafios, possibilidades e perspectivas para a realização da extensão na pós-graduação. Além disso, buscou-se estabelecer um diálogo sobre a valorização do conhecimento produzido a partir da extensão nos territórios populares no âmbito da pós-graduação.

O Encontro, organizado pela Residência Multiprofissional CTS do PPG/FAU/UnB, com o patrocínio do CAU-BR e da FAP-DF, com apoio do GT-Extensão da ANPARQ, da Rede BrCidades e da Rede Moradia-Assessoria, reuniu experiências de todas as regiões do país e visou dar continuidade ao debate realizado em 2020 no SEMINÁRIO de RESIDÊNCIA em Arquitetura e Urbanismo, organizado pela UFSC/CAU-SC, que iniciou o processo de reunir pesquisadores/professores que estão à frente da criação de cursos lato sensu, para formar estudantes da pós-graduação comprometidos com a assessoria/assistência técnica (ATHIS), com apoio dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo - CAUs - no âmbito nacional.

Durante o evento, buscou-se estabelecer um diálogo sobre a produção do conhecimento a partir da extensão nos territórios populares, no âmbito da pós-graduação e os desafios ante a pressão produtivista posta aos programas de pós-graduação. Ao todo, foram reunidas **14 Residências/Cursos Lato Sensu**, que apresentaram suas trajetórias nos dois primeiros dias de evento (dias 17/08 e 18/08 de 2022). São eles:

- Residência Multiprofissional CTS - Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica - PPG-FAU/UnB - Liza Andrade, Ricardo Néder, Aldira Dominguez, Flaviana Canavesi, Raquel Moraes e Perci Coelho;
- Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade - UFBA - Heliana Faria Mettig Rocha e Angela Gordilho Souza
- Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo: Planejamento e Gestão Urbana da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP - Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins
- Curso de Especialização Governança Territorial em Desenvolvimento Saudável e Sustentável - FIOCRUZ - Wagner de Jesus Martins e Antonia Sheila Gomes Lima
- Curso de Especialização em Assistência Técnica nas Áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - ATAU+E/CT - DAU - UFPB - Amélia Panet
- Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase na Saúde da População do Campo - FIOCRUZ/Brasília - André Luiz Dutra Fenner
- Especialização em Habitação de Interesse Social e ATHIS - PUC-CAMPINAS - Ana Cecília Mattei de Arruda Campos
- REMATHIS - Residência Multidisciplinar em Assessoria Técnica a Habitação de Interesse Social - Instituto Federal de São Paulo - IFSP - Alexandre Kenchian
- Residência multiprofissional em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade (HabCidade) - UFS - Márcio da Costa Pereira e Maria Cecília Pereira Tavares
- Curso de Especialização em Cultivo Biodinâmico de Plantas Medicinais em Agroflorestas na Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis no DF - FIOCRUZ/Brasília - Gislei Siqueira Knierim
- Curso de Especialização a ATHIS no Contexto dos Povos Tradicionais e Originários - UFSC - Samuel Steiner dos Santo
- Curso de Especialização em Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade - Nú-

cleo de Estudos e Intervenções nas Cidades - UFSB - Joel Pereira Felipe

- Curso de Especialização Lato Sensu/ENSP - Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental: Gestão Urbana e Saúde - FIOCRUZ - Marcelo Guimarães Araújo
- Especialização em Tecnologias e Processos Inovadores em Arquitetura e Urbanismo - Residência Profissional - PUC Minas - Viviane Zerlotini da Silva

Aos cursos foi solicitado que os apresentassem a partir dos seguintes pontos: Estrutura do curso; Metodologia do curso; Objetivos do curso; Resultados alcançados ou Resultados esperados; Experiências relevantes.

Já o terceiro e último dia do evento destinou-se à realização de rodas de conversas com grupos de pesquisa das cinco regiões do país, que tratam da questão do habitat urbano e rural a partir da prática extensionista na pós-graduação, culminando com a leitura da carta da Conferência Popular pelo Direito à Cidade, no encerramento do evento. Os grupos manifestaram o interesse em participar do evento a partir da inscrição por um formulário online, elaborado na plataforma Google Forms, que foi veiculado pela ANPARQ, através do e-mail e através das redes sociais, pela organização do evento. O intuito desse convite aberto foi abarcar a pluralidade das práticas extensionistas que ocorrem Brasil adentro.

Após o recebimento das inscrições, foram organizados três blocos para realização das rodas de conversa. Três deles somente com os grupos associados à ANPARQ:

- Urbanização e Natureza na Amazônia - URBANA - PPGAU / UFPA - Ana Claudia Duarte Cardoso
- ArqPET - Programa de Educação Tutorial da UFC - PPGAU+D / UFC - Clarissa F. Sampaio Freitas
- Núcleo de Pesquisa e Extensão em Arquitetura e Urbanismo NAURB - PROGRAU - UFPEL - Nirce Saffer Medvedovski
- LabHabitar - Laboratório de Habitação e Cidade - PPGAU/UFBA - Angela Gordilho Souza e Heliana Faria Mettig Rocha
- LAPHÁ (Laboratório de Pesquisa em Habitação e Assentamentos Humanos) – Programa Associado UEM/ UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Beatriz Fleury e Silva
- Periférico, trabalhos emergentes - PPG-FAU/UnB - Liza Andrade e Vânia Loureiro
- ECOHabitat - Estudos Contemporâneos do Habitat - PPGAU/UFRN - Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha e Ruth Maria da Costa Ataíde
- Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (HABIS) - IAU - USP São Carlos - Rodolfo José Viana Sertori
- Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização - PPG-FAU-UnB - Frederico Rosa Borges de Holanda
- LADEUR - Laboratório de Desenho de Estratégias Urbano-Regionais - POSURB-ARQ da PUC-Campinas – Vera Santana Luz
- [MORA] PESQUISA EM HABITAÇÃO - PPGAU/UFU - Simone Barbosa Villa
- Aquitetura Resiliente - PPGAU UFBA - Suzete Almeida de Bessa
- Laboratório Comuns Urbanos - PósARQ/UFSC - Cíntia Maria Fank
- LabNAU - Laboratório de Extensão do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da UFES - Clara Luiza Miranda
- Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizagem (CIAPA) - PPG-MDU - UFPE - Danielle de Melo Rocha
- Núcleo de Pesquisas em Práticas Urbanísticas e Sociais - PPG em Arquitetura - PUC-Rio - Rachel Coutinho M. da Silva

Um quarto bloco foi criado para grupos que ainda não estão associados:

- Produção do espaço urbano nos Brasis - IEC - PUC Minas - Viviane Zerlotini da Silva e Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt
- Programa de Extensão (R)urbanidades Afro Latina e Panamericanas vinculado ao Grupo de Pesquisa A.T.A. - UFSJ - Adriana Gomes do Nascimento
- Núcleo de Extensão Curso de Arquitetura e Urbanismo - UFAL - Marcelo Karloni
- LABOTER - Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais - PPGEIO - IESA UFG - Luciana Helena Alves da Silva
- Grupo de Pesquisa - Arquitetura e Biosfera – Plataforma de pesquisa ativista acolhida pela Escola da Cidade - Luis Octavio de Faria e Silva
- Formas de Habitar: dimensões de morar e da produção da cidade de Curitiba - UFPR - Maria Carolina Maziviero

Aos grupos, foi solicitada uma breve apresentação com alguns tópicos importantes: 1) Descrição do grupo, 2) Atuação do grupo no(s) território(s) integrando pesquisa e extensão, 3) Principais entraves encontrados na atuação na pós-graduação, 4) Principais resultados alcançados.

Além disso foram realizadas três outras mesas, duas delas no primeiro dia de evento: Mesa de Abertura e Mesa 1 “Produção de conhecimento, pesquisa-ação, extensão e assessorias técnicas”; e o encerramento do evento no último dia, após as apresentações dos grupos de Pesquisa/Extensão.

A **Mesa de Abertura** contou com as presenças do Decano de Extensão da Universidade de Brasília - UnB - Alexandre Pilat, do Coordenador do PPG/FAU - UnB - Caio Frederico e Silva e da Coordenadora da Residência CTS - Liza Andrade, além de representações de entidades importantes na luta pelo Direito à Cidade: Ana Cristina Barreiros (CAU-BR), Maria Elisa Baptista (IAB), Eleonora Mascia (FNA), Ermínia Maricato (BrCidades), Karina Leitão (Rede Moradia - Assessoria), Ricardo Trevisan (ANPARQ). A presença e as falas de todos/as os/as convidados/as expressam a importância do diálogo entre as universidades, entidades profissionais e movimentos sociais para promover a transformação do habitat, mais saudável, resiliente e solidário no contexto da extensão universitária na pós-graduação.

A **Mesa 1** trouxe como tema: **Produção de conhecimento, pesquisa-ação, extensão e assessorias técnicas** e contou com a participação das Professoras Regina Bienenstein (UFF), Angela Gordilho Souza (UFBA) e dos Professores Josenildo de Souza e Silva (UFDF) e Hernan Espinoza (UCE - Equador). As discussões trazidas na mesa abordaram as questões políticas e financeiras que envolvem o escopo da extensão universitária; a possibilidade de ampliação e valorização dos cursos Lato Sensu dentro dos programas de Pós-Graduação; a invisibilidade da Extensão junto às instituições de ensino; o desafio de valorizar outras formas de produção de conhecimento; a importância do protagonismo estudantil e a mudança do perfil de estudantes, resultante das políticas de cotas e a necessidade de uma política que una essas diferentes experiências e perspectivas; a necessidade da construção da política de extensão; a incorporação das questões relacionadas ao campo e seus processos de resistência, na produção do conhecimento que envolve a arquitetura, tomando a soberania alimentar como uma possibilidade de caminho; a desvalorização das horas de dedicação dos projetos de extensão no âmbito científico-acadêmico e a necessidade de uma maior abertura para os trabalhos extensionistas nas publicações e a necessidade de atenção ao componente comunicacional, elaborando estratégias e meios de maior alcance da linguagem técnica da Arquitetura e do Urbanismo.

O **encerramento** do evento se deu com a apresentação da **Carta da Conferência Popular pelo Direito à Cidade**, pela arquiteta e pesquisadora Carina Serra, repre-

sentando a Rede BrCidades no evento. Esta conferência foi um marco, que ocorreu em 2022, no momento em que o Brasil lutava pelo estado democrático de direito. Foi um encontro de movimentos sociais, entidades, estudantes e acadêmicos, com apoio do BrCidades na organização, para subsidiar plataformas progressistas e fortalecer a resistência e a mobilização, em defesa de espaços permanentes de participação e controle social, combatendo a especulação imobiliária, na construção e definição da Agenda Urbana.

O **1º Encontro Nacional sobre Extensão na Pós-Graduação e Assessoria Técnica para a Produção do Habitat mais saudável, resiliente e solidário no campo e na cidade. Residências Acadêmicas, Cursos de Especialização e Grupos de Pesquisa e Extensão** pode ser assistido na íntegra pelo canal do YouTube: “PPG FAU UnB” - <https://www.youtube.com/watch?v=KfCX4kRC8GA&list=PLwXopCz-3GQ1HiMplAnkINK0cT71RbmYwt&pp=gAQB>.

O presente catálogo apresenta as discussões sobre a Extensão na Pós-Graduação que foram apresentadas no evento, no contexto das Residências Acadêmicas, Cursos de Especialização e Grupos de Pesquisa e Extensão, que potencializam novas políticas públicas voltadas para assessoria técnica e para a produção do habitat mais saudável, resiliente e solidário no campo e na cidade.

Esta publicação está organizada em duas partes.

Na **Parte 1** estão reunidas as experiências das Residências/Cursos Lato Sensu que foram apresentadas no evento;

A **Parte 2** reúne as experiências apresentadas pelos Grupos de Pesquisa. Ambas as partes foram redigidas a partir do que foi compilado na relatoria, realizada pela equipe organizadora do evento e com base nas apresentações realizadas nas mesas e blocos. Posteriormente, os resumos foram enviados para os respectivos grupos e cursos para a realização de possíveis correções, acréscimos ou mesmo para a anuência do que fora apresentado. A conclusão ficou a cargo do GT Extensão da ANPARQ, que apresenta uma reflexão sobre o contexto da prática extensionista no âmbito da Pós-Graduação.

Assistência/Assessoria Técnica, Extensão Universitária e o projeto de Residência Acadêmica

A Lei de Assistência Técnica, Lei nº 11.888/08 (BRASIL, 2008), assegura o direito às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. A Assistência Técnica não se concentra apenas na qualificação da moradia, mas, também, na provisão e qualificação de uma série de equipamentos coletivos e espaços livres, que venham trazer melhorias para o lugar de vida dessas populações, tendo um efeito mais sistêmico sobre esses territórios, além de serem espaços catalisadores de oportunidades de profissionalização, geração de cultura, emprego e renda, enfim, de emancipação comunitária.

Os serviços de assistência técnica devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, que atuem como:

- I. servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- II. integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;
- III. profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área;

IV. profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município.

No entanto, em geral, as formas de assistência/assessoria técnica têm por base um tempo muito curto de elaboração de projetos, tanto para pesquisadores, quanto para agentes comunitários e atores sociais; não bastam os tradicionais editais anuais de “projetos” financiados nas universidades, com um curto horizonte temporal, em geral anualizado nos conteúdos. Além disso, a assistência técnica muitas vezes adquire um caráter unidirecional (mão única), revelando-se centralizadora nas instituições oficiais emissoras. Mesmo com propostas participativas, os técnicos, cientistas e pesquisadores ainda adotam uma abordagem tecnológica e pedagógica inadequada às necessidades das comunidades (ANDRADE et al., 2022).

Para as demandas urbanas, a Lei Federal nº 11.888/2008 - Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social traz o respaldo legal para o desenvolvimento de atividades de assistência técnica gratuita, com várias possibilidades de atuação, dentre elas a da Residência Profissional, vinculada às universidades. Traz também, em perspectiva, a necessária articulação entre universidades e gestão urbana e entre os cursos de graduação e pós-graduação, visando o fortalecimento da capacitação profissional, nessa área de atuação e os desdobramentos mais efetivos na promoção do direito à arquitetura, como um dos substratos do direito à cidade (GORDILHO-SOUZA, 2011).

Devido ao fato dessa Lei ainda não ter sido regulamentada, essas possíveis articulações ficam restringidas, por falta de fundos específicos de custeio, impedindo novos avanços na sua consolidação como política pública. Tomando como base a referida Lei Federal nº 11.888/2008 e inspirando-se na Residência Médica, em 2011 foi proposta, por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, de forma pioneira, a Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, por meio do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (RAU+E/UFBA). Esta especialização tem como objetivo atuar na capacitação profissional e cidadã, de forma a promover novas perspectivas, nessa área de atuação e afins (GORDILHO-SOUZA, 2011).

Com uma metodologia inovadora, que vem sendo desenvolvida e consolidada ao longo das suas quatro edições, o curso da RAU+E/UFBA inclui como atividade extensionista de serviço-aprendizagem, integrando projetos participativos engajados a demandas de comunidades desassistidas por políticas públicas, por meio de uma abordagem propositiva. De forma sistemática, esta iniciativa implementa capacitação gratuita, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da pós-graduação (GORDILHO-SOUZA, 2011).

A Residência Multiprofissional CTS - Ciência Tecnologia e Sociedade - Habitat, Agroecologia, Saúde Ecosistêmica e Economia Solidária está vinculada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e ao Núcleo de Política de Ciência Tecnologia e Sociedade - NPCTS/CEAM/UnB. Está sendo organizada por membros do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, compreende trabalhos emergentes, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (que é um programa de extensão operante sob a base teórica dos Estudos CTS e PLACTS).

O Pensamento Latino-americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade, ou PLACTS, faz a crítica da concepção da tecnologia como ciência aplicada e neutra e promove a participação popular com outros saberes. Fundamenta-se em certa conceitualização transdisciplinar de convergências epistemológicas e extra científicas, internas e externas às grandes áreas da ciência (NEDER; MORAIS, 2017). Nos países ibero-americanos, essa tendência contemporânea de revisão sobre o construtivismo social

da tecnologia, é conhecida como o movimento Ciência Tecnologia e Sociedade – CTS.

A Residência CTS/FAU/UnB conta com a parceria da Nucleação da Residência AU+E UFBA/UnB, da Rede BrCidades, da Rede Moradia-Assessoria, do MST, da Fio-cruz e do CAU/BR. Tem patrocínio do edital de ATHIS de 2021, do CAU/BR e recurso de emenda parlamentar da Deputada Federal Erika Kokay, para pagamento de bolsas.

A Residência tem por objetivo capacitar simultaneamente agentes técnicos e agentes territoriais aptos a atuar como multiplicadores de iniciativas protagonizadas por sujeitos, grupos e comunidades de sete territórios do entorno do DF, na formulação de microprojetos e programas locais. Trata-se de uma proposta que une Pós-Graduação Lato Sensu e Extensão, e se relaciona com áreas de demandas sociais por assessoria sociotécnica e tecnológica, articulando recursos, pessoas, entidades, ferramentas e táticas territoriais.

A proposta articula social e territorialmente três temáticas interdisciplinares: Habitat (Habitação, Arquitetura, Urbanismo, Ambiente); Agroecologia (Soberania alimentar, Agricultura familiar, Integração campo e cidade); Saúde (Vigilância epidemiológica, Saúde coletiva, Saúde da família, Saneamento, Ecosaneamento e Infraestrutura ecológica) e uma quarta temática transdisciplinar: Trabalho Associado (Economia Solidária, Formação e educação, Ocupação, Renda e Tecnociência solidária). Reúne professores de 13 faculdades e institutos da Universidade de Brasília.

Adota-se a modalidade Assistência Técnica Participativa Descentralizada (ATPD), para elaborar caminhos críticos que levem em conta as reações populares, mediante métodos de escuta dos saberes e práticas locais de resistência (criadoras do poder/saber contra-hegemônicos). Seu caráter descentralizado (extensionista) reside no fato do conhecimento participativo gerado prever, como componente estratégico, que o saber será descentralizado de volta com os elementos sociotécnicos enriquecedores para as comunidades envolvidas (ANDRADE et al., 2022).

A devolutiva da ATPD é parte da individualização operacionalizada pelos grupos populares de base comunitária, que leva em conta suas características tais como história, cultura, linguagem, mitos e fatos da identidade local. Tais práticas de ATPD assumem vinculações e raízes com o território, que fortalecem a formação e práticas de “grupos relevantes” a serem integrados num processo de Residência, tais como pedreiros e mestres de obras, trabalhadoras artesanais, cozinheiras, produtores agroecológicos, biscateiros especializados em transportes e mudanças; eletricitas, mecânicos, técnicos de redes de internet etc).

Esses portadores de demandas sociotécnicas da comunidade, uma vez adquirindo poder cognitivo, produzem intervenções no território na forma de dispositivos tecnológicos, em geral usados, pelas empresas privadas e pelas estatais, contra as comunidades. Um grupo relevante, quando se torna sujeito de práticas de resistência e auto-gestão nas questões do habitat, economia comunitária, alimentação e agricultura, ou na saúde como ambiente, integra-se às redes no território e gera práticas de aprendizagem afetas à educação e trabalho, moradia, alimentação e produção, corpo e saúde (ANDRADE et al., 2022).

No âmbito da Residência, a Assistência Técnica Participativa Descentralizada da Extensão Universitária, integrada às Pesquisas Acadêmicas, representa uma possibilidade de reconstrução do conhecimento científico, a partir da transposição dos muros da universidade, com inclusão de outros saberes, que se revelam poder/saber (potência) para influir na resolução de problemáticas. O tempo de resposta dos pesquisadores extensionistas, dos agentes comunitários e dos atores sociais no território (co-desenvolvedores), contudo, é qualitativamente diferente. Extensionistas sensibilizam e buscam integrar agentes e atores sociais, mas não podem acompanhar, ao longo de muito tempo, estas transformações.

Resolução do Conselho Nacional da Educação nº 07, de 18 de dezembro de 2018, art. 3º:

[...] a extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, art. 3)

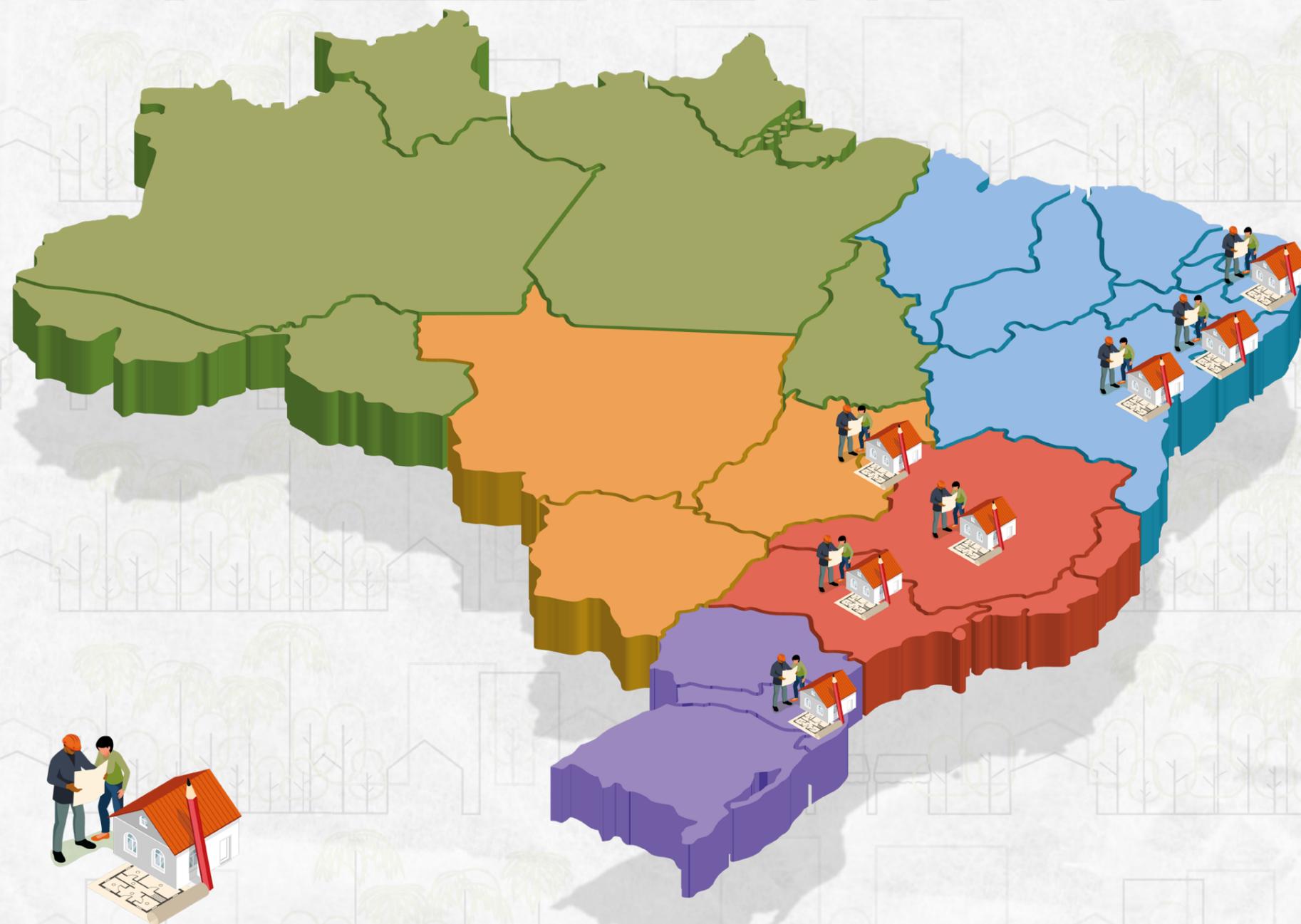
A Residência encontra um porto seguro no território por meio da extensão — O segundo componente fundamental deste projeto político-pedagógico é buscar realizar a Extensão como Residência. Para adotar um tempo de resposta típico das novas formas de residência multiprofissional, a Residência vem transcendendo os campos mais antigos da Medicina, para se expressar como formação de profissionais moradores ou residentes nos territórios (ANDRADE et al., 2022).

Com isto, há um potencial aumento da capacidade da Universidade em gerar formas de Assessoria Técnica (sob modus operandi próprio na Arquitetura e Urbanismo, Ciências Agrárias/Agroecologia, Antropologia e Sociologia, Gestão Pública, Psicologia Social e Direito). Estas modalidades híbridas de Extensão+Residência são propícias à criação de um campo dialógico influenciado pelos movimentos populares sociais e suas próprias organizações da sociedade civil (associações, cooperativas), tendo como referência o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (BRASIL, 2016). Pelo Marco Regulatório, ficaram assentadas formas de cooperação entre Estado e entidades comunitárias com base em práticas de extensão e residência, nas quais assumem papel relevante a Assistência Técnica Participativa Descentralizada (ATPD) e a Assistência Técnica em Habitação de Interesse social (BRASIL, 2008) (ANDRADE et al., 2022).

A essência da Residência consiste em unir Pós-Graduação e Extensão em um caráter trans-multi-interdisciplinar com a visão de política pública universitária (oposta à da filantropia privada ou oficial) na capacitação agentes técnicos trans-multi-disciplinares.

1. Residências e Curso Lato Senso

Ao todo, quatorze Residências e/ou Cursos Lato Sensu apresentaram suas trajetórias durante o **1º Encontro Nacional sobre Extensão na Pós-graduação e Assessoria Técnica para a Produção do Habitat mais saudável, resiliente e solidário no campo e na cidade. Residências Acadêmicas, Cursos de Especialização e Grupo de Pesquisa e Extensão.**



RESIDÊNCIAS

1.1 UnB

Residência Multiprofissional CTS Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecológica - PPG-FAU

APRESENTAÇÃO:

Liza Andrade, Ricardo Néder, Aldira Dominguez, Flaviana Canavesi, Raquel Moraes e Perci Coelho



<http://residenciacts.unb.br/>
<https://www.instagram.com/residencia.cts/>

A organização do evento 1º Encontro Nacional sobre Extensão na Pós-graduação e Assessoria Técnica para a Produção do Habitat mais saudável, resiliente e solidário no campo e na cidade. Residências Acadêmicas, Cursos de Especialização e Grupos de Pesquisa e Extensão, também faz parte do processo de implementação e lançamento da Residência Multiprofissional CTS - Ciência, Tecnologia e Sociedade - Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecológica - em um esforço de reunir diversas experiências e possibilitar momentos de trocas entre os participantes. O curso integra o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Assim, a assistência/assessoria técnica em habitação de interesse social a ser abordada no curso compreende também processos e metodologias de projeto e de intervenção em ações no território por meio da articulação de uma gama de aspectos inter-relacionados conforme experiências dos grupos de pesquisa extensão, a saber:

- o desenvolvimento de pesquisas em assessoria técnica sobre temas ainda periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico, relacionados à produção do espaço no campo e na cidade (Reforma Urbana e a Reforma Agrária) a partir de um diálogo e colaboração multiprofissional;
- novos processos e metodologias de projeto e de intervenção, integrando-os no formato de pesquisa-ação por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão transdisciplinar e transescalar baseada na Sustentabilidade Ambiental, na Tecnologia Social e na participação e autonomia dos sujeitos, abrangendo territórios e grupos ligados a movimentos populares, comunidades urbanas e periurbanas, comunidades da periferia, associações de moradores, entidades ambientalistas, bem como comunidades camponesas e comunidades tradicionais.



01. Estrutura do Curso

Trata-se de um curso de especialização lato sensu que visa à criação de Micro-projetos de Ação Local (MPAL), com possibilidades de arranjos a partir das experiências locais comunitárias, implantando modelos próprios de assessoria sociotécnica e tecnológica, oriundas de movimentos sociais e entidades civis que lutam por políticas públicas em quatro campos – três interdisciplinares: habitat, agroecologia e saúde. E um transdisciplinar: trabalho associado. São 64 professores, 13 faculdades da UnB envolvidas, 480 horas de curso (18 meses), 35 vagas (sendo 28 vagas com bolsas de R\$550,00 e 7 vagas sem bolsas), 14 agentes territoriais mediadores, 6 módulos teórico-práticos, um módulo de vivências territoriais transversal ao curso e um módulo de pesquisa (trabalho final). Os módulos teórico-práticos são: (1) Introdução em CTS e Educação Freiriana; (2) Conexão de saberes e tecnociência solidária; (3) Conexões territoriais; (4) Produção do Habitat no Campo e na Cidade; (5) Agroecologia e agrourbania e (6) Saúde Ecosistêmica.

O curso conta com o apoio financeiro nos termos do Edital de Chamamento Público de Apoio Institucional nº 05/2021 - Patrocínio ATHIS do CAU/BR e da Emenda de Bancada 71080011. Além disso, a coordenação do curso conta com o apoio da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (FINATEC) no gerenciamento dos recursos recebidos.

02. Objetivo

O curso apresenta como objetivo geral, a formação de 28 agentes técnicos com bolsas e sete agentes técnicos sem bolsas, totalizando 35 vagas – com características transmulti-disciplinares: Gestores, arquitetos urbanistas, advogados, economistas, sociólogos, assistentes sociais, técnicos e engenheiros, agentes comunitários de saúde.

Traz ainda outros objetivos:

- Atuação como multiplicadores de iniciativas comunitárias e assessoria sociotécnica a entidades locais.
- Articulação de recursos, pessoas, entidades, ferramentas e táticas territoriais integrando-os a políticas públicas e a recursos de fundos públicos de estatais e de orçamento de Municípios, Estados e União.
- Capacitação de 14 agentes mediadores territoriais (dois agentes de cada um dos sete territórios do entorno do DF) em nível de extensão.
- Desenvolvimento dos MPAL (Micro Projetos de Ação Local) baseados em tecnologia social que gerem melhorias no ambiente construído.

03. Metodologia

Vivências Territoriais ao longo de 18 meses com a atuação dos estudantes em sete territórios pré-selecionados, os quais são oriundos de atividades e projetos de extensão do Grupo Periférico do PPG-FAU/UnB e da Incubadora de Cooperativas Populares da UnB. As atividades e oficinas práticas fazem conexão com o conteúdo abordado nos módulos teóricos, visando o diálogo, autonomia e participação na construção do conhecimento, a partir de metodologias ativas e da interlocução com os tutores/professores e lideranças locais.

Envolvimento processual dos estudantes em torno de cinco etapas inter-relacionadas, baseadas nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo Periférico, trabalhos emergentes:

- Análise do contexto físico e social com envolvimento da população local de acordo com as dimensões da sustentabilidade;
- Elaboração e sistematização de padrões espaciais e de acontecimentos a partir das informações levantadas;
- Oficinas de participação, mapas mentais, mapas afetivos e jogo dos padrões.
- Construção de cenários, propostas alternativas do estudo preliminar para tomada de decisão.
- Relatório dos agentes técnicos e agentes mediadores locais sobre os microprojetos da Agenda Territorial Participativa Descentralizada.

A Residência CTS busca realizar uma Assessoria Técnica Participativa Descentralizada com foco interdisciplinar que se define não pela integração de saberes de disciplinas, mas sobretudo de saberes com as comunidades. A transdisciplinaridade, que atravessa o curso, tem como sustentáculo identificar entre os sujeitos sociais com os quais se interage nos territórios, saberes e conhecimentos tácitos que podem ser alavancados com técnicas e abordagens acadêmicas. Evita-se o arquivamento ou o trancamento da produção de conhecimento, muitas vezes restrita ao âmbito acadêmico, adaptando a linguagem em relação aos resultados alcançados.

A avaliação do desempenho dos(as) discentes será baseada no envolvimento e participação dos estudantes em todas as atividades e propostas de ação no território consolidadas no desenvolvimento processual dos MPAL (MicroProjeto e Programa de Ação Local).

04. Resultados Esperados

Como resultados, espera-se a criação de produtos que vão desde artigos científicos até relatórios técnicos com a sistematização em cadernos com linguagem acessível para uma aplicação e apropriação popular.

Tem-se ainda as versões dos MPAL, como produtos técnicos finais incorporando uma abordagem freiriana que envolve os fundamentos da pedagogia freiriana se traduzindo em assessoria e pesquisa-ação com devolutiva, através de 5 passos fundamentais do estudante com o professor na sala de aula, sendo o mais importante sair da sala de aula.

Além disso, são esperados os seguintes resultados:

- Diálogo entre saberes técnicos e saberes locais, possibilitando novos enfoques e questões ao conhecimento científico da Arquitetura e do Urbanismo na resolução de problemas.
- Aumento da capacidade da Universidade gerar formas de assessoria técnica.
- Entendimento ampliado da Lei de Assistência Técnica (11.888/08) para além da moradia: espaços coletivos, espaços livres, espaços catalisadores de oportunidades de profissionalização, geração de cultura, emprego e renda, enfim, de emancipação comunitária.
- Formação do arquiteto em temas de pedagogia urbana, processos participativos de escuta, aprendizagem social e fortalecimento da autonomia comunitária alargando a própria compreensão de assistência técnica em direção à assessoria técnica.
- Em sua natureza integradora e multi-trans-interdisciplinar, atendimento das metas dos ODS.
- Ampliar o contexto de atuação do arquiteto e sua relevância social.
- Agregar técnicos e agentes territoriais, ampliar o ambiente de discussão da ATHIS para além dos círculos dos especialistas, contribuindo para uma maior apropriação

do tema pela comunidade e movimentos sociais - discussão, informação e educação sobre seus direitos.

- A Residência desempenha, simultaneamente, importante papel de difusão e divulgação junto à população do papel fundamental dos arquitetos para a qualidade do ambiente construído.

05. Experiências

As experiências da Residência, ainda em fase inicial na época desta publicação, se relacionam com a reunião de saberes e cooperação: recebeu-se o apoio das pesquisas e experiências do Núcleo de Agroecologia da UnB, do projeto Ecoplanetário, e do projeto Vida e Água nas ARIS. O curso conta ainda com a parceria da Nucleação da Residência AU+E UFBA/UnB, da Rede BrCidades, da Rede Moradia-Assessoria, do MST, do MTST, da Fiocruz, da Oca do Sol e das associações nos territórios: Associação das Mulheres Poderosas de Santa Luzia e Associação dos Moradores de Santa Luzia – Cidade Estrutural/DF; Associação dos Moradores, Lutadores e Apoiadores do Residencial Dorothy Stang – ARIS Dorothy Stang – Sobradinho/DF; Casa da Natureza no Sol Nascente – ARIS Sol Nascente – Ceilândia/DF; ASPRAFES – Associação dos Produtores Rurais e Agricultores FA – Assentamento Rural Pequeno William – MST – Planaltina/DF; APRACOA – Associação dos Produtores Rurais e Artesanais do Assentamento Oziel III – Pípiripau – Planaltina/DF; COOPERCARAJÁS – Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica Carajás – Brasília/DF; Associação Renovadora do Quilombo Mesquita – Quilombo Mesquita – Cidade Ocidental/GO; e Preserva Serrinha – Associação REDE de Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Serrinha do Paranoá – Paranoá/DF; Coordenação Nacional do MTST (com atuação em Nova Planaltina - DF) e Coletivo Negro Raiz.

Em 2021 foi ofertada a disciplina “Fundamentos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) – Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica”, criada para formar uma base epistemológica transdisciplinar em Tecnociência Solidária para incluir a Extensão Universitária na pós-graduação por meio de um projeto de Residência Multiprofissional CTS/UnB, uma parceria do Núcleo de Política de Ciência, Tecnologia e Sociedade (NPCTS/CEAM/UnB) e professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/PPG-FAU, da Faculdade de Planaltina/FUP, da Faculdade de Agricultura e Medicina Veterinária/FAV e CDS/UnB, do curso de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia – FCE, da Faculdade de Educação/FE e do Instituto de Humanas/IH. As trocas realizadas nos grupos de trabalho da disciplina, foram sistematizadas no livro base da Residência CTS: “Residência em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS): habitat, agroecologia, economia solidária e saúde ecosistêmica, lançado em outubro de 2022, durante a abertura do curso”.









1.2 UFBA

Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - Assistência Técnica, Habitação e Direito às Cidade

APRESENTAÇÃO:

Heliana Faria Mettig Rocha e Angela Gordilho Souza



<https://residencia-ae.ufba.br/>
https://www.instagram.com/residencia_aue/

01. Estrutura do Curso

A Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E) se caracteriza como Curso de Especialização Lato Sensu dentro da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Trata-se de proposta pioneira para implantação de um núcleo de Residência Acadêmica Profissional nessa área de atuação no Brasil, respaldada pela Lei Federal 11.888/2008, tendo sido aprovada em 2011, por meio do curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade. O período de viabilização da primeira turma durou de 2011 a 2013, quando foi implantada a 1ª edição da RAU+E/UFBA, sediada em um espaço físico próprio: a “Casa de Extensão da Faculdade de Arquitetura”. Após as três edições experimentais bianuais (2013/14; 2015/16; 2017/18), na sua 4ª edição (2019/20) tornou-se um curso permanente, atualmente em preparativos para sua 5ª edição. O curso funciona em parceria com o LabHabitar, grupo de pesquisa-extensão criado em 1993 e proponente da RAU+E, que funciona no mesmo local. As relações com os movimentos sociais, com o poder público e com outros setores da sociedade foram importantes na formação desta Residência, e potencializam os processos participativos dos projetos e na identificação dos territórios em/com os quais interagem em trabalhos coletivos. A presença das comunidades é a base na sua constituição, entendendo a extensão como processo continuado de troca de saberes, com aprendizado mútuo junto aos territórios de atuação.

O corpo docente é composto por 54 professores, sendo cinco deles coordenadores de disciplinas que integram um colegiado, dentre professores permanentes, colaboradores com e sem vínculo com a UFBA, nucleados (de outras universidades brasileiras) e visitantes. A duração do curso é de 14 a 16 meses, sendo formado por componentes curriculares no formato de disciplinas, com foco em; assistência/assessoria técnica, processo/projeto, conhecimento/crítica, ambiente/território e seminários. Cada turma é composta por cerca de 25 residentes, a maior parte profissionais de arquitetura e urbanismo. O curso se caracteriza como pluridisciplinar, universal e gratuito e é formado por cinco disciplinas obrigatórias e mais três disciplinas práticas, e seminários de diálogo, sendo a última atividade apresentação do trabalho final a uma banca acadêmico-profissional e representantes das comunidades. As disciplinas são subdivididas em módulos temáticos.

Ao longo das edições do curso, pelo interesse de candidatos e professores de outros estados, foram implantadas nucleações, que viabilizaram o desenvolvimento de projetos em outras universidades brasileiras e suas localidades (UFPB; UnB; UFPel; UFCE; UFSE; e UFRN). Com uma primeira experiência de nucleação de forma remota, a RAU+E avaliou que a melhor maneira de implantar uma nucleação seria com os estudantes presentes na sede e com orientação local, tendo viabilizado a implantação de cursos similares nas universidades nucleadas.

02. Objetivo

O curso tem como objetivos: a formação universitária de pós-graduação no tripé ensino-pesquisa-extensão; o aperfeiçoamento e atuação de profissionais autônomos, servidores públicos, ONGs, escritórios públicos e equipes de pessoas jurídicas no campo da assessoria técnica em AU+E e áreas afins; ampliar o acesso de famílias de baixa renda e comunidades e potencializar recursos e financiamentos públicos na promoção de melhor qualidade de moradia e fortalecimento da cidadania - entendendo que os resultados alcançados potencializam o recurso público para viabilização do projetos. Nesse sentido, a Universidade pública exerce um papel de mediadora entre a sociedade civil e a gestão pública, no qual a Residência atua em um contexto de

articulação realizada com outras instituições de ensino, movimentos sociais, órgãos públicos, grupos da sociedade civil, comunidades e instituições profissionais.

Para isso o curso propõe os seguintes objetivos específicos:

- Fortalecer os planos municipais e estaduais de habitação, vinculados ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.
- Apoiar a elaboração de projetos em consórcios municipais voltados para as periferias.
- Apoiar as comunidades e municípios demandantes na elaboração de propostas de fomento e financiamentos de projetos.
- Incrementar a formação de rede nacional e intercâmbios internacionais para atuação e divulgação ampliada de informações e experiências em assistência técnica desenvolvidas nessa área.

03. Metodologia

O curso desenvolve atividades de ensino-pesquisa-extensão a partir de aulas, atividades coletivas, fóruns internos, atividades de campo, desenvolvimento de processo e produtos técnicos participativos, na perspectiva e devolutivos para as comunidades. O fundamento metodológico se pauta em trabalhar conjuntamente teoria e prática, em um processo de pesquisa-ação-trocas, realizado nos territórios, considerando uma aproximação dos alunos da graduação e da pós-graduação nos trabalhos a serem desenvolvidos.

Valoriza-se a apreciação das conquistas e dificuldades nas práticas locais existentes e emergentes, como potencialidades ao vivenciar o território. Preza-se pela participação da comunidade na definição de prioridades de ações e projetos – considerando aspectos éticos, estéticos e ambientais.

Considera-se a dimensão interdisciplinar entre o saber técnico e popular, numa perspectiva de educação cidadã, empregando-se técnicas de interação comunitária, mediação de conflitos e oficinas por demanda, com foco na juventude e nas escolas locais.

Objetiva-se o emprego de tecnologias apropriadas às realidades encontradas, contando com a presença de professores-tutores - acionados nos processos e produtos. Como resultado, há uma diversidade tipológica de projetos que vão desde melhoria habitacional até os processos de regularização fundiária e adequações de espaços públicos, além de inovações em tecnologias sociais.

Considera-se os aspectos de ambiência, preservação ambiental, segurança e sustentabilidade, trazendo sempre as referências simbólicas, de memória, cultura e inserção urbana, sob um olhar cuidadoso para as características locais. Têm-se ainda a capacitação em pós-graduação buscando teorias propositivas no campo da produção teórica acadêmica.

No contexto do curso entende-se a Habitação para além da casa, na perspectiva do direito à cidade. Por isso, valoriza-se o processo e projeto como conhecimento coletivo observando a importância do retorno da universidade pública às comunidades e à sociedade, na conquista de cidades melhores e mais justas, contando ainda com o envolvimento em redes de colaboração em ATHIS, por meio do LabHabitar e outros grupos de pesquisa e coletivos.

O curso incorpora a educação popular como processo que compreende os residentes e comunidades em uma ação educadora compartilhada. Em suma, propõe-se uma metodologia aberta e de práticas interativas, na intenção de construção de um repertório baseado na aliança entre os grupos e os territórios, pela conquista de melhores ambientes de moradia.

04. Resultados Obtidos

Os principais resultados são os próprios processos coletivos construídos ao longo das edições e as relações constituídas, fundamentais para o aprofundamento das práticas e ações em prol de uma política nacional de ATHIS nos territórios vulneráveis.

Além disso, até o momento a experiência da RAU+E/UFBA conta com 83 projetos participativos elaborados no âmbito do curso em comunidades de 34 territórios (21 em Salvador, três no Estado da Bahia, 10 nas nucleações), com 93 profissionais-residentes até então diplomados/as.

05. Experiências

A RAU+E/UFBA acumula, ao longo de quatro edições, uma experiência de atuação em uma diversidade de áreas: áreas ambientalmente sensíveis, ZEIS, centro histórico, loteamentos populares, ocupações, programas de HIS, remanescentes de quilombos e territórios indígenas. Soma-se a isso uma série de articulações que se formaram ao longo das edições, com universidades e grupos de pesquisa, movimentos sociais, instituições públicas, sociedade civil, comunidades e instituições profissionais. Por essa atuação a RAU+E/UFBA já recebeu diversos prêmios nacionais e reconhecimentos pelo seu trabalho.

A implantação da RAU+E/UFBA contribuiu assim para incrementar a lei de assistência técnica, trazendo a sua viabilidade para a prática acadêmica de formação profissional especializada, com inserção social da universidade pública.

Ampliam-se assim as possibilidades de cooperação e troca de experiências interinstitucionais para aprendizagem coletiva, numa perspectiva de rede nacional na montagem de um programa de pós-graduação de residências acadêmicas nesse campo de atuação, o que certamente deverá impulsionar uma política nacional de ATHIS.



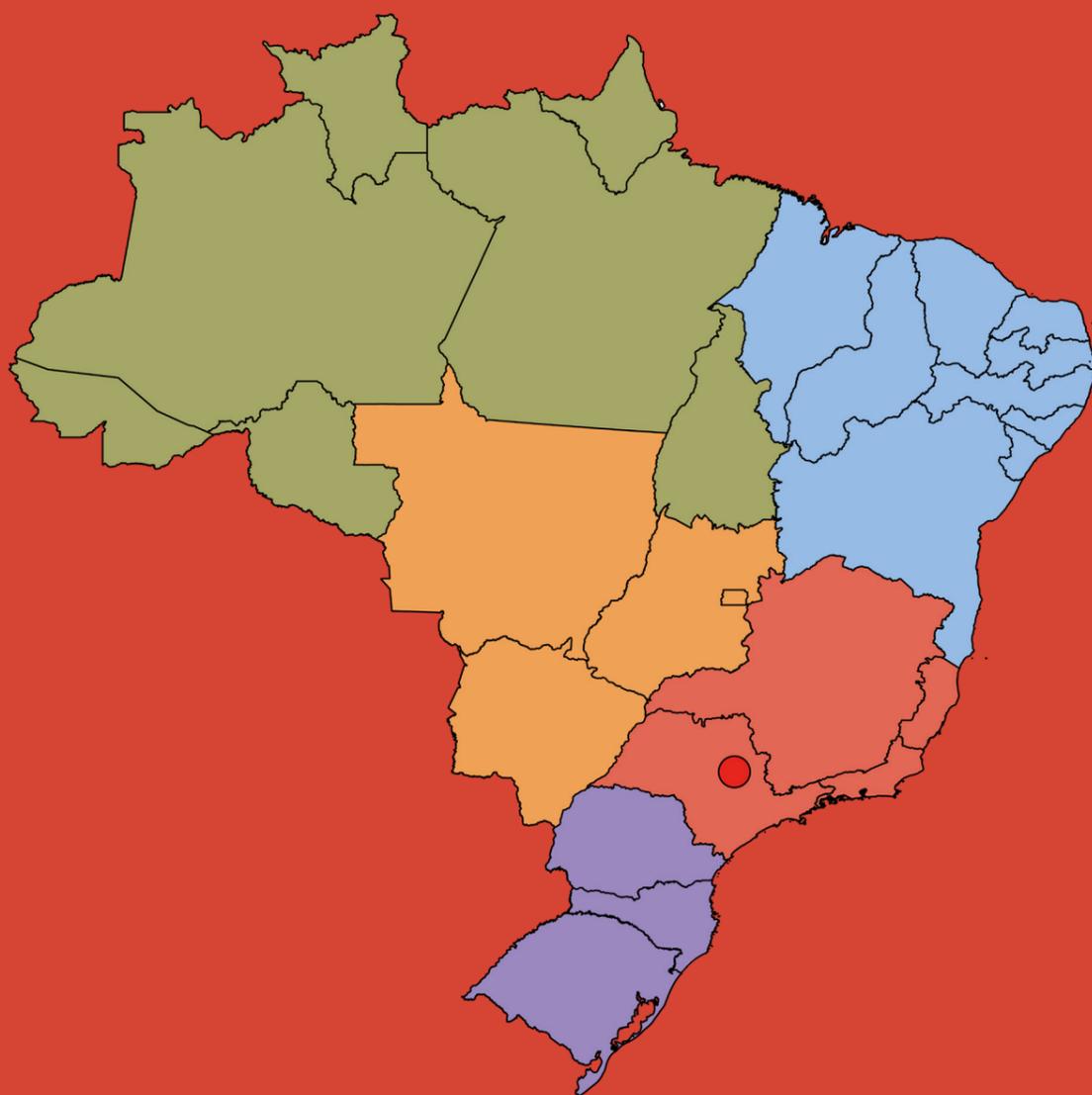


1.3 USP

Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo: Planejamento e Gestão Urbana

APRESENTAÇÃO:

Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins



https://labhab.fau.usp.br/project/residencia_au_usp/

01. Estrutura do Curso

A proposta foi formatada a partir de experiências de ação no território do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP e da criação da Lei 15.764/2013, da prefeitura de São Paulo, em 2014, que permitiu à Secretaria de Desenvolvimento Urbano desenvolver parcerias e convênios com instituições de ensino e pesquisa visando apoiar a formulação e implementação das políticas urbanas. Com isso estabeleceu-se o convênio, com o objetivo de capacitar e reestruturar suas subprefeituras e respectivos conselhos participativos. Como estrutura norteadora buscou-se a educação em serviço a partir de uma ação dirigida à sociedade inspirada na Residência Médica e nas Residências Multiprofissionais em Saúde, além de experiências em extensão e assistência técnica de assessorias de movimentos sociais.

Nesse contexto, a Residência em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo – USP tem como referências legais a Lei Federal nº 11.129 de 2005 com a residência multiprofissional em saúde e a Lei de Assistência Técnica nº 11.888/2008, e também o regimento de Extensão Universitária da USP – Resolução CoCEX nº 6629, de 2013, regulamentando as diversas modalidades de residência.

O curso foi estruturado em três módulos, cada um dialogando com a correspondente etapa do trabalho prático:

- campo disciplinar do planejamento e urbanismo;
- gestão e administração pública; e,
- o Estado e a esfera pública.

O curso atendeu 32 participantes com bolsa equivalente à de mestrado em uma jornada de 40 horas semanais, sendo dois dias em classe e três em campo. Ao todo foram 1920 horas e 13 meses de duração, tendo 30 dias de férias remuneradas.

02. Objetivo

O objetivo da Residência foi a educação continuada para jovens arquitetos (com até cinco anos de formados) de modo articulado à capacitação de funcionários das secretarias e subprefeituras e de representantes da comunidade, membros do conselho regional de cada subprefeitura. O programa contemplava tanto questões de formação – teoria e história, quanto a prática propositiva e de gestão para o desenvolvimento de planos regionais das subprefeituras da cidade de São Paulo. Visava, articular ações das instâncias setoriais (Secretarias) e as de recorte territorial (Subprefeituras), em diálogo com a comunidade (Conselhos Regionais).

O objetivo não era só formar profissionais para um campo que já existe, mas fomentar uma política urbana e uma oportunidade de trabalho e ação no território, sensíveis às necessidades, particularidades e demandas locais da cidade.

03. Metodologia

O projeto pedagógico foi organizado em três módulos, trabalhando a temática do planejamento urbano, gestão administrativa e Estado e esfera pública. Esse desenho expressa a convicção de que não basta desenvolver propostas alternativas de modelo de cidade e de assentamentos. Decifrar o emaranhado da gestão pública e do acesso aos fundos e financiamentos é conhecimento essencial para fomentar uma atuação de interesse social.

Foram ofertadas aulas teóricas na FAU/USP e trabalhos de campo em cada uma

das 32 subprefeituras. O programa foi estruturado mediante a realização de um Convênio com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, visando o desenvolvimento de planos e propostas que potencializassem o aproveitamento e gestão dos espaços públicos e a qualificação dos bairros.

04. Resultados Obtidos

Com a experiência iniciada em 2016, foram potencializadas experiências de ações articuladas entre secretarias e subprefeituras. Foram apresentadas também como resultados: monografia dos/as estudantes (produto) apresentando propostas para as subprefeituras onde os/as estudantes desempenhavam trabalho de campo; propostas com reflexões individuais para administração pública e repasse aos Conselhos, promovendo a integração da linguagem técnica à linguagem das comunidades.

Além disso, como resultado, as diferentes propostas constam no livro “Residência em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo”, disponível em Livros Abertos USP, em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/790>

05. Experiências

Das experiências da realização do curso, destaca-se o desafio de articular a educação ao desafio de qualificação dos espaços públicos e do acesso à habitação. Diferentemente da medicina, o planejamento urbano enfrenta a questão do acesso à terra como uma dimensão material que, ao contrário do que ocorre em áreas como Saúde ou Educação, contém em si um ambiente de disputa pela ocupação do espaço.

A experiência deixa clara a necessidade da construção de políticas públicas que integrem formação profissional e profissionalização na área.

Além disso, os desgastes na gestão entre instituições de grande porte (Universidade e Prefeitura), com estruturas bastante complexas e de pouca flexibilidade comprometeram a construção de novas propostas para o andamento dessa modalidade de Residência, que opera com período integral e bolsas condizentes. Experiências posteriores foram com menor carga horária, maior flexibilidade e sem dedicação de horário integral dos residentes.

As Residências Médicas, são reguladas em nível nacional e dispõem de bolsas operadas dentro do sistema SUS. Isso permite um grande alcance, com regularidade de recursos para as bolsas e estrutura de regulação e acompanhamento dos programas. Ao contrário, a área de Arquitetura e Urbanismo não dispõe desse tipo de estrutura, exigindo uma articulação específica para cada caso, para cada programa de residência que seja proposto.

Assim, enquanto na área da saúde o aporte de bolsas possibilita maior dedicação dos participantes, ela é circunscrita a esse grupo profissional. A expansão desse modelo da saúde, que envolve os residentes profissionalmente é o desejável para a efetiva implementação de residência multiprofissional em arquitetura e urbanismo como parte da política nacional de habitação e desenvolvimento urbano.





1.4 FIOCRUZ

Curso de especialização Governança Territorial em Desenvolvimento Saudável e Sustentável

APRESENTAÇÃO:

Wagner de Jesus Martins e Antonia Sheila Gomes Lima



01. Estrutura do Curso

O Curso de especialização Governança Territorial em Desenvolvimento Saudável e Sustentável, da FIOCRUZ Brasília, consiste na formação de agentes de governança territorial em parceria com o Instituto Federal de Brasília, aproveitando a estrutura multi campi da instituição. Existem, também, outras parcerias interinstitucionais que viabilizam a implementação de residências em territórios saudáveis e sustentáveis, como a parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

O Curso é estruturado em cinco módulos + módulo de TCC, com fortalecimento e empoderamento dos agentes territoriais. O curso, ao promover a interação entre atores técnicos e sociais, fortalece a vigilância popular em saúde como base para a construção de uma cidade saudável e sustentável.

02. Objetivo

O curso tem por objetivo capacitar atores das redes sociotécnicas, ampliar o conhecimento sobre a ação pública transversal, considerando a intersectorialidade das políticas públicas e os instrumentos para contribuir na construção de dispositivo de inteligência cooperativa, e aprimorar as capacidades do território para fortalecer a governança local e o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis orientados pelos ODS, estabelecidos pela Agenda 2030.

Outros objetivos do curso são:

- Construir metodologias para identificação e solução dos problemas públicos complexos;
- Formar pesquisadores populares (atores sociotécnicos) que irão atuar como Agentes de Governança Territorial (AGT), contribuir com o monitoramento e o desenvolvimento de ações públicas no e 'do' território;
- Promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão/aplicação, com o desenvolvimento de competências e metodologias conversacionais em redes sociotécnicas;
- Monitorar as áreas de maior vulnerabilidade social do território;
- Mapear as potencialidades e os espaços de governança de políticas públicas; e
- Mapear e traçar perfis de atores para compor a rede sociotécnica local e ativar parcerias para e fortalecer as ações públicas no e 'do' território.

03. Metodologia

Integração ensino, pesquisa e aplicação que permita o uso da Agenda 2030 e a aplicação do conceito de "inteligência de futuro", enquanto capacidade coletiva, para o fortalecimento sociotécnico na governança territorial, promovendo reflexões sobre os diferentes fatores que integram o território. Utilização de cartografia social para identificação de fatores, nós críticos, potenciais e resiliências.

Utilizam-se as técnicas da "inteligência de futuro" como base para ensinar para a compreensão, por meio, da melhoria da reflexão estratégica dos alunos, que faz uso de ferramentas sistêmicas de forma dialógica para cooperativamente compreender, refletir, criticar e agir sobre o mundo e o futuro.

A utilização do método da "inteligência do futuro" ao mesmo tempo em que promove a educação libertadora possibilita a troca de saberes, problematização e mediação, assegurando a melhoria da reflexão estratégica e crítica dos alunos.

O curso ocorreu entre 2018 e 2021 sofrendo adaptações em função da pande-

mia. Foram realizadas 37 inscrições com predominância de mulheres, fomentando a capacitação de pesquisadores/as populares sobre as ações cotidianas, e construindo metodologias guiadas pela “inteligência do futuro” para identificar redes de problemas complexos dos territórios, a partir da orientação da Agenda 2030, mapeando os espaços de governança e políticas públicas.

04. Resultados Obtidos

Ao final do curso foram 33 alunos/as concluintes. Como legado foi criada a “Sala de Cooperação Social para Governança Territorial”, alimentada pela ferramenta Picaps (Plataforma de Inteligência Cooperativa com Atenção Primária à Saúde para o Enfrentamento da Covid-19), acessível para a comunidade produzir e atualizar os mapeamentos.

Houve ainda a parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde para ampliar a cobertura vacinal no território da Estrutural, especialmente Santa Luzia, como área de maior vulnerabilidade. O desenvolvimento das ações é coordenado por alunas egressas do curso.

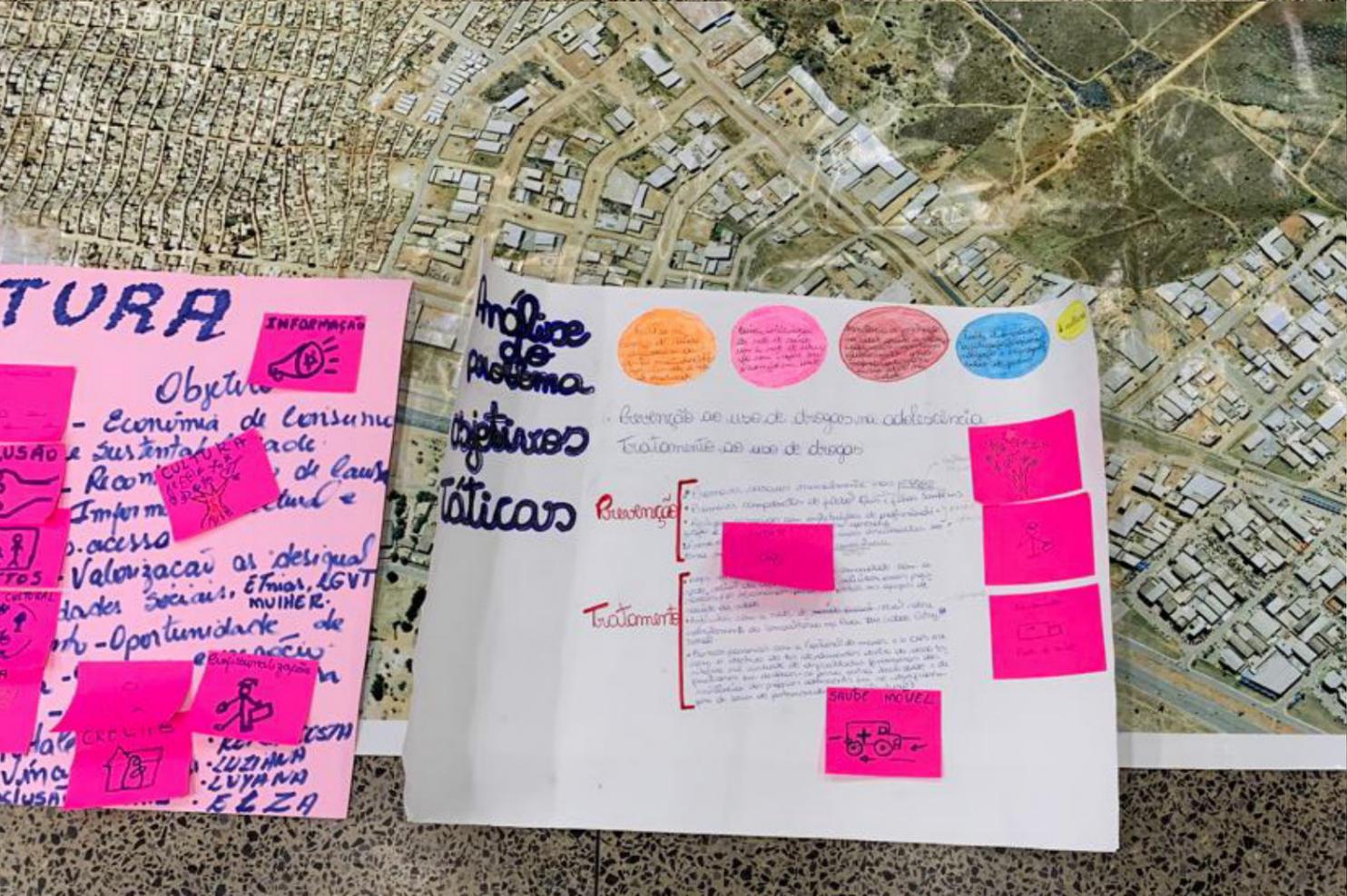
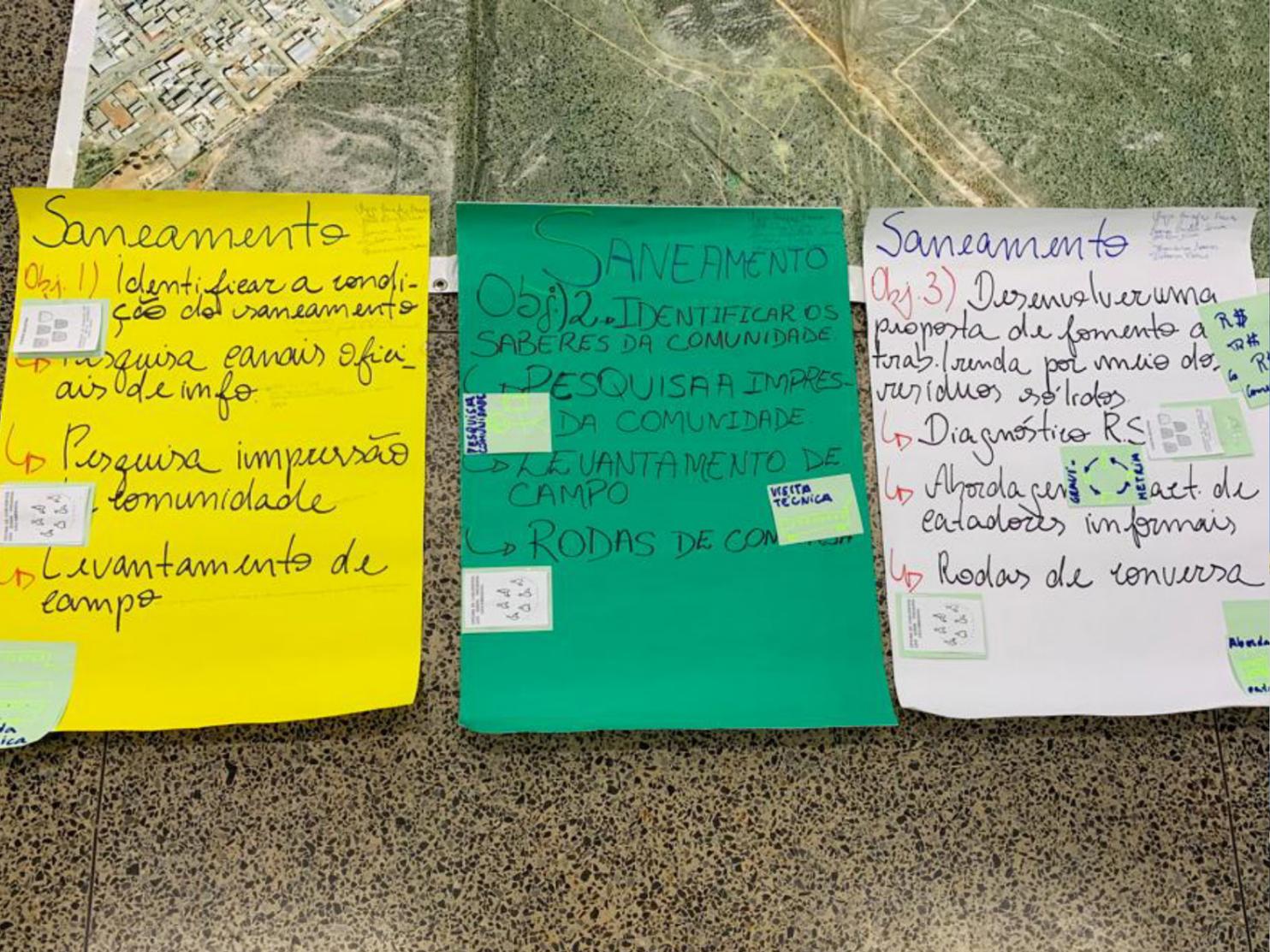
As Regiões Administrativas representadas pelos/as estudantes foram: Estrutural, Ceilândia, Candangolândia, Gama, Taguatinga, Samambaia, Guará, Águas Claras, Plano Piloto, São Sebastião, Sobradinho e Planaltina.

Está prevista uma segunda edição em parceria com a Codeplan/DF, Laboratório de Pesquisa sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático (Lap2D/UnB) e os Institutos Federais de Brasília.

05. Experiências

Ressalta-se a partir da experiência do curso a importância de trazer temas transversais e interculturais buscando a atuação no território. Assim, o ecossistema da inovação estabelecidos a partir dos Picaps propõe a interação sistemática entre a inovação social e territorial, educacional, de serviços e digitais. Isto se materializa pelas ferramentas como o Radar de Territórios do DF, a Sala de situação epistemológica e no enfrentamento da pandemia de covid-19.





1.5 UFPB

Curso de Especialização em Assistência Técnica nas Áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia ATAU+E/CT - DAA

APRESENTAÇÃO:
Amélia Panet



<https://www.instagram.com/atau.ufpb/>

01. Estrutura do Curso

Com antecedentes do Curso de Especialização em Assistência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFPB, tem-se a criação do EMAU Trama - Escritório Modelo (2009), que trouxe para a instituição novas abordagens e a estrutura da extensão. Posteriormente, em 2011 foi firmada uma parceria com a UFBA para criação de uma turma de residência nucleada na UFPB, experiência que proporcionou, em 2017, a aprovação, em Colegiado, da especialização ATAU+E.

O curso é constituído por uma carga horária de 1200 horas, ofertadas em 16 meses. Destaca-se que a primeira turma teve início em 2020, poucos dias antes do decreto de pandemia. Nesse contexto, por seu caráter prático, as estruturas foram construídas ao longo do processo, possibilitando adequação às adversidades encontradas. Com a pandemia, o início da primeira turma foi adiada para abril de 2021 e finalizou em novembro de 2022.

Inicialmente, ofertou-se disciplinas teóricas ministradas pelo quadro institucional da universidade e, posteriormente, buscou-se o fortalecimento das parcerias interinstitucionais com as IES: UFMG, USP, PUC Minas, UFOP, UFPE e Institutos Federais.

Dentre as disciplinas propostas tem-se: Política urbana e direito à cidade; Projeto de urbanização, infraestrutura e meio ambiente; Projeto de arquitetura urbanismo e engenharia para assistência técnica; Metodologia e técnicas para projetos participativos; Oficinas temáticas para diagnóstico, levantamento, ideação e propostas; Imersão no objeto de estudo e desenvolvimento dos trabalhos. Já as imersões nos territórios aconteceram em 2022.

02. Objetivo

Implantar um Núcleo de Assessoria Técnica, voltada para as áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, focando na elaboração e qualificação de projetos de habitações e espaços de interesse social e de planos de reurbanização de comunidades já consolidadas.

Como objetivos específicos tem-se:

- Formar recursos humanos visando a capacitação, aperfeiçoamento e especialização profissional, de caráter transdisciplinar com áreas afins e de forma participativa e integrada às instituições públicas e privadas de interesse público.
- Desenvolver assessoria técnica gratuita às comunidades demandantes de projetos de interesse social, incrementando a inserção social da universidade pública e inovações tecnológicas, viabilizadas por atividades conjuntas de pós-graduação, graduação, pesquisa e extensão.

03. Metodologia

A metodologia se orienta a partir da interação dialógica e construção do pensamento crítico a partir da desconstrução dos processos dominantes, e a busca por processos participativos representativos e adequados às diversas realidades. Utiliza-se de aulas expositivas e participação de instituições parceiras e interlocutores do Arquitetura na Periferia. O ensino remoto ocorreu via plataforma Zoom para conversações em grupos menores e utilizando o Miro para conversação gráfica. Realização de oficinas e imersões dialógicas, estudos e interações. Outras estratégias de abordagem foram as dinâmicas colaborativas com o Gigamapping que teve como função a discussão da conservação na deliberação e aprendizado coletivo, e o Sintegridade em Equipes

(Beer, 1994) associado ao processo de GIGAmapping (Sevaldson, 2011). O território de atuação é a Vila do Amanhecer.

04. Resultados Obtidos

Os resultados esperados são a contribuição na revisão de bases teóricas a partir do documentário Vila do Amanhecer, do Projeto de Associação dos Moradores, do Projeto da Escadaria e do registro das metodologias participativas em formato de guia, além de capacitação técnica para organização espacial das residências e outras intervenções urbanas. Espera-se ainda publicar um livro com esta primeira experiência.

05. Experiências

Dentre as experiências relevantes já identificadas destacam-se a parceria com a Prefeitura de Conde e com a Comunidade da Vila do Amanhecer; a integração interinstitucional com professores de outras IES públicas e privada; a incorporação de novas metodologias pautadas na tecnologia em função da pandemia; a possibilidade de locação de imóvel para imersão na Vila; e a integração e absorção de egressos pela administração pública.



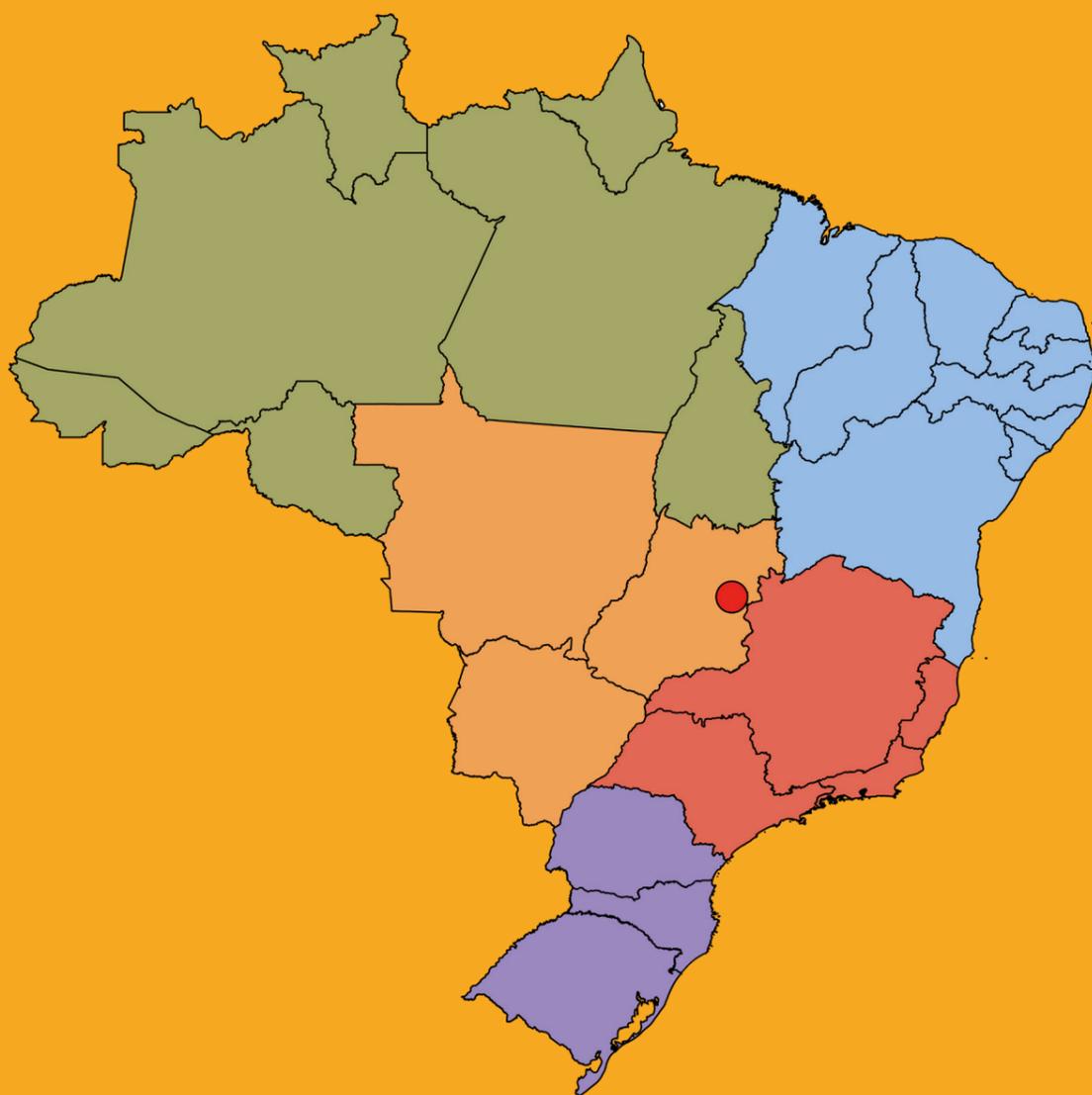


1.6 FIOCRUZ

Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase na Saúde da População do Campo - FIOCRUZ/Brasília

APRESENTAÇÃO:

André Luiz Dutra Fenner



01. Estrutura do Curso

O curso é desenvolvido pelo Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho PSAT, da Escola Fiocruz de Governo, Fiocruz Brasília, e tem nos seus cenários de prática os “territórios das UBS rurais da Região Norte” da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF). Trata-se de uma Pós-graduação lato sensu, metodologia de educação pelo trabalho na saúde sob supervisão, com 5.760 horas e com 2 (dois) anos de duração.

A matriz curricular se realiza em 60 (sessenta) horas semanais, das quais 70% (setenta) são em serviço, com atividades práticas e teóricas totalizando 4.604 (quatro mil seiscentas e quatro) h/a. Os outros 30% (trinta) são destinados para formação teórica organizados em 11 (onze) módulos, totalizando 1.056 (um mil e cinquenta e seis) h/a. Há ainda mais 100 (cem) horas para a realização do Trabalho de Conclusão da Residência (TCR). O curso está em sua 4^o (quarta) turma, sendo ministrado desde 2019.

A Coordenação Geral (CG) é composta por 2 (dois) educadores sendo um (coordenador e um adjunto) e a gestão se dá por meio da Coordenação Político Pedagógica (CPP) que conta com 8 (oito) representantes incluindo os 2 (dois) da CG, 2 (dois) representantes dos educadores(as) e 2 (dois) representantes dos residentes e 2 (dois) da tutoria de campo.

Os cenários de práticas são 11 (onze) UBS rurais localizadas na Região de Saúde Norte do Distrito Federal (DF). Os alunos se inserem nos cenários organizados, em Núcleos de Aprendizado e Ensino (NAEs) e são acompanhados pelo preceptor – profissional da equipe do serviço, pelo tutor de campo e pelo tutor de núcleo profissional – ambos tutores da EGF Brasília. O curso oferta bolsas via Ministério da Saúde (MS), seu ente financiador para todos os residentes, tem na sua matriz curricular 2 (dois) estágios formadores sendo um opcional e um estratégico e férias de 30 (trinta) dias/ano.

02. Objetivo

Os Objetivos Gerais do Curso são: qualificar profissionais de saúde, a nível da pós-graduação lato sensu por meio da formação em serviço na atenção básica com ênfase na saúde das populações do campo, para atuarem nas equipes estratégia de saúde da família, de forma interdisciplinar, crítica e propositiva no âmbito ético, político e técnico; e da realidade local, nacional e global, em suas interconexões, estando articulada com os diferentes níveis de gestão e atenção do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para além dos objetivos gerais têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Atender a “população do campo”, devido à dificuldade de acesso;
- Identificar os processos de saúde da população do campo a partir da produção e reprodução da vida no território estimulando a participação, a cooperação e a organização comunitária;
- Contribuir para o fortalecimento da rede de atenção à saúde no campo, desenvolvendo linhas de cuidado voltadas para as populações do campo;
- Compreender a saúde a partir da promoção, prevenção e recuperação e reabilitação do indivíduo, da família e da comunidade;
- Propiciar a compreensão da realidade, considerando a diversidade e complexidade do contexto sócio-histórico-cultural por meio do conhecimento técnico, postura ética e construção de práticas humanizadas, embasadas nos saberes humanísticos, popular e científico;

- Possibilitar o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para o planejamento, gestão e a avaliação dos processos de trabalho dos diferentes serviços da rede de saúde a partir da realidade dos territórios;
- Desenvolver processos que fortaleçam a formação em promoção da vigilância, educação popular e participação social na saúde;
- Subsidiar o desenvolvimento de conhecimento, ensino e pesquisa, qualificando a capacidade analítica, de enfrentamento e de proposições de intervenções que objetivam concretizar os princípios e diretrizes do SUS;
- Subsidiar o desenvolvimento de conhecimento, ensino e pesquisa por meio do TCR - Trabalho de Conclusão em Residência;
- Habilitar os profissionais de saúde para compreender a saúde a partir da promoção, prevenção, recuperação e reabilitação do indivíduo, da família e da comunidade e/ou territórios do campo que contribuam com o desenvolvimento solidário e sustentável;
- Estimular e assessorar a condução de processos participativos, democráticos de cooperação e organização comunitária afins ao desenvolvimento do campo e à soberania e segurança alimentar;
- Promover a vivência do trabalho em equipe, objetivando construir uma perspectiva inter e transdisciplinar, estimulando reflexões sobre o papel do profissional enquanto agente transformador da realidade social; e
- Desenvolver tecnologias e saberes quanto ao campo da prática compartilhada, como também aos núcleos de saberes de cada profissão.

03. Metodologia

A metodologia utilizada referencia-se nos princípios da Educação Popular, Educação Permanente em Saúde e Educação do Campo, no intuito de implementar um processo corresponsável de todos os participante na construção, apropriação e multiplicação do conhecimento.

Está ancorada na construção de conhecimento, mediante uma prática vivenciada no território: o fazer clínico numa perspectiva ampliada e de rede, buscando o fortalecimento da atenção básica à saúde, por meio da Estratégia da Saúde da Família, em processo de implementação no DF.

O Programa é organizado a partir da Pedagogia da Alternância e a sua gênese estão relacionadas diretamente às necessidades de promover uma maior articulação entre a teoria e a prática, alternando os tempos e os espaços entre a escola e a comunidade local.

Desse modo, o Curso está organizado em 2 (duas) etapas distintas e integradas, nas quais estão previstos o tempo-escola (TE) e o tempo-comunidade/trabalho/serviço (TC). No primeiro caso, os estudantes permanecem uma parte do seu tempo na instituição de ensino, na qual tem a oportunidade de estabelecer uma relação de diálogo direta com os educadores e com os conteúdos conceituais e teóricos ministrados e previstos em sua grade curricular. Neste momento, os educadores buscam estimular a discussão teórica estabelecendo nexos com as diferentes realidades vividas pelos educandos, a fim de promover reflexões sobre as questões relevantes capacitando-os para uma intervenção transformadora. Esta intervenção “transformadora” ocorre no momento Tempo Comunidade, em que os educandos retornam aos seus respectivos territórios de atuação, a fim de realizar um conjunto de tarefas que foram delegadas pelos educadores.

Para gestão e organização do processo pedagógico os residentes são organizados em núcleos, que chamamos de Núcleos de Aprendizagem e Estudo (NAEs). Os tempos educativos são organizados durante o TE pela Coordenação Política Pedagógica

e no TC pelos residentes e tutores. Os tempos previstos são: acolhida, aula, leitura, estudo e tutoria.

Todo o processo de formação dos residentes será conduzido pela Coordenação Política Pedagógica (CPP), com os tutores de campo que acompanham o processo de trabalho junto às UBS mediando as relações com as equipes e GSAP; os tutores de núcleo profissional que acompanham o fazer específico da sua categoria e com os preceptores que acompanham o dia a dia o processo de trabalho junto aos usuários na UBS e a participação dos residentes no fórum NASF da região norte de saúde.

04. Resultados Obtidos

Alguns dos resultados obtidos são: ampliação e consolidação da ação da Escola de Governo Fiocruz como seio da formação em educação e saúde, com ênfase na população do campo.

Trabalhos de conclusão de residência (TCR) aplicados junto as comunidades do campo do DF, abordando e formulando teoricamente sobre Saúde do Campo. Diagnósticos atualizados sobre a realidade sócio sanitárias dos territórios onde a residência está presente, contribuindo assim no planejamento das ações de saúde do campo do DF.

05. Experiências

Dentre as experiências mais relevantes estão:

- Aproximação com os movimentos sociais do campo, visando implementar Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA);
- O reconhecimento de método de ensino único baseada na Pedagogia Freireana, na área temática de Saúde, Ambiente e Trabalho (SAT), conceitos e aplicação teórica e metodológica da Vigilância em Saúde, Vigilância Popular em Saúde, Educação Popular, Educação do Campo, Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS);
- O reconhecimento da Fiocruz Brasília como um polo de formação de residência em saúde do campo e sua inserção no território rural do DF;
- a produção de um novo olhar das equipes das Unidades Básicas de Saúde Rurais (UBSR) em relação o serviço, a educação permanente e os seus processos de trabalho;
- o aprendizado e a ação interprofissional;
- a qualificação das equipes de trabalhadores(as) das Unidades que recebem a Residência;
- a Residência como uma estratégia de implementação da PNSIPCFA;
- os TCRs como produção acadêmica intersetorial e interprofissional; e
- o reconhecimento da SES/DF e de seus profissionais de que a Residência produz efeito positivo no território e nas comunidades.

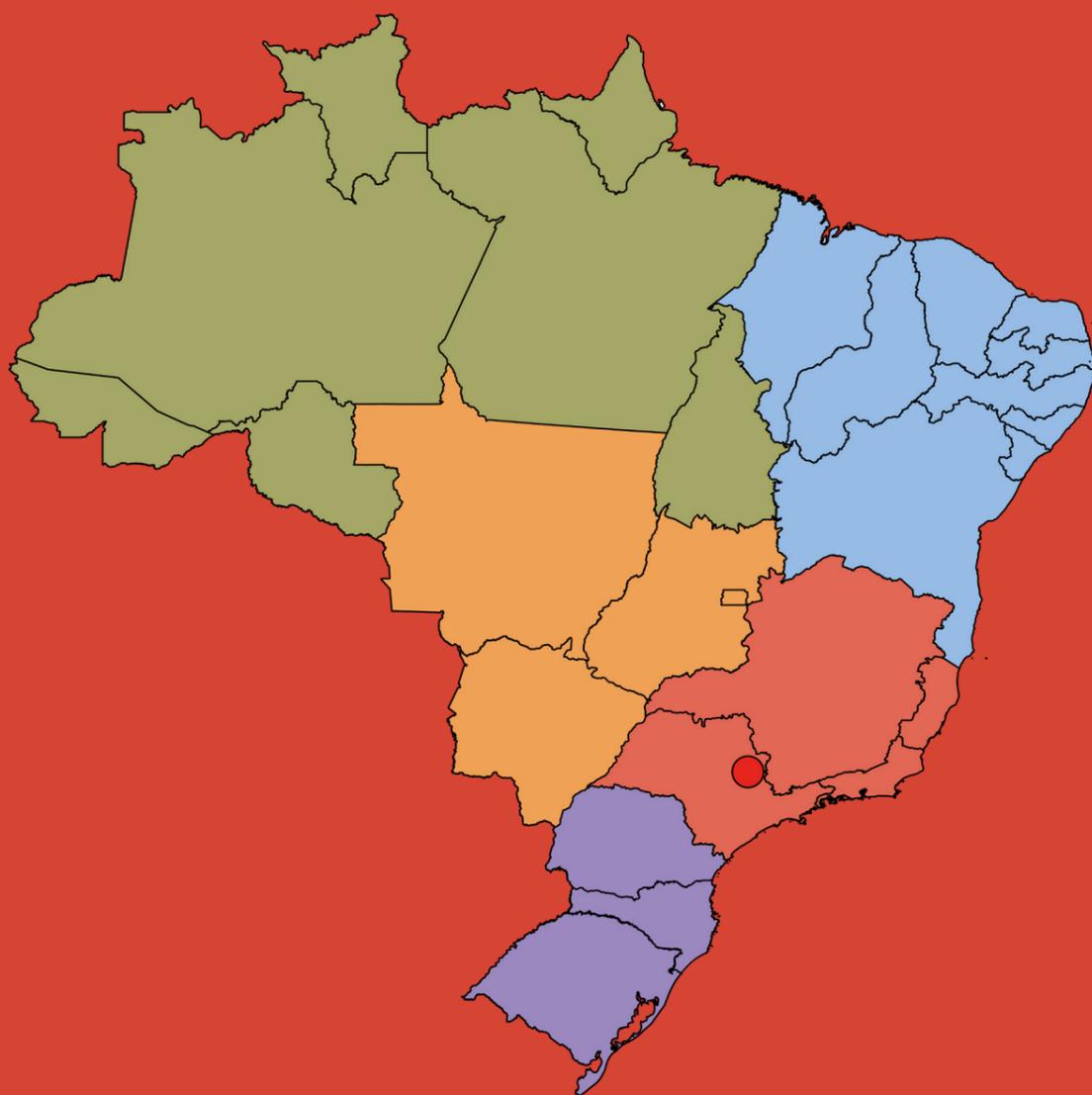


1.7 PUC

Especialização em Habitação de Interesse Social e ATHIS - CAMPINAS

APRESENTAÇÃO:

Ana Cecília Mattei de Arruda Campos



<https://www.puc-campinas.edu.br/>

01. Estrutura do Curso

Com uma visão multidisciplinar e interdisciplinar, o curso é voltado para formação de profissionais especialistas em prestação de serviços de Habitação de Interesse Social (HIS), com início em 12 de setembro de 2020 e encerramento em 11 de dezembro de 2021.

Esta primeira edição foi inicialmente planejada como um curso presencial, mas diante da pandemia a edição foi inteiramente desenvolvida em modo remoto, com apenas duas visitas técnicas presenciais em julho de 2021. A equipe como um todo - alunos, professores e lideranças-, se conheceu presencialmente na formatura. Para o envolvimento das comunidades locais, sem as quais não se atingiriam os objetivos propostos, foi fundamental a participação das lideranças comunitárias e as dinâmicas desenvolvidas pelos professores.

O curso foi ministrado em quatro módulos, totalizando 432 horas-aula, das quais 50% voltadas para atividades teóricas, e 50% para atividades de prática projetual junto às comunidades e foi dividido em quatro módulos: Módulo I - Estudos sobre moradia para elaboração e tomada de decisão em plano diretor, planos ambientais e planos locais de HIS; Módulo II - Urbanização da periferia - autoconstrução e a infraestrutura; Módulo III - Habitação social em áreas centrais e Módulo IV - Provisão e melhoria habitacional para assentamentos precários.

Contou ainda com a participação de professores intercentros, envolvendo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias (CEATEC); Faculdade de Direito - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CCHSA); Faculdade de Serviço Social - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CCHSA); Faculdade de Administração - Economia e Administração (CEA); participaram também professores externos à Universidade.

O curso foi pago pelos próprios alunos, não houve bolsa, nem apoio financeiro por outros programas. Houve a participação de representantes das comunidades ao longo de todo o curso.

02. Objetivo

O principal objetivo do curso é capacitar profissionais de diferentes formações (Graduados em Arquitetura, Urbanismo, Arquitetura Paisagística, Engenharia Civil, Direito, Engenharia e Gestão Ambiental, Planejamento Territorial, Geografia, Economia, Serviço Social, Sociologia, Administração Pública e outros) que tenham interesse em atuar no campo da Habitação de Interesse Social e Assistência Técnica e na qualificação do ambiente habitado pela população de baixa renda; e, contribuir com a formulação de práticas político-projetuais, no entendimento da atuação profissional como instrumento de construção do conhecimento, em área cuja necessidade de participação se apresenta, não somente necessária, como urgente. Na primeira edição, todos/as os/as estudantes eram arquitetos/as e urbanistas.

03. Metodologia

Formação multidisciplinar e interdisciplinar, que aborda aspectos teóricos e práticos, de forma integrada e simultânea, com a atuação de inúmeros profissionais em planos, programas e projetos de HIS. Os módulos são estruturados em torno da resolução de problemas concretos pré-definidos com intenção de reflexão, atuação e interferência imediata na realidade, em diálogo com as atuais políticas públicas.

A metodologia envolve ainda o desenvolvimento de experiência prática super-

visionada por meio de visitas técnicas e atividades de elaboração projetual em sistema de ateliês e, também, atividades práticas supervisionadas e subsídios teóricos, por meio de aulas de docentes de grande experiência na área e através de palestras de profissionais de notável atuação, que lidam com as problemáticas de forma sistêmica na busca de soluções inovadoras.

Compreende atividades de projeto realizadas com supervisão de professores especialistas com formação em arquitetura e urbanismo, direito, serviço social, ciências sociais e administração - para as próximas edições haverá também maior participação de profissionais de engenharia.

Estabelece-se a criação de conhecimento de modo comum dos educandos com as comunidades, e atuação junto a comunidades nas quais a PUC-Campinas já tem trabalhado conjuntamente em ações de extensão universitária anteriores.

Na primeira edição, o trabalho se deu em duas áreas de vulnerabilidade social em Campinas, com problemáticas diferentes. Uma delas localizada em bairro de renda média e alta, com infraestrutura, na comunidade conhecida por “rua Moscou”, à beira do ribeirão Anhumas, e o “Jardim Bassoli”, empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1, localizado em área periférica da cidade. Devido à pandemia, foram realizadas apenas duas visitas técnicas presenciais em campo, em julho de 2021, uma em cada comunidade, em locais de encontro e trabalho coletivos — a associação de moradores, cooperativas de materiais reciclados e o CRAS. Ao longo do curso, foram realizadas seis apresentações remotas para as comunidades, poder público, bem como em aulas internas na universidade. As realizações encontram-se em processo de publicização em debates e seminários abertos.

04. Resultados Obtidos

Alguns dos resultados alcançados, inclusive após o encerramento do curso foram: a elaboração de um convênio específico para processo de regularização fundiária do Jardim Bassoli - projeto temático “Regularização fundiária e urbanização: impactos na comunidade do Jardim Bassoli, Campinas”, entre o Núcleo de Estudos Clínicos em Direitos Humanos (NECDH) e o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Faculdade de Direito; Apresentação para Fundação Alphaville e Fundação FEAC sobre o projeto Bassoli com estimativa de custos; Apresentação Intersetorial Anhumas sobre o projeto Parque Anhumas; Apresentação para COHAB Campinas; Apresentação para o Prefeito Dário Saadi, secretários e técnicos (Trabalho e Renda, Justiça, Planejamento e Urbanismo, Serviços Públicos) junto com representantes da Cooperativa Bassoli sobre projeto Bassoli; Projetos de edificações para a cooperativa de catadores de materiais reciclados, bem como ações de regularização fundiária para a gleba; Projeto de parque linear que integra comunidades diversas; Impacto direto em políticas públicas de meio ambiente, com o projeto de um parque público linear que integra comunidades diversas, o Parque Anhumas; Discussão para consolidação de um núcleo de extensão perene na PUC-Campinas.

05. Experiências

Das experiências apresentadas, destaca-se a importância de se pensar os tempos distintos entre o curso e seus desdobramentos junto às comunidades, sociedade civil e poder público e a importância da realização de atividades de extensão simultâneas. É necessário o trabalho em conjunto com núcleo de extensão institucionalizado a ser implementado.

JARDIM BASSOLI

Curso de Especialização em Habitação de Interesse Social e ATHIS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU
Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas

Setembro 2020 | Dezembro 2021

Autores:

Luana Silva
Roselaine de Souza
Elias Giacomini
Matheus Mendonça
Alexander Alves

Professores orientadores:

Carla da Silva
Cláudia Maria Ribeiro
Antônio Carlos Kfourri
Coordenadora:
Ana Cecília Campos



PARQUE ANHUMAS

Curso de Especialização em Habitação de Interesse Social e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU
Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas
Setembro 2020 – Dezembro 2021

Autores:

Beatriz Barbutti Gonçalves
Gabriella Angelucci Paineli
Jamile Oliveira Nassif
João Gilberto Rodrigues Almeida
Luana Aparecida da Silva
Sandra Irala

Professores orientadores:

Carla da Silva
Cláudia Maria Ribeiro
Antônio Carlos Kfourri
Coordenadora do curso:
Ana Cecília Campos





1.8 IFSP

REMATHIS - Residência

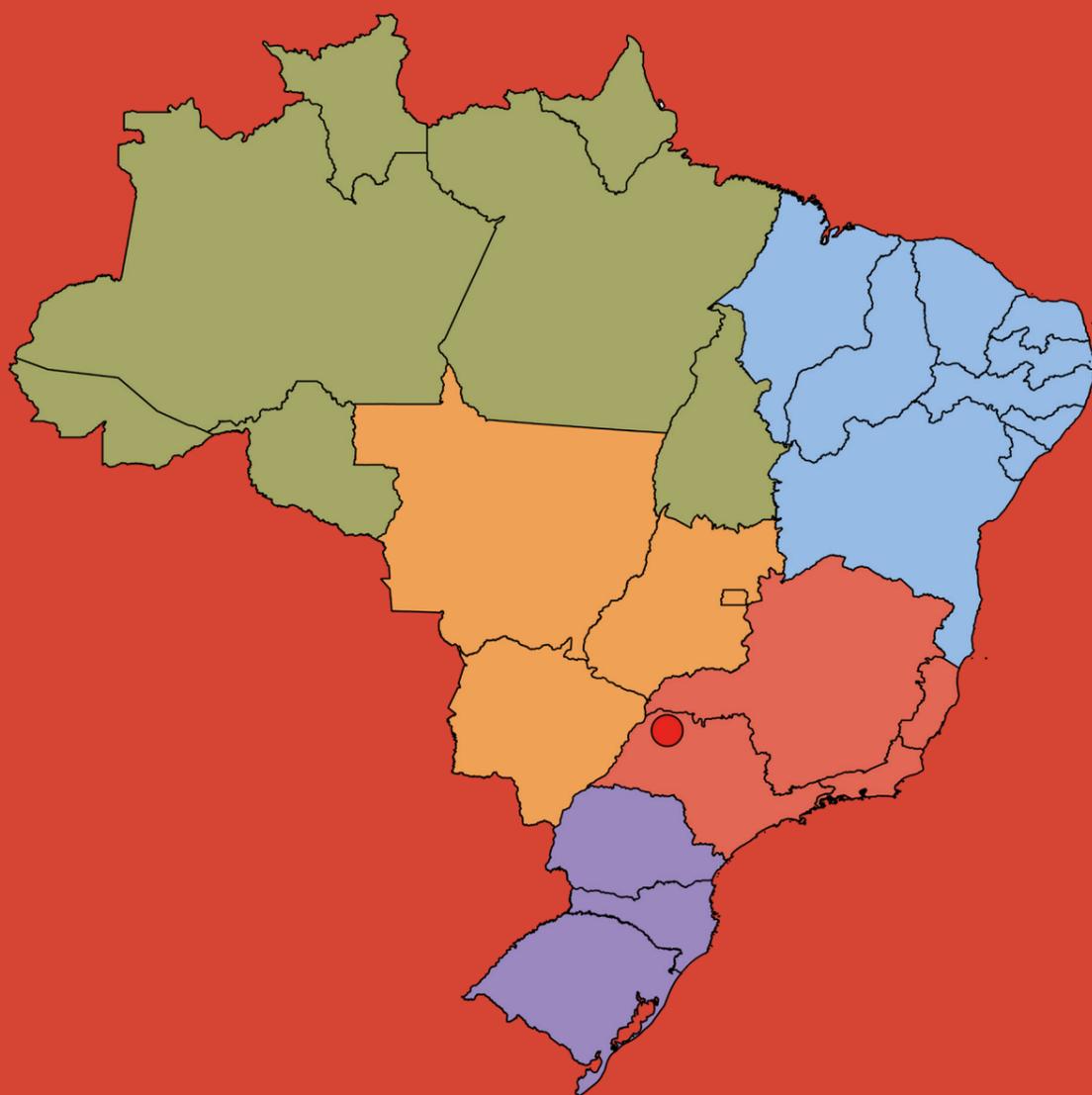
Multidisciplinar em Assessoria

Técnica a Habitação de Interesse

Social - Instituto Federal de São Paulo

APRESENTAÇÃO:

Alexandre Kenchian



<https://www.puc-campinas.edu.br/>

01. Estrutura do Curso

O curso (lato sensu) é formado por seis disciplinas teórico-práticas, divididas em dois eixos estruturais: a Escala Urbana e a Escala do Edifício, com três disciplinas cada. Além das disciplinas é proposta a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como um registro acadêmico da prática profissional junto às demandas apresentadas pelo município, com reflexão sobre a prática desenvolvida no campo de trabalho, na forma de relatório.

As aulas acontecerão nas IES IFSP e Mackenzie e nos locais de trabalho, podendo ser presenciais ou remotas. A proposta é de que o curso seja de edição anual, com duração de dez meses, com dois módulos de cinco meses.

O curso REMATHIS, tem um total de 1144 horas, com oito horas semanais de disciplinas teóricas, duas vezes por semana, perfazendo 344 horas/aula e atividades práticas junto às demandas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, considerando 20 horas semanais, perfazendo 800 horas de atividades práticas. Da carga horária semanal, 30% das atividades são teóricas, ministradas por professores, profissionais, especialistas, construtores e militantes históricos de experiências de HIS, e 70% das atividades são práticas, nas quais os residentes atuam de modo integrado às atividades teóricas, em ações de projeto, planejamento, organização social e comunitária, bem como na execução física das obras em canteiro.

Estima-se um total de 40 educandos/as sendo: 10 Residentes remunerados/as pela Prefeitura Municipal de Taboão da Serra; 10 Bolsistas, alunos de graduação do IFSP/Ático e/ou Mackenzie/Mosaico; 10 Servidores, profissionais ou estagiários, da Prefeitura Municipal de Taboão da Serra; 10 Voluntários externos, interessados, como “especiais”, atuantes na prática de campo junto à Ático e/ou a Assessorias Técnicas.

02. Objetivo

O curso tem como objetivo ampliar e aprofundar de modo decisivo os conhecimentos dos educandos no campo de trabalho da assessoria técnica à habitação de interesse social, de modo a completar a formação desses profissionais para que tenham instrumentos que lhes permitam enfrentar as complexas questões culturais, técnicas e políticas que envolvem a luta pelo direito à moradia. Esta tarefa se torna urgente e necessária diante da incompletude formativa e alienada da forma hegemônica de formação de arquitetos e urbanistas ao que se refere ao mais elementar dos direitos a arquitetura, um lugar para existir no mundo, uma casa!

Inclui-se, nos objetivos do curso, construir de fato as necessárias casas, atuando em todas as etapas do processo de produção da arquitetura, com especial foco no canteiro de obras. Além disso, busca-se ampliar a formação dos educandos no sentido da potencialização qualificada do Poder Popular, junto à coordenação da comunidade do Irati. Ampliar os conhecimentos para constituir insumos aos educandos, professores e comunidade acerca de como enfrentar os desafios e limites colocados à materialização de casas e obras comunitárias de moradores periféricos da classe trabalhadora. Intenta também enfrentar as práticas do trabalho alienado na produção da arquitetura social, abordando a não produção de mercadorias construtivas, com edificações comunitárias, em processos horizontais de decisão de projeto e obra entre projetistas e construtores e abordar tecnologias ambiental e socialmente apropriadas, com materiais e métodos que tenham como centro a não produção de resíduos, apropriação de materiais reciclados, ou naturais, com baixa produção de carbono em sua cadeia produtiva.

03. Metodologia

A metodologia do curso inclui a práxis pedagógica de trabalho teórico e prático junto à comunidade “Irati”, em Taboão da Serra, atuando em todos os processos de produção da arquitetura, desde o projeto até a execução das obras das casas, com recursos municipais— com foco de método na materialização das moradias, como centro principal da prática do curso - o canteiro de obras - em busca de práticas não alienadas entre os processos de decisão (projeto) e execução (obra), por meio de ações pedagógicas dialógicas.

Pretende-se a atuação através de círculos de cultura freireanos, onde os diferentes conhecimentos participantes são complementares e a integração com a escola municipal de construção civil, que forma pedreiros, eletricitas, pintores, dentre outras profissões da prática construtiva da arquitetura.

Pretende se ainda: Elaboração de trabalho de conclusão de curso, a ser realizado ao longo de todo o período, observando-se o processo de aprendizagem; Aulas presenciais e remotas, a serem realizadas no local de trabalho bem como nas Instituições de Ensino Superior - IFSP e Mackenzie; Formação do CPP - Conselho Político Pedagógico do curso com participação horizontal de educadores das instituições de ensino, comunidade e prefeitura.

04. Resultados Obtidos

Espera-se o início da primeira edição do curso e aprovação nos órgãos colegiados do IFSP. No momento, a proposta de curso encontra-se em trâmite nos colegiados pertinentes do Instituto Federal de São Paulo, principalmente junto à Pró-Reitoria de Extensão, e junto ao DCC - Departamento de Construção Civil do campus São Paulo. Espera-se ainda a criação do Conselho Político Pedagógico - CPP, composto por professores do DCC - IFSP, Mackenzie e servidores da Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, contando com a colaboração dos estudantes integrantes dos coletivos de extensão, no caso da Ático e do Mosaico - O conselho delibera sobre o todo do curso, ou seja, trata-se de uma gestão coletiva. Quando houver nova unidade de ensino parceira, esta deverá também compor a CPP.

Espera-se ainda um possível apoio do apoio do CAU e/ou do CREA - Segundo a função própria dos Conselhos Profissionais, estes deverão ser convocados a apoiar a iniciativa, e chancelá-la, bem como contribuir com ela, em sua formulação por meio de ações diretas no campo da política profissional. Serão também chamados a contribuir com recursos complementares estratégicos, por meio de fundos e editais que possam compor com as bolsas e custos gerais do curso, segundo a determinação de aplicação - mínima - de 2% de suas receitas em ATHIS, no caso do CAU.

05. Experiências

Destaca-se a experiência da edição do curso: “OCUPATHIS Periferia”, um ensaio pedagógico de residência acadêmica multidisciplinar em ATHIS em tempo reduzido. O curso ocorreu de modo ativo e propositivo, pois deu suporte teórico e apoiou a ação direta de 90 profissionais contratados, para cada um dos três projetos de entidades de Assessoria Técnica, contemplados através de Edital de Chamamento Público N° 006/2020 do CAU/SP, para execução de projetos de apoio a ATHIS - Ações Emergenciais, Projeto e Capacitação, e que ocorreu concomitantemente ao curso, em 2021.

O curso contou também com a participação ativa e voluntária de cerca de 50 estudantes, militantes e profissionais interessados em estudar, debater e colaborar com

as lutas dos movimentos. Teve como proposta, educar por meio da práxis integradora de atividades teóricas e práticas, em ocupações de moradia popular localizadas nas periferias de São Paulo, Osasco e Araras. Abordou os amplos debates acerca do direito à moradia por meio da efetivação do direito à assessoria técnica de projetos de moradia, garantida pela lei 11.888/2008.

As atividades aplicadas se deram junto a coordenações de movimentos de luta por terra e moradia em oito comunidades, para elaboração de: projetos e obras de melhoria de casas já existentes e novas; elaboração participativa de planos populares das ocupações, em vista de sua regularização fundiária; realização de projetos e obras de praças, arruamento, equipamentos coletivos e infraestrutura. O curso apresentou carga horária total de 61 horas e foi realizado por meio virtual, através de aulas expositivas, debates e dinâmicas em grupos de trabalho, conduzido por educadores do IFSP e de outras universidades e coletivos de trabalho.

O curso foi promovido pela ÁTICO - Assessoria Técnica a Comunidades Organizadas, um projeto de extensão universitária do IFSP - Campus São Paulo em parceria com a FAU USP, que promoveu o curso “OCUPATHIS Centro”, com a mesma proposta pedagógica.

Devido a questões orçamentarias o curso REMATHIS planejado e desenhado pelo Instituto Federal São Paulo e a Secretaria de Habitação de Taboão da Serra não pode ser implementado. Há expectativa de que, em tempo próximo, essa questão possa vir a ser sanada, já que é de interesse da administração municipal, do Instituto, bem como, e principalmente, da necessidade social dos munícipes que habitam em péssimas condições de habitabilidade.



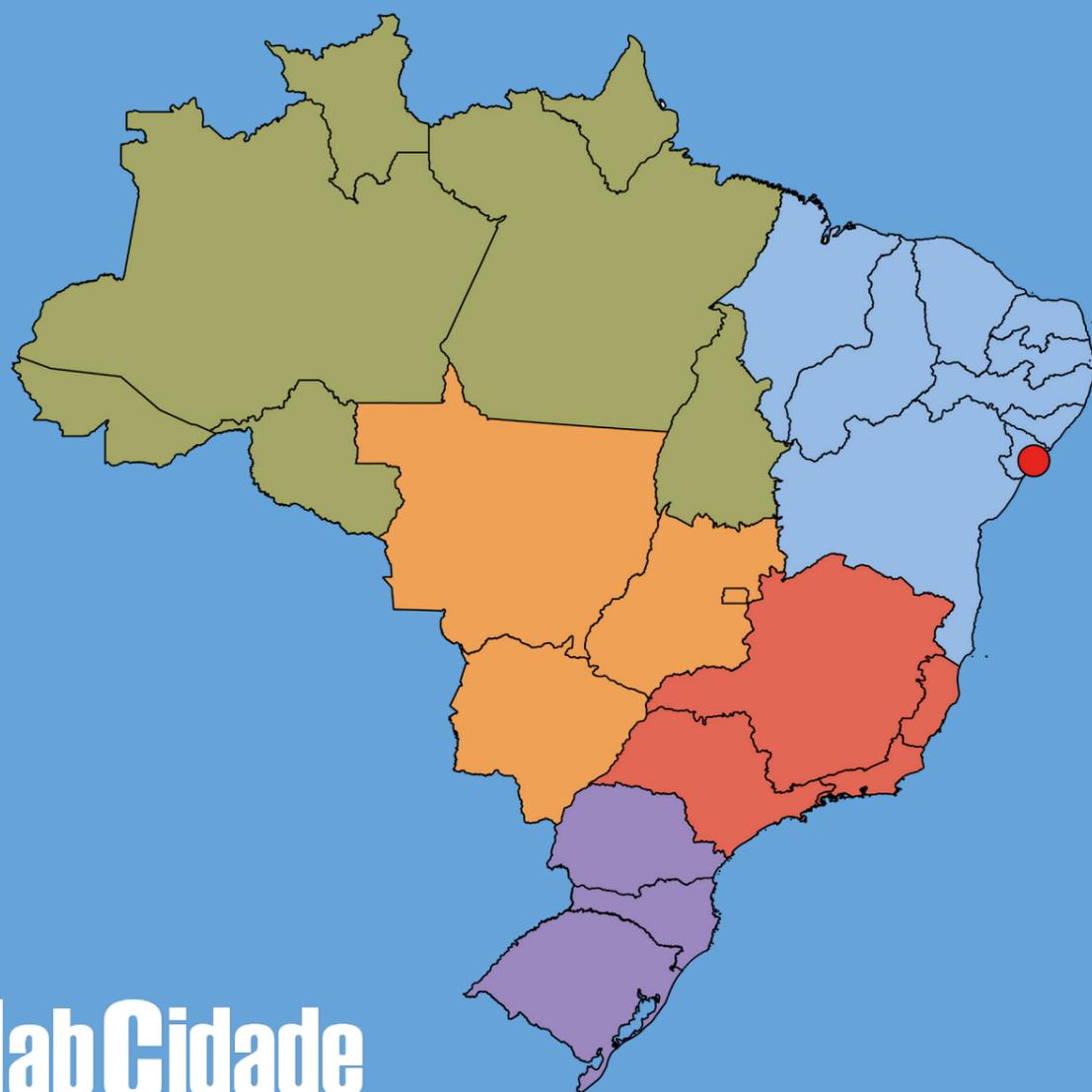


1.9 UFS

Residência multiprofissional em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade (HabCidade)

APRESENTAÇÃO:

Márcio da Costa Pereira e Maria Cecília Pereira Tavares



HabCidade

Residência Multiprofissional em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade
Universidade Federal de Sergipe - UFS
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU

01. Estrutura do Curso

O curso é ofertado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Campus Laranjeiras da UFS. É o primeiro curso de Pós-Graduação Lato Sensu em ATHIS no estado de Sergipe direcionado às comunidades vulneráveis dos municípios sergipanos. É ancorado em uma parceria estabelecida entre o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFS (DAU-UFS) e o Departamento de Engenharia Civil (DEC-UFS) e tem como referência o curso de Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia – Residência AU+E/UFBA. Outras Universidades Federais são parceiras, estabelecendo uma rede de Cursos de Residência. Os professores têm grande experiência na extensão universitária.

O curso se insere diante da relevância temática da habitação de interesse social e do direito à cidade, em um ambiente de intensa precariedade urbanística, torna um espaço de experimentação discente e de relevante contribuição com a sociedade. Reforça a capacidade profissional em lidar com os desafios inerentes da atividade de assistência técnica nos projetos e construção da habitação de interesse social e a promoção do direito à cidade.

Se alicerça na Lei Federal nº 11.888/2008, que assegura às famílias de baixa renda o acesso ao auxílio profissional gratuito para elaboração de projeto e construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia.

Conta com 420h de disciplinas teóricas e 825h de disciplinas práticas desenvolvidas nas unidades residentes. O corpo docente além de estar a cargo das disciplinas teóricas orienta e supervisiona, juntamente com os preceptores (profissionais oriundos das instituições parceiras e vinculados às unidades residentes), as disciplinas práticas assim como os Trabalhos Finais de Residência em áreas selecionadas como objeto de estudo.

02. Objetivo

O curso tem o objetivo de capacitar profissionais para atuar nas periferias e comunidades vulneráveis. Conjuga atividades teóricas e práticas com metodologias apropriadas, para viabilizar os processos e produtos técnicos, de interesse social pautados na autogestão e elaborados de forma participativa nas comunidades, impulsionando, desta forma, intervenções públicas em prol de melhores condições de vida e ampliação da cidadania.

Tem como público-alvo profissionais graduados em Arquitetura e Urbanismo e/ou áreas afins (engenharia civil, geografia, sociologia, direito e serviço social). Destaca-se a importância na capacitação dos profissionais que já estão na gestão pública e a inserção de novos profissionais que atuarão nas comunidades durante e após o período da residência. Os alunos são principalmente alunos do interior, com grande possibilidade de atuação em suas cidades de origem, favorecendo o trabalho nas prefeituras.

As unidades residentes são empresas, cooperativas, escritórios de assistência técnica, prefeituras e sociedade civil organizada, que assinam o termo de cooperação técnica com a UFS.

03. Metodologia

O curso tem uma abordagem multidisciplinar, direcionada para área de arquitetura e urbanismo

Está estruturado em um período de três semestres (18 meses), com dois módulos e o trabalho de conclusão de residência. Os componentes curriculares são divididos nesses módulos, sendo cinco no módulo 1 e quatro no módulo 2. No módulo 1 conta com as componentes curriculares: Produção do Espaço, Políticas Urbanas e Direito à Cidade (90h) e Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (90h). Já no módulo 2 contempla Projeto de urbanização, infraestrutura e meio ambiente (90h). Em ambos os módulos inclui as disciplinas Metodologia e Técnicas para projetos participativos (90h), Seminários Temáticos (60h) e Atividade Prática de Residência Profissional (825h). Por fim, o Trabalho de Conclusão de Residência (105h), totalizando 1350 horas.

04. Resultados Obtidos

Destaca-se entre os resultados alcançados o trabalho de Ueslei Souza e Ana Claudia Aragão, orientados pelo Prof. Dr. Márcio da Costa Pereira, sob o título “Os caminhos e desafios da assessoria técnica popular no conjunto José Monteiro Sobral em Laranjeiras/SE”. Atravessado pela Pandemia da Covid-19, o trabalho teve início nas reuniões com a comunidade, para identificar as demandas da comunidade que eram direcionadas às crianças. Durante a pandemia houve a continuação do projeto, que estruturou-se em grupos na rede social (whatsapp e instagran) sobressaindo a importância das mídias sociais para continuidade e conclusão do trabalho.

Este Trabalho recebeu reconhecimento nacional com a premiação no I Desafio Universitário pela Primeira Infância Bernard Van Leer / ANUP.

05. Experiências

O Curso de Arquitetura e Urbanismo vem desenvolvendo trabalhos de assessoria técnica através de vários projetos de extensão. Destaca-se a importância do escritório modelo TRAPICHE, que, desde sua fundação em 2014, tem realizado projetos em comunidades quilombolas, assentamentos informais, ocupações e comunidades ribeirinhas localizados nos mais diversos municípios do interior sergipano.



1.10 FIOCRUZ

Curso de Especialização em Cultivo Biodinâmico de Plantas Medicinais em Agroflorestas na Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis

APRESENTAÇÃO:

Gislei Siqueira Knierim



01. Estrutura do Curso

O curso é uma “Especialização lato sensu e Curso Livre” em Cultivo Biodinâmico de Plantas Medicinais em Agroflorestas, na Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Distrito Federal (TSS/DF). Essa modalidade permite ter profissionais graduados (especialização) e atender a população (agricultores, moradores locais, movimentos e organizações sociais) que não possuem graduação (no formato de curso livre). Possui carga horária de 575 horas/aulas, sendo 425 horas/aula presenciais e 150 horas/aula de atividades à distância (com orientação, tutoria e acompanhamento).

Realizou-se no período, de fevereiro de 2021 a abril de 2022, com uma expansão para além da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE/DF), alcançando alunos(as) de outros estados. Todo o processo foi construído coletivamente, com uma coordenação colegiada, formada por pesquisadores da Fiocruz, representantes da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), e com parceiros que dominam conhecimentos sobre cultivos de plantas e experiências em biodinâmicas, bem como profissionais e professores da área.

Com a pandemia da Covid-19, houve uma reestruturação e revisão da metodologia prevista para o curso, que a princípio seria presencial. Dessa forma, houve um período exclusivamente virtual (remoto) e depois as práticas em campo.

A base curricular do curso é formada por 2 (dois) grandes módulos:

- Módulo I - Carga horária - 270h/a: Composto pelas seguintes unidades curriculares: Estado, Ciência e Desenvolvimento; Território Saudável e o Cuidado em Saúde; Promoção, Vigilância e Cuidado; Agroecologia e Biodiversidade; Marcos Regulatórios referentes ao cultivo de Plantas e Boas Práticas Agrícolas (BPA) em Saúde Pública e Metodologia.
- Módulo II - Carga horária - 255h/a: Composto pelas seguintes unidades curriculares: A Cosmovisão e a Teoria do Conhecimento Antroposófico; Introdução à Botânica: teoria e prática no cultivo de plantas medicinais; Introdução à Agricultura Biodinâmica; Introdução a Sistemas Agroflorestais Sucessionais; Políticas Biodinâmicas Avançadas; Práticas supervisionadas de cultivo Biodinâmico em Agrofloresta e um módulo de vivência das práticas de cultivo, sistemas e atividades em campo.

Finaliza-se com um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e com o desenvolvimento de um projeto de intervenção no território (o espaço de onde ele(a) vem), consolidando uma devolutiva para a realidade do território das aprendizagens teórica e teóricas-práticas aplicada no curso, em uma transposição de ações práticas, caracterizando-se portando num processo de Formação-ação.

02. Objetivo

O curso tem por objetivo capacitar os profissionais e trabalhadores de saúde e áreas correlatas, agricultores familiares e representantes da sociedade civil organizada da RIDE/DF (DF e entorno de Goiás e Minas Gerais) nos fundamentos da Agricultura Biodinâmica, da Antroposofia e no cultivo de plantas medicinais em Agroflorestas. Nesse sentido, a Antroposofia traz o olhar da saúde pela Medicina Antroposófica e a Agricultura biodinâmica agrega o cultivo de plantas medicinais e sistemas agroflorestais.

03. Metodologia

O Curso tem uma base de estratégia pedagógica que consiste na organização dos alunos em NAEs (núcleos de aprendizagem e estudo); Pedagogia da Alternância (Tempo de aula virtual que foi uma adaptação do Tempo Escola em função da pandemia Covid-19 e Tempo Comunidade), como fundamento principal, onde ocorre o aprendizado entre o teórico e a prática; Os tempos educativos (tempo de acolhimento, de leitura, de aula, de oficinas e de cuidado); Tutoria por NAEs; Implantação de hortos agroflorestais (São Sebastião; Lago Norte; Riacho Fundo no DF); Trabalhos Coletivos (TC); Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); Projeto-intervenção e Caderno de desenho.

Os projetos de intervenções começam a ser desenvolvidos desde o início do curso e ao longo do período do curso é realizado a implementação do projeto, sendo a conclusão do curso, condicionada mediante um relatório referente a implementação das ações desenvolvidas durante o processo de vivência com o território e com as demandas de saúde das comunidades. Os projetos de intervenção inserem os(as) educandos(as) da especialização e do curso livre — com processos de condução dos trabalhos em igual nível, porém, com redução do nível de cobrança acadêmica daqueles que não tinham graduação.

Em virtude da pandemia Covid-19, os projetos de intervenção foram organizados por aproximação dos territórios com os(as) educandos(as). Os que estavam em Brasília foram direcionados para os hortos agroflorestais, ao total foram 4 (quatro) hortos no DF contemplados, a saber, Casa de Parto, em São Sebastião; Núcleo de Farmácia Viva, no Riacho Fundo I; Centro de Referência em Práticas Integrativas em Saúde (CERPIS), em Planaltina e Unidade Básica de Saúde (UBS) 1, do Lago Norte. Previstos como locais de aplicação da estratégia pedagógica. Os(As) educandos(as) de outros estados desenvolveram os trabalhos nos seus respectivos territórios.

Em razão da aplicação da Pedagogia da Alternância, houve uma necessidade de ajustar a carga horária junto ao Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). Ajustou-se o TE para uma parte síncrona em um ambiente virtual e outra assíncrona, orientando o trabalho junto à comunidade. Assim, todas as disciplinas foram revistas e redistribuídas com suas respectivas cargas horárias e em ambos os tempos.

Os(As) educandos(as) eram organizados em núcleos (NAEs) e contavam com o apoio de um tutor para cada núcleo, totalizando seis núcleos. Uma vez por semana os NAEs se reúnem com a presença do seu tutor em um ambiente virtual de forma síncrona para fazer reflexões sobre todo o processo, orientações, leituras e o planejamento dos processos seguintes.

04. Resultados Obtidos

A implementação dos 4 (quatro) hortos agroflorestais medicinais junto as UBS no DF e a inserção do Tema Agroecologia junto aos profissionais de Saúde foi o principal resultado. Além disso, na turma foram 10 (dez) educandos(as) foram concluintes do Curso Livre, e 32 (trinta e dois) alunos em nível de especialização, ao todo 42 (quarenta e dois) educandos(as) formados(as). Nas inscrições foram abertas 60 (sessenta) vagas, e no total foram 55 (cinquenta e cinco) matriculados - o que, em termos numéricos, foi significativo, por questão da pandemia Covid-19 e suas restrições, considera-se que houve pouca desistência.

05. Experiências

O curso surgiu da demanda pelo avanço na formação dos trabalhadores da saúde em uma prática de cuidado e saúde que dialoga diretamente com as populações, principalmente com as populações do campo e da necessidade de aproximar a saúde e algumas práticas de cuidado, que possam fomentar tanto o desenvolvimento local, mas também cuidados de uma forma mais ampla. Uma das demandas era de uma maior aproximação entre a população, os territórios, os profissionais de saúde nessa temática de agroecologia, para além da prescrição e do uso de plantas medicinais.

Enfatizar a percepção dessas plantas sobre uma perspectiva sistêmica da relação com o ambiente, entre as pessoas, como promotores de saúde e não apenas como reabilitadoras do processo de adoecimento. Essa experiência é focada em uma forma específica de cultivo – o biodinâmico, mas com experiências que ampliam esse olhar para outras formas, trabalhando com outros grupos em uma perspectiva do cultivo agroecológico.

Nesse contexto, os limites para a mobilização e apropriação pela comunidade, justificada nas restrições diante da pandemia, se apresentaram como desafios, principalmente no que tange à apropriação dos hortos agroflorestais pelas comunidades. Isso condicionou uma reflexão quanto às estratégias para as próximas edições do curso em seus processos de formação, ou seja de uma formação-ação pelo desenvolvimento teórico em campos de práticas.

Outros desafios envolvem a sustentabilidade e manutenção dos hortos agroflorestais. O conhecimento biodinâmico também é desafiador e limitador por requisitar muito estudo e dedicação em tempo e nível de conhecimento, pois necessita acessar linguagens específicas, conhecimentos e insumos que não são disponibilizados facilmente. Isso tem justificado a ampliação do conhecimento para o campo da agroecologia.

Existe ainda o limitador financeiro de custeio do curso, que agrega um valor alto em razão do conhecimento antropológico e biodinâmico. Outro desafio é a inserção do cultivo e uso de plantas e óleos medicinais em espaços urbanos, sensibilização da comunidade e a ocupação do espaço, ou seja, olhar para o ambiente com a percepção das relações sistêmicas, bem como dos seus trabalhadores e profissionais de saúde em identificarem as demandas a fim de atuarem de forma integrada as Redes de Atenção à Saúde (RAS).



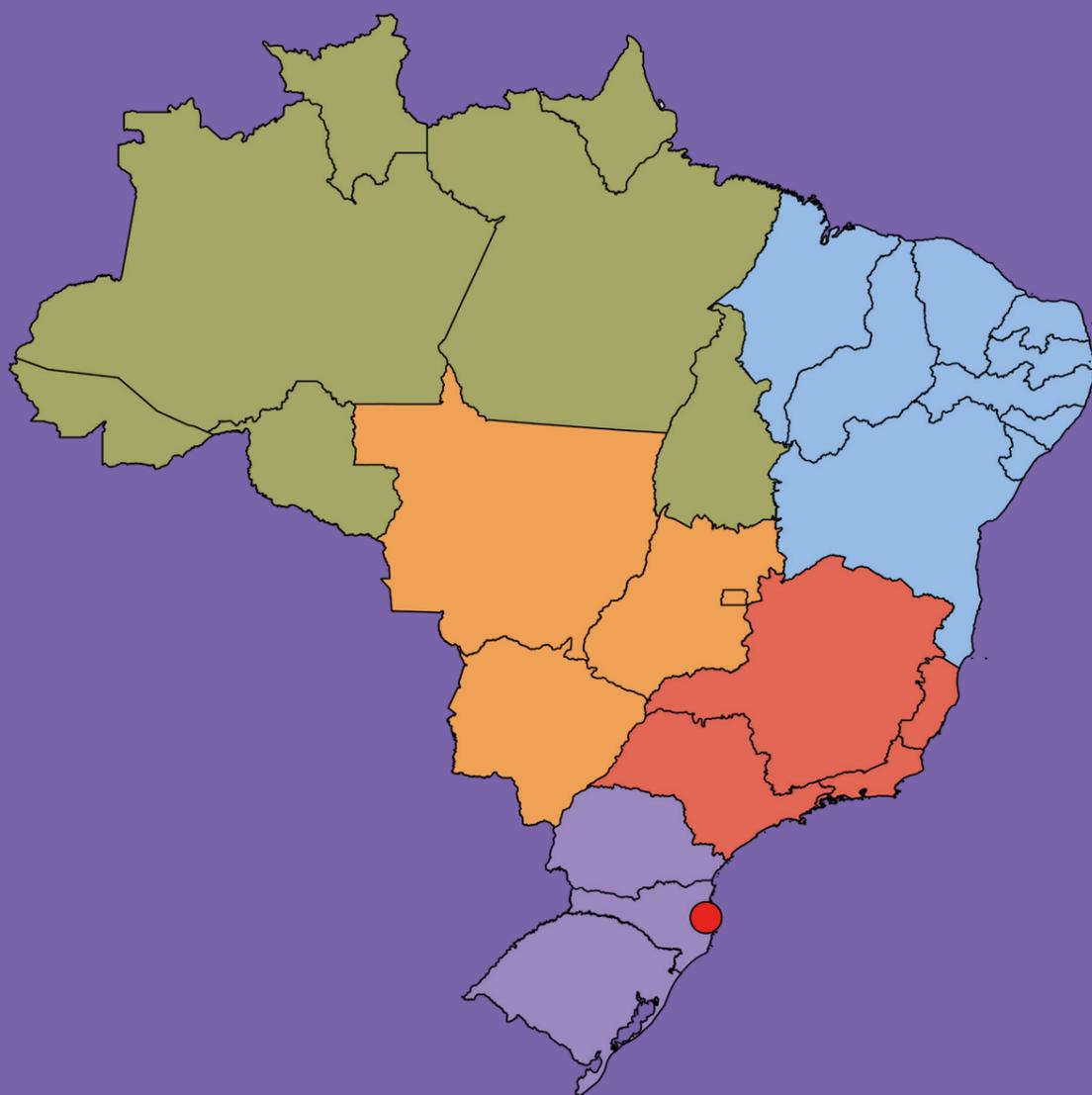


1.11 UFSC

Curso de Especialização a ATHIS no Contexto dos Povos Tradicionais e Originários

APRESENTAÇÃO:

Samuel Steiner dos Santos



01. Estrutura do Curso

O curso surge em um contexto de reformulação pedagógica do curso de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC, que necessita de uma oxigenação da estrutura do currículo e do corpo docentes, e conta com professores de outros departamentos e de instituições como CAU e IAB, algumas instâncias internas e organizações dos estudantes (Ateliê modelo).

A temática dos povos tradicionais se faz presente desde 2013, em projetos de extensão universitária e aproximações com comunidades remanescentes de quilombos em Santa Catarina, a partir do Movimento Negro Unificado, com 15 comunidade vinculadas em todo o território catarinense. Os trabalhos estão relacionados às comunidades mais próximas de Florianópolis-SC, na realização de ações de melhorias da infraestrutura e habitacional, com a expectativa de replicar e ter os trabalhos inseridos no conjunto das comunidades. Trata-se de um conjunto de demandas que são pertinentes à atuação do arquiteto e urbanista em assistência técnica, por uma temática que pede uma formação para tratar as especificidades das comunidades tradicionais.

O processo seletivo se constitui de uma prova escrita (caráter eliminatório, sobre temas pertinentes à ATHIS e os povos tradicionais), carta de intenção, avaliação de currículo e entrevista.

O curso é composto por sete módulos não sequenciais, mas que permeiam entre si. São eles: ATHIS trajetória, perspectivas e boas práticas; ATHIS no contexto dos povos tradicionais; Prática do planejamento popular: instrumentais e metodologias; Aproximação à realidade local; A questão quilombola, identidade quilombola; Saídas de campo e Trabalho final.

As aulas ocorrem duas vezes na semana (sextas e sábados) com carga horária total de 17 horas/aula por semana. Tem uma relação com a pedagogia da alternância, mas no sentido da comunidade na universidade e da universidade na comunidade. No trabalho final os estudantes poderiam escolher dentre as demandas identificadas nas comunidades, criando grupos e concebendo uma intervenção em caráter projetual e executivo, deixando algo concreto na comunidade.

02. Objetivo

O curso tem por objetivo possibilitar uma formação de caráter prático, comunitário e interdisciplinar para atuação em ATHIS, com ênfase nas demandas específicas dos povos tradicionais e originários, a partir da atividade integrada de ensino, pesquisa e extensão, assim como a articulação de dimensões histórica, cultural e simbólica, assim como urbanística (parcelamento e infraestrutura), habitacional (provisão e melhorias), jurídica e social (mobilização e participação comunitária e interlocução com órgãos públicos).

Tendo a extensão como estratégia, optou-se por fazer uma experiência no nível da especialização para então avançar para residência, visando também uma aglutinação de um corpo docente e discente, estrutura institucional e parceiros externos.

03. Metodologia

O curso tem caráter dinâmico e adaptativo, de forma a trazer para a sala de aula a problematização, teoria, reflexão e a busca por alternativas para questões concretas encontradas no cotidiano da comunidade. Busca-se uma maior integração entre os conteúdos, que não foram dispostos de forma sequencial, mas organizada de acordo com as dinâmicas de interlocução com a comunidade. O fio condutor do cronograma

do curso são as saídas de campo, com objetivo específico de reconhecimento, levantamento participativo das demandas; aprofundamento e discussão das ideias iniciais; validação das propostas; desenvolvimento de um mutirão para a execução de uma obra de melhoria para a comunidade; e encerramentos.

O contato com a comunidade ocorre de várias formas: com a participação das lideranças comunitárias na UFSC; seminários de aproximação à realidade local; discussões sobre ATHIS no contexto específico das comunidades quilombolas; visita de campo; e outros momentos de participação da comunidade nas atividades.

Isso ocorre desde o início, como forma de criar organicidade e interdependência entre os conteúdos e problemáticas discutidas em sala de aula e aquelas encontradas na comunidade.

As saídas de campo preveem atividades preparatórias para possibilitar a operacionalização do trabalho in loco, refletir sobre as melhores estratégias para a interlocução com a comunidade, e debater técnicas de planejamento participativo comunitário. Estas atividades estão inscritas no módulo “prática do planejamento popular”. Após as saídas de campo a atividade dos módulos “aproximação à realidade local” e “ATHIS no contexto quilombola”, são realizadas como forma de permitir um espaço de reflexão com a comunidade, debatendo, sedimentando e sistematizando as percepções adquiridas pelos docentes e discentes a respeito da comunidade e das possibilidades de desenvolvimento das soluções técnico-projetuais.

A partir da sexta semana, as atividades de discussão, saídas de campo e assimilação de conteúdo específicos passam a compartilhar espaço com períodos destinados ao desenvolvimento do trabalho final, pensado para ser desenvolvido em caráter de ateliê colaborativo, com a participação de discentes, docentes, profissionais em ATHIS e a comunidade.

Os trabalhos finais podem tratar de temáticas como Território: patrimônio, paisagem, memória; Espaços produtivos, renda e memória; Qualificação urbanística; Projetos dos espaços/equipamentos coletivos; Soluções de saneamento ambiental (reuso da água, esgoto, drenagem, etc); Melhorias habitacionais ou projetos para novas moradias. Ao final do curso, os últimos encontros são destinados para o fechamento do trabalho, realização de seminários de avaliação e as propostas de aperfeiçoamento para o curso.

04. Resultados Obtidos

Os resultados ainda não podem ser aferidos, pois trata-se de um curso em construção. Mas alguns desafios podem ser colocados:

- Possíveis arranjos institucionais;
- Temas, abordagens e estrutura didático-pedagógica;
- Parcerias com outras instituições públicas e privadas;
- Estratégias de trabalhos e projetos participativos;
- Formas de captação de demanda e interlocução com a comunidade;
- Gestão administrativa e financeira da residência;
- Estratégias de divulgação, formas de seleção, editais;
- Alternativas para viabilizar bolsas de trabalho.

05. Experiências

As experiências destacadas antecedem a criação do curso, mas fortalecem a criação e continuidade do mesmo:

Em algumas comunidades a atuação tem sido bem relevante nas questões de moradia, destaca-se a Comunidade da Toca em Paulo Lopes, onde foram construídas 22 habitações com assessoria técnica e acompanhamento da universidade, processo participativo, recheado de dificuldades. Em continuidade, pelo edital sobre assistência técnica do CAU/BR, está sendo construído o espaço de educação/coletivo da comunidade com técnicas de bioconstrução - fruto de uma relação de trabalho ao longo de oito anos, o que estabeleceu uma relação de confiança.

Outras comunidades são os indígenas, nas quais alguns professores têm desenvolvido atuações no sentido de qualificação de algumas infraestruturas nas aldeias, como na própria universidade, para acolhimento, visando a permanência deles na universidade - o projeto de moradia estudantil indígena.

Em 2020 existia um contexto especial de abertura no CAU/SC e a Associação de Municípios da Região da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS). Isso vinha contribuindo na construção da proposta do curso. A expectativa era implementar em 2020, mas com a pandemia da Covid-19, acabou mudando a equipe do CAU/SC e todos os apoios foram perdidos. Em razão disso, estão em busca de outros parceiros públicos para viabilizar o curso.

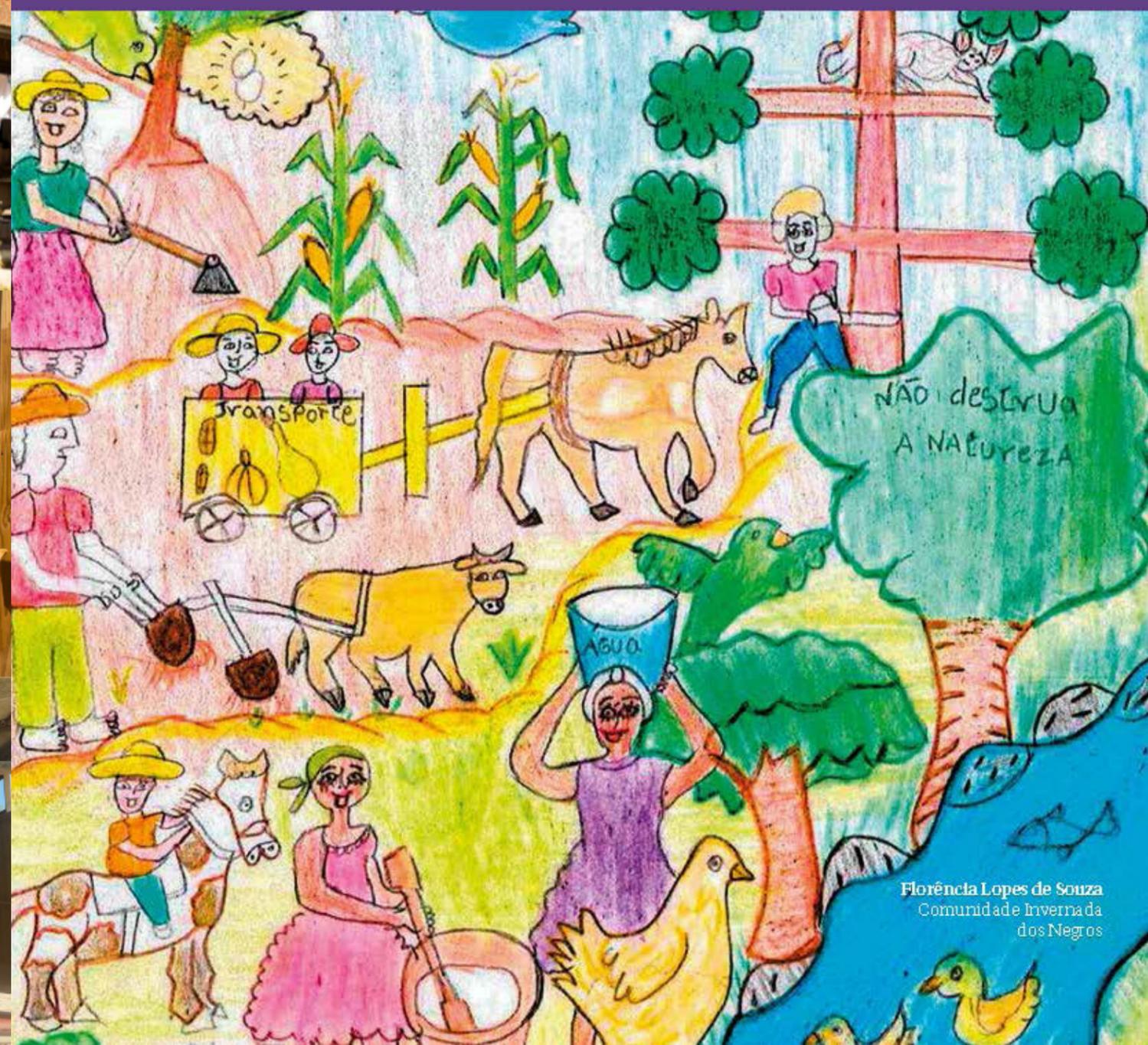


Quilombo Toca Santa Cruz



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA



Florência Lopes de Souza
Comunidade Invernada dos Negros

1.12 UFSB

Curso de Especialização em Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade – Núcleo de Estudos e Intervenções nas Cidades

APRESENTAÇÃO:
Joel Pereira Felipe



Curso de Especialização em
ATHIS e Direito à Cidade

01. Estrutura do Curso

O curso está situado no campus da UFSB (Itabuna, Bahia) e foi apresentado pelo programa de Extensão Núcleo de Estudos e Intervenções nas Cidades (NEIC). Tem como principais características: ser multiprofissional e interdisciplinar; possuir cotas para ingresso dentre as 30 vagas oferecidas, destinadas 5 para pretos, 18 para pardos, 1 para indígenas e 6 para ampla concorrência, além de 10 vagas supranumerárias, que são destinadas: 2 vagas a indígenas, 3 a quilombolas, 1 para pessoa com deficiência, 1 para pessoas transgêneras e 3 para servidores técnico-administrativos da UFSB.

Com regime quadrimestral (3 períodos/ano) e 2 componentes curriculares por quadrimestre, as aulas estão previstas para ocorrerem às sextas à noite e sábados de manhã, com estágio no EATHIS (escritório permanente), para dar continuidade a projetos de turmas anteriores totalizando 420 horas.

Conta com uma cooperação interinstitucional com docentes de instituições públicas e privadas, como: FAUUFBA, FAUUSP, UFABC, IFBA, FAUMack, Faculdade Anhanguera.

02. Objetivo

O curso objetiva ser realizado em formato compacto, atrativo e dinâmico - de modo a viabilizar a curricularização da Extensão e acelerar a inserção do maior número possível de profissionais capacitados em um horizonte próximo de tempo. Com isso, também se pretende fomentar a criação de escritórios de assessoria técnica e atuar de maneira proativa junto às prefeituras e estado, com destaque à parceria com o CAU/BR.

03. Metodologia

Com oferta bianual, serão ministrados 9 componentes curriculares e há exigência de estágio para dar continuidade a projetos concebidos durante o curso, a partir da atuação de um escritório permanente, o EATHIS. A aproximação da Arquitetura e Urbanismo se dará com parcerias com instituições da região, como o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo do curso de Arquitetura da Faculdade Anhanguera, se baseando na cooperação interinstitucional docente.

04. Resultados Obtidos

O curso será implementado a partir de setembro/2023, portanto não se pode falar em resultados concretos. Pode-se falar em desafios, principalmente no âmbito institucional e no que tange às questões de financiamento de bolsas para os estudantes e falta de apoio institucional.

05. Experiências

Uma vez que o curso ainda não foi iniciado, as experiências citadas ainda se encontram em etapa de proposta. Assim, considera-se:

- Proposta para a criação do “Programa Municipal de ATHis em Itabuna”: apresentada à Prefeitura e à Defensoria Pública a proposta de criação de um Programa de Municipal de ATHis para responder à demanda oriundas das inundações ocorridas

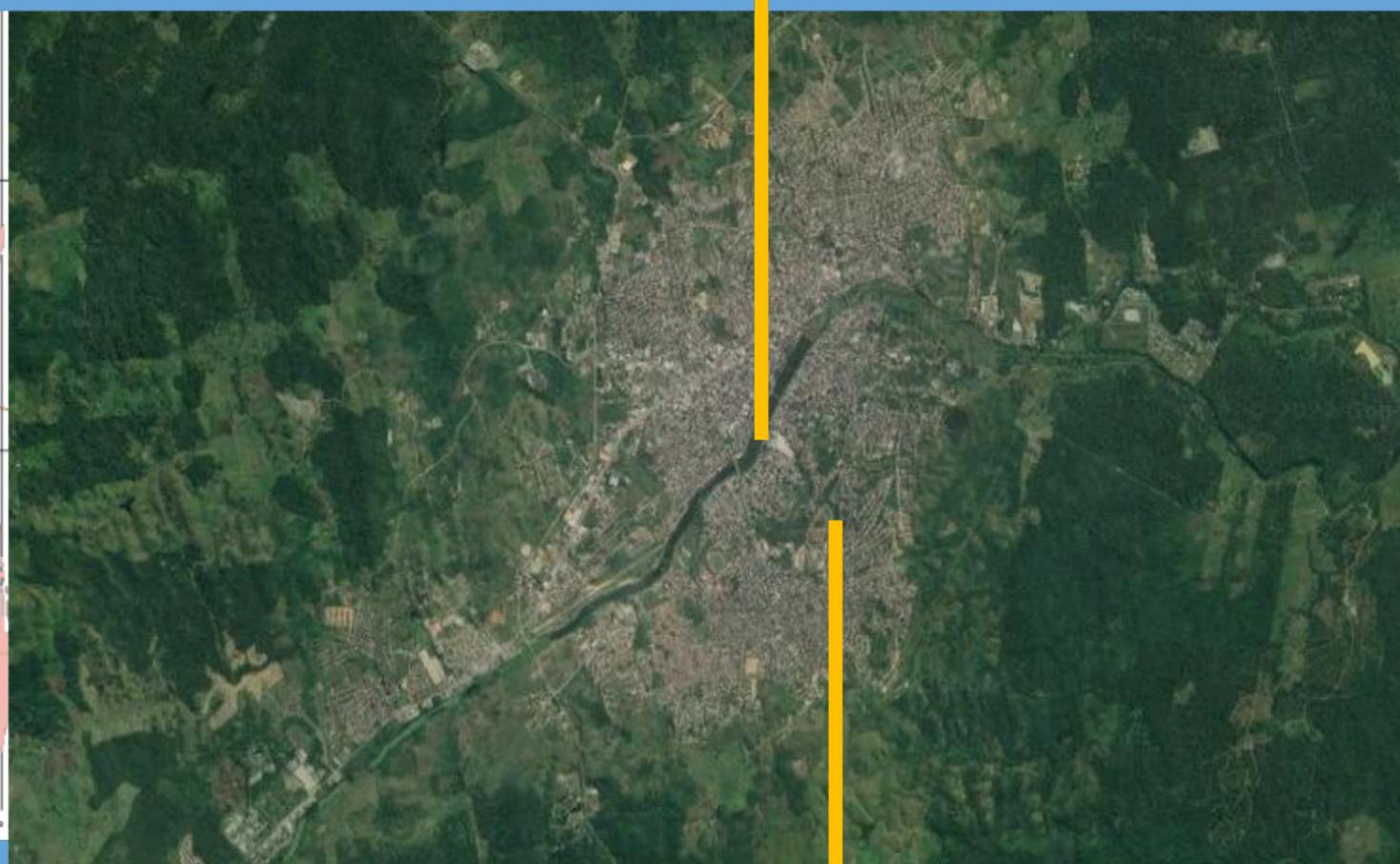
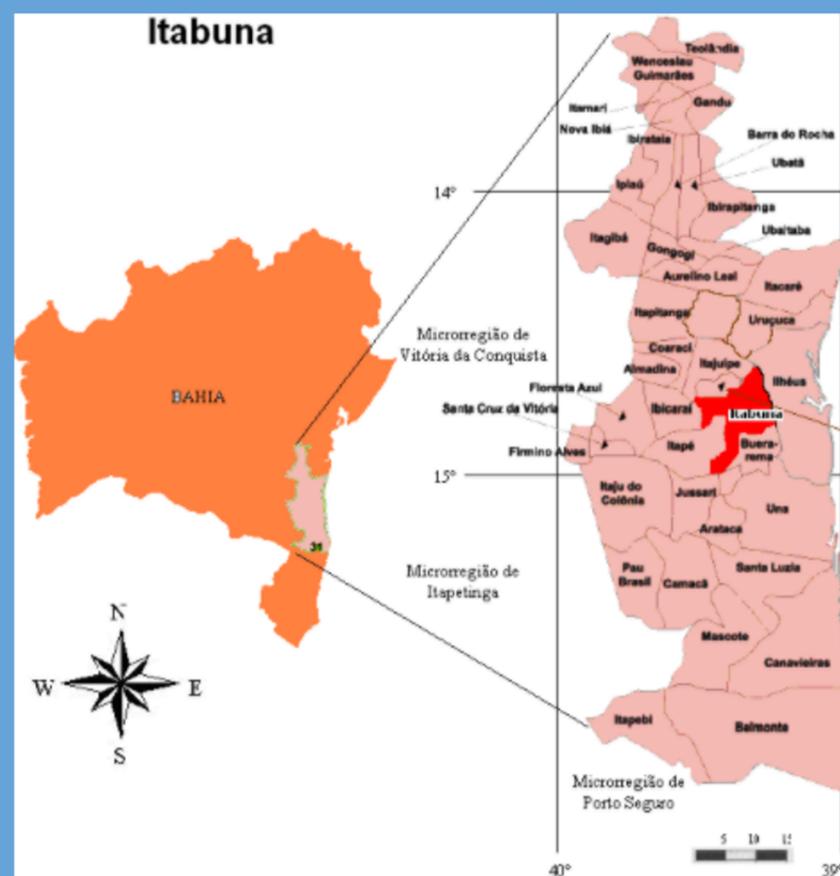
na região no final de 2021. A intenção foi levar ao ente público o desenho de uma política para a viabilização de um Programa Municipal de ATHIS.

O NEIC apresentou ao CAU-BR uma proposta para o município de Itabuna denominado: Projeto de Reabilitação Urbana e Ambiental do Gogó da Ema. Esse projeto foi contemplado em 1º lugar no Edital nº 5/2022 do CAU e está em execução, tendo iniciado pela oferta de um Curso de Extensão em ATHIS e Direito à Cidade, com carga horária de 36 horas para 40 estudantes de graduação, lideranças populares, técnicos municipais e outros convidados.

Bahia

Sul da Bahia

Itabuna, área urbana, Rio Cachoeira

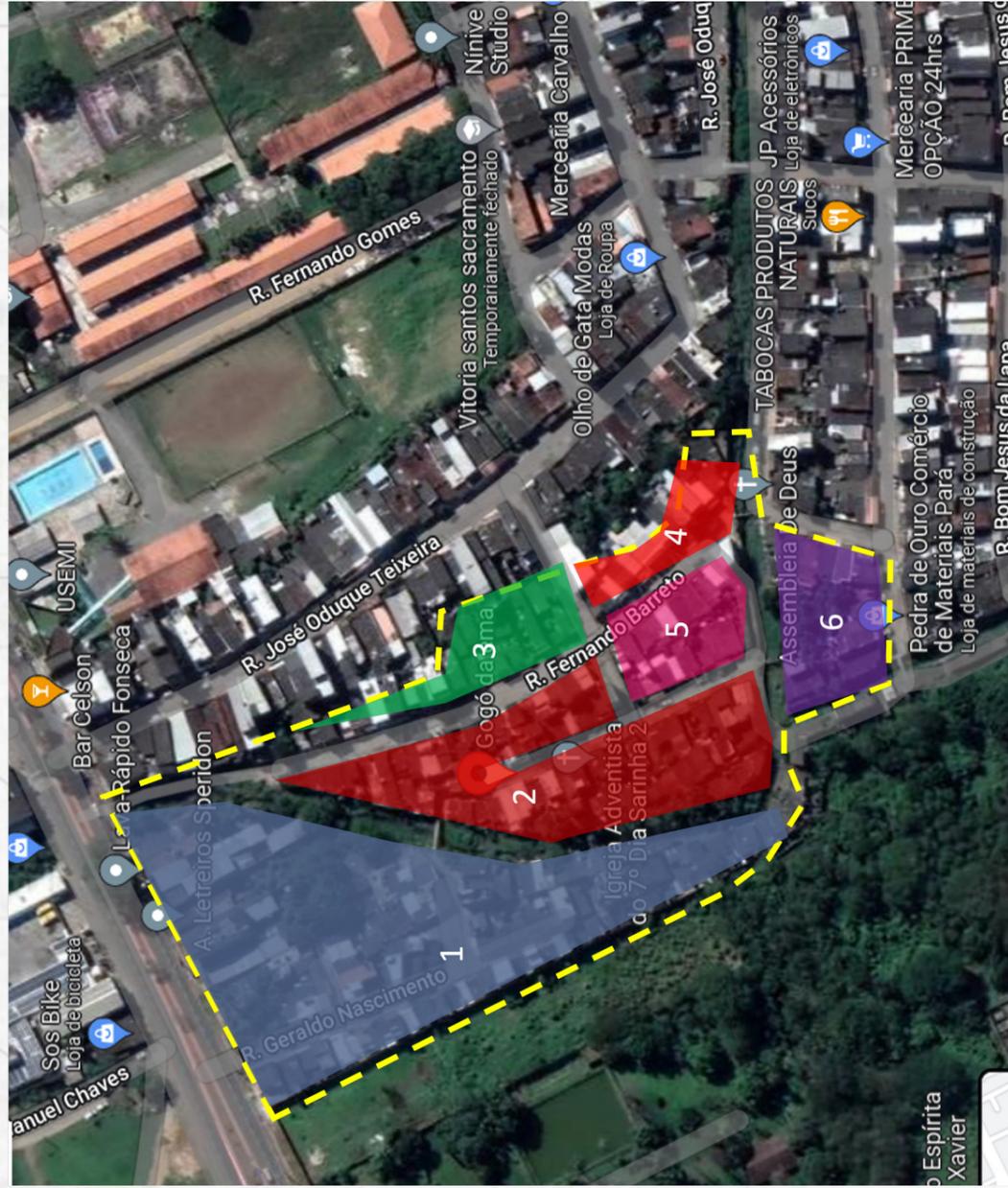


Gogó da Ema

Projeto de Reabilitação
Urbana e Ambiental do
Gogó da Ema

Instrumentos legais:
Lei de ATHIS
Lei de REURB

Anexo 5
Levantamento de
domicílios – jul/2022



| | |
|---|----|
| 1 | 87 |
| 2 | 84 |
| 3 | 21 |
| 4 | 16 |
| 5 | 19 |
| | 28 |

TOTAL: 255



1.13 FIOCRUZ

Curso de Especialização Lato Sensu/ENSP – Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental: Gestão Urbana e Saúde

APRESENTAÇÃO:

Marcelo Guimarães Araujo



<https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=curso/25197>

01. Estrutura do Curso

Modalidade de especialização, com duração de 400 horas, sendo uma aula semanal, somando 8h/semana e totalizando 50 semanas, incluindo o TCC. As turmas são constituídas de até 30 alunos, fazendo uso da Plataforma Moodle ENSP e sendo prioritariamente presencial, apenas com acesso remoto durante os anos de 2020 e 2021, por conta do contexto da pandemia. O curso é voltado para graduados em todas as áreas, tendo como público-alvo servidores municipais, funcionários de empresas de serviços urbanos, urbanistas e outros profissionais e estudantes com interesse no tema. O curso é estruturado em uma etapa introdutória sobre a saúde coletiva e três grandes módulos: Políticas Públicas na cidade, Práticas Institucionais e Organizacionais e Governança Democrática Territorial e Urbana. Posteriormente, a última etapa é composta pelo Trabalho de Conclusão de Curso, consistindo em uma proposta de intervenção urbana que inclua ferramentas participativas.

02. Objetivo

Criar uma mistura de diversas formações e experiências profissionais, visando a qualificação e formação, para o desenvolvimento de práticas de formulação e execução de políticas, programas e projetos de intervenções urbanas e territoriais, na sua relação com a saúde coletiva. Destaca-se, como objetivos, a indução à criação de projetos pedagógicos que aproximem os diferentes atores urbanos e suas intencionalidades, a partir da interdisciplinaridade e intersetorialidade; a busca do desenvolvimento de habilidades interpessoais, das capacidades crítica, dialógica e argumentativa dos participantes e a introdução às metodologias de participação popular e identificação e avaliação de vulnerabilidade.

03. Metodologia

O curso apresenta abordagem baseada em problemas, que já é explicitada no edital de seleção e metodologia participativa – Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com discussão em grupos de até 8 alunos: Situação-problema: casos apresentados pelos professores, com o intuito de consolidar conhecimentos específicos; Relatos de prática: casos elaborados pelos próprios alunos, com o objetivo de trazer a realidade percebida para debate com os colegas e professores; Debates com palestrantes.

O aprendizado ocorre a partir da construção da realidade na mente do estudante em que o conhecimento e as experiências prévias do aluno têm papel fundamental no aprendizado. Busca-se criar um ambiente diverso com uma mistura de alunos de diferentes formações, experiências profissionais e de vida, gênero, faixas etárias.

04. Resultados Obtidos

A abordagem e metodologia propiciaram às experiências a avaliação de que ocorre uma notável evolução dos estudantes e a mudança e aprimoramento da percepção da realidade que estes têm sobre o território.

05. Experiências

Destaca-se a atuação do curso em Petrópolis no contexto da pandemia da COVID-19. Essa atuação exigiu o acesso remoto da plataforma Moodle, pela inviabilidade de presença no território; houve propostas de TCCs focadas na resiliência do centro de Petrópolis, mais especificamente com relação à COVID-19, abrangendo diferentes propostas em diversos temas urbanos.

Identificou-se o grande desafio de se transformar, por determinado período, um curso que seria essencialmente e fundamentalmente presencial em um curso remoto, por conta do contexto da pandemia, o que também resultou em sobrecarga de servidores municipais, culminando no aumento da evasão no período.



Especialização Lato Sensu
ENSP

17 de abril a 12 de dezembro de 2017
Inscrições:
www.sigals.fiocruz.br
Público-alvo:
Graduados com atuação/interesse em gestão urbana e saúde.

Inscrições até:
2 de fevereiro de 2017

Gestão Urbana e Saúde

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca



120
ANIVERSÁRIO
FUNDAÇÃO
DEBATERIO DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

curso de especialização
**gestão
urbana
e saúde**
2020

Ministério da Saúde
Fiocruz
Fundação Oswaldo Cruz

ENSP

FÓRUM ITABORAÍ
Instituto de Políticas e Gestão Urbana

SUS

MINISTÉRIO DA SAÚDE

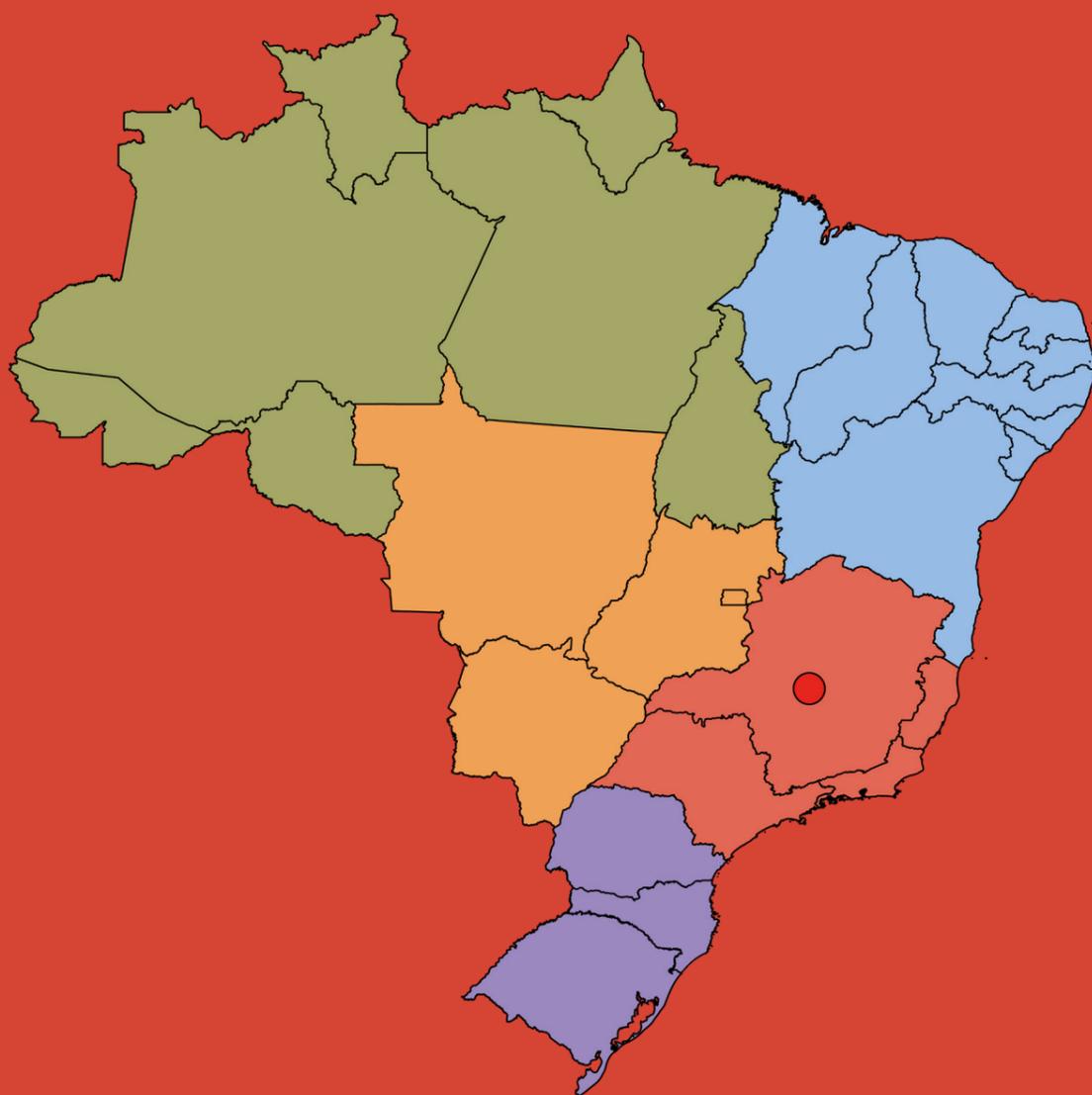
PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

1.14 PUC

Especialização em Tecnologias e Processos Inovadores em Arquitetura e Urbanismo - Residência Profissional - PUC Minas*

APRESENTAÇÃO:

Viviane Zerlotini da Silva



<https://www.pucminas.br/Pos-Graduacao/>
*Residência não realizada

01. Estrutura do Curso

O curso conta com carga horária total de 1.284 horas de atividade, das quais 336h serão síncronas (modelo remoto), 36 horas em disciplinas optativas, 72 horas de Trabalho Orientado, enquanto atividade avaliativa obrigatória e 840 horas para atividades complementares. Mescla aulas expositivas, palestras, oficinas temáticas, visitas técnicas, seminários de orientação coletiva e orientações individuais. As disciplinas são divididas em três tipos: fundamentais; tópicos de ementa aberta e disciplinas optativas dentre as disponíveis nos cursos de pós-graduação do IEC.

02. Objetivo

Tem por objetivo oferecer ao aluno a possibilidade de uma formação em serviço no formato de residência profissional, por meio de aporte teórico-prático a uma atividade prática por ele desenvolvida – seja em órgão público, empresa ou escritório, junto a alguma comunidade, em atividade individual ou coletiva – em um processo que culmine na elaboração de um produto, que poderá se concretizar como projeto, protótipo, obra, ou qualquer outra ação que envolva a atuação do residente frente a uma demanda técnica definida. Além disso, aparecem, como objetivos do curso, o fomento ao trabalho e à pesquisa em rede, envolvendo a academia e a comunidade externa a ela, ampliando o campo de atuação profissional do arquiteto e urbanista e seu papel na produção social do espaço, assim como a ampliação de possibilidades de formação continuada na profissão, em um modelo diferenciado.

03. Metodologia

É pautada no conceito de ação e reflexão, a partir da aproximação com a realidade e a prática. Traz a ideia de se trabalhar com cenários de prática, onde o aluno traz as demandas a partir da sua vivência e realidade de atuação para dentro do curso, transformando sua atuação profissional previamente existente em uma atividade individual ou coletiva do curso e concretizando a atuação do curso em um produto. Esse produto, por sua vez, pode ser: projeto, mídia, protótipo, obra ou qualquer produto dentro do espectro de ação do profissional Arquiteto e Urbanista.

04. Resultados Obtidos

Pretende-se qualificar profissionais, com formação superior do campo da Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Geografia, atuantes ou interessados em atuar implementando projetos inovadores, pensando no avanço e consolidação de um saber especializado e na ampliação de suas possibilidades de aplicação. Através do curso, permite-se uma instância de reflexão sobre a atuação do estudante e busca possibilitar sua potencialização em produções técnicas que venham a valorizar o fruto do trabalho e multiplicar suas oportunidades.

05. Experiências

Foram apresentadas iniciativas de outros cursos em que a organização participou, a exemplo da disciplina ministrada no curso de especialização *latu sensu* “planejamento ambiental urbano e produção social do espaço”, que aborda o desenvolvimento de tecnologia social para a promoção de processos colaborativos de produção

do espaço. Considerando os preceitos da etnografia urbana, debate-se criticamente seus limites e potencialidades aplicados à pesquisa socioespacial: etnografias reversas e simétricas, tecnologia social e desenvolvimento e a relação entre a produção social do espaço e as metodologias colaborativas.

Além disso, ressalta-se, como dificuldades enfrentadas na implantação do curso de especialização, a gestão centralizada dos cursos de pós-graduação, a rigidez das normas institucionais, o processo de ensino-aprendizagem centrado em atividades de ensino. Tais dificuldades são próprias de um curso com caráter extensionista submetido ao contexto de uma instituição de ensino privada.

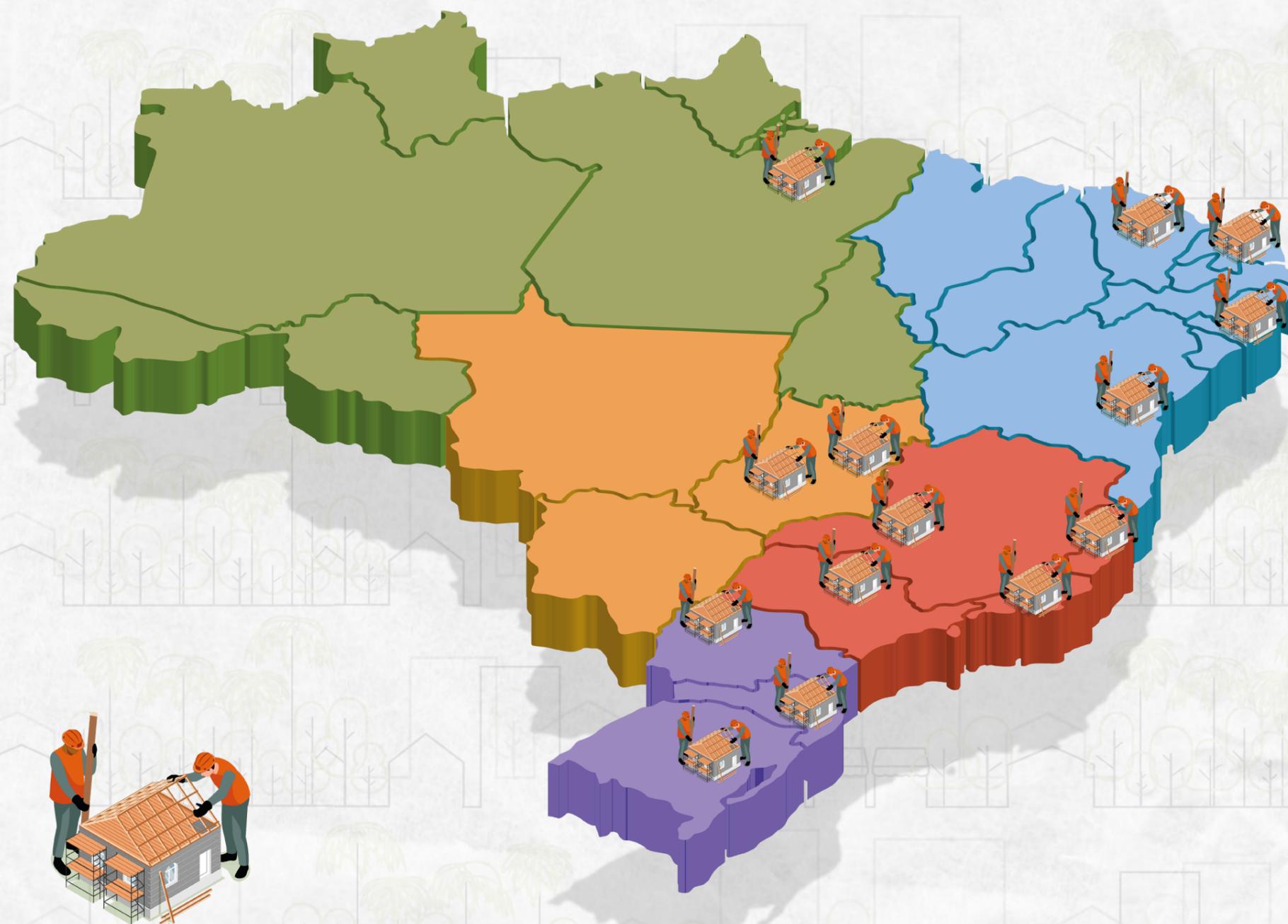






2. Grupos de Pesquisa

Ao todo, quatorze Residências e/ou Cursos Lato Sensu apresentaram suas trajetórias durante o 1º Encontro Nacional sobre Extensão na Pós-graduação e Assessoria Técnica para a Produção do Habitat mais saudável, resiliente e solidário no campo e na cidade. Residências Acadêmicas, Cursos de Especialização e Grupos de Pesquisa e Extensão.



**GRUPOS DE
PESQUISA**

2.1 URBANA

Urbanização e Natureza na Amazônia URBANA - PPGAU / UFPA

APRESENTAÇÃO:

Ana Claudia Duarte Cardoso



<https://www.urbanapesquisa.net/>

O grupo tem o objetivo de trabalhar uma aproximação entre cidade e natureza, entendendo a Amazônia como um laboratório diferenciado para a discussão de temas contemporâneos, uma vez que suas formações naturais sempre estiveram (muito e bem) habitadas por populações nativas (povos indígenas, comunidades quilombolas, famílias ribeirinhas) e por camponeses migrantes que assumiram o marco tecnológico já praticado na região.

No contexto do Estado do Pará, o grupo entende a cidade e o campo não como uma dicotomia, mas sim como uma espécie de mosaico territorial mediado pela floresta. Realiza uma leitura do espaço e da questão do desmatamento, associados ao racismo e a colonização. Apesar da diversidade de comunidades e apropriação do território presentes no estado, a Faculdade de Arquitetura continua a reproduzir modelos fictícios e distantes das realidades de muitos estudantes, especialmente considerando a presença de estudantes cotistas, quilombolas e indígenas. É nesse contexto que o grupo URBANA atua pensando, com o protagonismo dos estudantes, meios para que haja uma mudança de cultura dentro da escola de arquitetura e da sociedade. Nesse sentido, o grupo originalmente de pesquisa, compreendeu que na prática faz pesquisa ação, e que a pesquisa deveria ser acontecer em paralelo com a extensão sempre que possível. O foco do grupo é a espacialidade da etnosociodiversidade amazônica.

Durante a pandemia foram realizadas ações no âmbito dos projetos:

DIVER(S)CIDADE: Que utilizou como metodologia os círculos de leitura, círculos de cultura e círculos epistemológicos, com base em uma metodologia freireana para debater como a produção de autores latino americanos ajuda a explicar o dia a dia nas cidades amazônicas. No contexto da pandemia o grupo se organizou por meios digitais on-line e todo o trabalho está disponibilizado on-line e teve como resultado a publicação de um livro.

CONTRACARTOGRAFIAS: projeto de pesquisa-ação, que buscava alternativas de desenvolvimento decolonial. Utilizou uma metodologia de Pesquisa-ação, interdisciplinar e intercultural, desenvolvida em comunidades inseridas em áreas periurbanas de Belém, Ananindeua e Santarém – ligadas aos rios e florestas, com participação de estudantes das comunidades na equipe. A equipe do projeto foi constituída com estudantes cotistas de graduação e estudantes de pós-graduação, e teve como foco principal o desenvolvimento de produtos acessíveis às comunidades, com uma linguagem adaptada por meio de livretos e de um jogo e um acervo de vídeos disponibilizados na internet, em detrimento do produtivismo acadêmico.

O impacto dos projetos é percebido na comunidade, especialmente nas escolas que se apropriam dos materiais para a utilização em sala de aula. Também houve um aumento da presença dessas temáticas nos trabalhos de pós-graduação no contexto da universidade. O grupo entende que existe um princípio de reflexão e concepção de ações adequadas às realidades e de um entendimento de que a extensão e a pesquisa são parceiras.

Atualmente a equipe está iniciando novo projeto, constituindo um LABORATÓRIO DE URBANISMO E PAISAGISMO na várzea de um rio que corta o campus da UFPA e conta com ocupação informal consolidada sobre o muro da instituição, na faixa de domínio da via de acesso. O espaço se constitui em fragmento de uma trama verde e azul e conta com o microuniverso de problemas típicos da região: alagamentos, degradação ambiental e desigualdade.



Entre travessias e atravessamentos:

um pouco sobre a realidade das
ilhas de Cotijuba e do Combu,
em Belém (PA)

Letícia Ribeiro Vicente
Romário Brito
Rafaela Carolina Bulhões de Oliveira
Ana Cláudia Duarte Cardoso



PARTE I

APRESENTAÇÃO DO AMBIENTE
INSULAR DE BELÉM



PARTE II

UM POUCO MAIS SOBRE A REALIDADE DAS
ILHAS DO COMBU E DE COTIJUBA



Dados gerais das ilhas do Combu e Cotijuba

Cotijuba



Área: 1.580.71 ha



População: em 2000 a ilha tinha 2133 habitantes (GUERRA, 2007), e pelo censo do IBGE de 2010 (2010) 3365 moradores. Através de entrevista concedida por uma das coordenadoras do MMIB (A. M., 47 anos), estima-se que existam cerca de 5000 moradores atualmente, ou seja, em 20 anos a população mais que dobrou.



Distância em relação ao centro de Belém (linha reta): 22 Km



Forma de acesso à ilha: o acesso à ilha é feito somente por barco. Do trapiche de Icoaraci (distrito ao norte da Belém continental) até o trapiche Antônio Tavernard, a viagem dura aproximadamente 45 minutos. O trajeto pode ser realizado pelo barco da prefeitura, que durante os dias de semana e em horários definidos, cobra o preço da passagem de ônibus municipal, ou por barcos da Cooperativa de Barqueiros de Cotijuba (COOPERBIC), que até o momento da pesquisa cobravam 7 reais o trajeto.

🔍 Para saber mais...



O Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia – o Urbana – é uma iniciativa que surge em 2017, mas que se pauta em experiências muito anteriores de articulação entre professores e a alunos de distintas universidades brasileiras, sob coordenação da prof. Dra. Ana Cláudia Cardoso (PPGAU / UFPA). O grupo parte do questionamento “Qual a natureza do urbano amazônico contemporâneo?”

Em 2020, um dos desdobramentos do grupo foi o projeto de pesquisa Contracartografias, que reuniu professores, pesquisadores e pesquisadores nativos de diversas comunidades tradicionais no Pará e de Minas Gerais. Como resultados, foram produzidos vídeos, livretos ilustrados e animações. Vem conferir nossa produção nos nossos sites. Aproveita e nos segue no Instagram, sempre tem novidade por lá ...

URBANA | <https://www.urbanapesquisa.net/>

The image shows two overlapping screenshots. On the left is the website for URBANA, featuring a large banner with the text "URBANA Urbanização e Natureza na Amazônia" and a background image of a river with colorful umbrellas. On the right is the Instagram profile for @urbanapesquisa, showing 67 posts, 963 followers, and 162 accounts followed. The profile bio identifies it as the "URBANA - Grupo de pesquisa Educação" and provides a link to the website.

Projeto Contracartografias | <https://www.urbanapesquisa.net/contracartografias>

The image shows the website for the "Projeto Contracartografias". The header is green with the text "CONTRACARTOGRAFIAS" and flags for Brazil and the United Kingdom. Below the header is a navigation menu with links for Home, Sobre, Conheça a Equipe, Comunidades dos Estudos de Caso, Resultados, and Contato. The main content area features a large landscape photograph of a river and forest.

Laboratório Cidades na Amazônia | <https://www.labcam.net/>

The image shows the website for the "Laboratório Cidades na Amazônia" (LABCAM). The header includes the logo "labcam" and the text "Laboratório Cidades na Amazônia FAU - UFPA". Below the header is a navigation menu with links for Início, Sobre, Equipe, Produções, Notícias, and Downloads. The main content area features a large photograph of a city skyline across a wide river.

O Laboratório Cidades na Amazônia – LABCAM - foi constituído em 2004, no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. Dentro do LABCAM, desenvolvem-se pesquisas com ênfase na interseção do estudo da produção da cidade, políticas públicas e o desenho das cidades na Amazônia. Nossa produção pode ser acessada em nosso site...



2.2 ArqPET

ArqPET - Programa de Educação

Tutorial

UFC

APRESENTAÇÃO:

Clarissa F. Sampaio Freitas



<http://pet.arquitetura.ufc.br/>
<https://www.instagram.com/pet.arquitetura/>

A abordagem sobre as questões de direito à cidade do grupo teve início em 2011, com um projeto de extensão universitária aprovado no Edital PROEXT ligado ao Ministério da Educação e das Cidades. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se a realização de um curso para os membros eleitos para o conselho da ZEIS - Lagamar e uma série de levantamentos cartográficos para informar o processo de regularização fundiária do assentamento do PICI. Essas primeiras iniciativas ajudam a estabelecer relações de confiança com os moradores que lutam pelo direito à moradia na cidade, e o grupo ganha força.

No contexto da Copa do Mundo de 2014, com a cidade sediando alguns dos jogos, o programa conduziu uma série de ações que buscaram avaliar o impacto espacial dos investimentos previstos, apresentar contrapropostas e sistematizar outras informações sobre alternativas como a identificação de vazios urbanos e sua domínialidade. Estas iniciativas resultaram em alguns avanços no sentido da mitigação dos impactos ambientais associados às grandes obras. Em 2013/2014, em colaboração com a rede de Desenvolvimento Local Sustentável do Grande Bom Jardim (DLIS), os membros do ArqPET passam a atuar também em uma área periférica de Fortaleza-CE, especialmente no que tange à mobilização pelo direito à moradia e à proteção ao meio ambiente, em particular na luta pela instalação do PARque da LAgoa da Viúva.

Entre 2015/2017, destaca-se a atuação no assentamento Raízes da Praia, com a realização de Assistência Técnica para Regularização Fundiária em um Projeto Participativo, para a construção de 84 casas em um terreno litorâneo privado, que não cumpria sua função social. Entre 2013/2015 e 2017/2018, o grupo ocupou a representação da Universidade na Comissão de Política Urbana da Prefeitura. Entre 2017/2019, como uma resposta à demora da Prefeitura em realizar a execução dos Planos de Bairro para as áreas de ZEIS, o ArqPET elaborou de forma participativa o Plano Popular do Bom Jardim, alcançando um significado político forte e demonstrando a importância do plano, o que acabou reverberando no envolvimento do grupo na elaboração do plano estatal para a área da ZEIS, o PIRF - Plano Integrado de Regularização Fundiária. Atualmente o programa representa a UFC no fórum das ZEIS.

Todas essas ações reverberam no âmbito da pesquisa no contexto da pós-graduação do PPGAU+D. Dessa forma, o conhecimento empírico que não está codificado nem visibilizado pela política oficial é incorporado na universidade na forma de pesquisa. A experiência do campo, colaborando com os moradores, forma profissionais capacitados para atuar na assistência técnica. Para além de treinar os estudantes para a carreira acadêmica, o universo da prática extensionista do programa está treinando arquitetos comprometidos, que hoje conseguem acessar recursos como os dos Editais de Assistência Técnica do CAU, e atuar com essa temática. Além de uma associação direta com a linha de pesquisa 01 do programa - Planejamento Urbano e Direito à Cidade, há ainda uma aproximação com a linha de pesquisa 03 - Modelagem e Design da Informação, que tem sido bastante frutífera, utilizando os novos meios de produção e representação da informação, para levar a informação territorial de qualidade para as comunidades, chamando atenção para situações muitas vezes invisibilizadas pela política pública oficial.

O grupo faz uma reflexão sobre os desafios da Pesquisa Extensionista, destacando a necessidade da valorização do Saber Comunitário, e do tempo necessário à construção de uma relação de confiança junto aos sujeitos comunitários, bem como a necessidade de valorização da função social da Universidade e o poder da informação geográfica.



2.3 NAURB

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Arquitetura e Urbanismo NAURB - PROGRAU - UFPEL

APRESENTAÇÃO:

Nirce Saffer Medvedovski



<https://wp.ufpel.edu.br/naurb/>

O laboratório NAUrb (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Arquitetura e Urbanismo) desenvolve projetos de pesquisa, ensino e extensão na área de ensino de arquitetura, envolvendo os temas relações Ambiente-Comportamento e Habitação de Interesse Social. Desde sua criação, em 1999, serviu como abrigo para os temas referentes à qualidade do Ambiente Construído e Avaliação Pós-Ocupação, estabelecendo parcerias com diversas instituições nacionais e internacionais, em projetos com financiamentos de órgão como FINEP, CNPq e FAPERGS. O laboratório tem vínculo direto com o Programa de Mestrado PROGRAU/FAURB/UFPEL através da linha de pesquisa “Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário”.

O processo de extensão do grupo se inicia realmente em 2009, em um contexto no qual a universidade muda de um ambiente agrário para uma região portuária bastante precária, surgindo a necessidade de diálogo com a comunidade ali presente. No âmbito do grupo, essa interação passa a ser realizada a partir de projetos de extensão e parcerias diversas. Com uma série de pequenos recursos, foram se aparelhando para fazer extensão a exemplo da conquista de uma barraca que marca o território a cada vez que é armada.

Naquele mesmo ano surgiu o mestrado no curso de arquitetura, desse modo as pesquisas já não têm o caráter somente de pesquisa, mas se associam de alguma forma com a pesquisa-ação ou ao menos com a reflexão da realidade que é trabalhada no contexto da extensão. Com o passar do tempo, outros/as professores/as vão aderindo ao grupo, iniciando processos e projetos de assistência técnica, a exemplo das fases 1 e 2 do Projeto Unificado: Aprendendo com o Usuário, realizadas em 2017 e 2019. Os resultados da pesquisa levaram ao acesso a um recurso para melhorias habitacionais oriundo de uma associação sem fins lucrativos, e possibilitam ações relacionadas ao conforto das edificações no período pandêmico. Atualmente, o projeto encontra-se na fase 3, desenvolvido conjuntamente entre graduação e pós-graduação, envolvendo também disciplinas da graduação e pós-graduação, trabalhos na Comunidade do Dunas e Comunidade do Anglo.

Desde 2017 há também uma parceria entre o grupo de pesquisa da UFPEL e a Residência RAU+E, no formato de uma Residência Associada em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - UFBA - UFPEL, com ações na comunidade do Bairro Pestano, na comunidade indígena Kayngang - Aldeia Gyró e sobre a área do Corredor das Tropas.

Pretende-se, em uma ação conjunta do grupo NAURB, da Residência Associada em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - UFBA - UFPEL, do Escritório Modelo - IFSUL e do grupo Sustentabilidade no Habitat Social - AU/UCPEL, a implementação de uma Residência mais ampla em Pelotas, unindo forças com outras instituições.





2.4 LabHabitatar

PPGAU/UFBA

APRESENTAÇÃO:

Angela Gordilho Souza e Heliana Faria Mettig Rocha



<https://labhabitar.ufba.br/>

O grupo foi criado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, em 1993, como iniciativa de professores atuantes em habitação e políticas urbanas, vinculando-se à Linha de Pesquisa do PPGAU “Processos Urbanos Contemporâneos”. É certificado pelo CNPq como grupo de pesquisa, mas desde sua origem se fundamenta em articular atividades de ensino-pesquisa-extensão, e na aproximação da pós-graduação e graduação.

Tem como objetivo experimentar, assessorar e assimilar novos enfoques para habitação relacionados à cidade, bem como sistematizar informações para um Centro de Referências. Destaca-se a autogestão como o principal fundamento do grupo, que tem suas inspirações no conceito do direito à cidade de Lefebvre, nas práticas dialógicas de Paulo Freire e o seu potencial de transformação social e, mais recentemente, na percepção de Boaventura de Souza Santos, sobre a universidade no século XXI e o papel da extensão.

O grupo tem participação acumulada em redes de pesquisa e coletivos: Centro de Referência e Informação em Habitação, Observatório das Metrôpoles e Rede ULA-CAV – Rede Universitária de Catedras de Viviendas, BrCidades, com participação ativa no apoio às atividades da RAU+E/UFBA, contando com a participação de professores e estudantes da graduação e da pós-graduação e também com a participação de outros/as pesquisadores/as associados, integrantes de outras universidades brasileiras e internacionais. O grupo atua nas seguintes linhas de pesquisa: Ambiente Construído, Assessoria Técnica e Gestão de Projeto, Núcleo de Documentação, Políticas, Programas e Projetos e Tecnologia de Projeto e Construção. Com um amplo acervo de pesquisas e projetos de extensão, o LabHabitatar também viabilizou um grande número de publicações na sua área temática. Além das diversas pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado em andamento, vinculadas ao LabHabitatar, destacam-se outras frentes de grupos de trabalho em curso: a) projetos participativos em comunidade com experimentações de técnicas alternativas impulsionadoras de melhorias no ambiente construído; b) projetos em diálogo com as práticas comunitárias emergentes/insurgentes na busca de uma abordagem teórico-metodológica de coexistência socioecológica; c) trabalho coletivo na sistematização de uma plataforma interativa para implementação de uma Rede ATHIS, voltada para disponibilização de um acervo de referências em assistência técnica para habitação e direito à cidade.

O marco legislativo da Lei Federal 11.888/2008, também conhecida como a Lei de ATHIS, possibilitou a expansão da atuação do grupo em um amplo diálogo inter-institucional e articulação que viabilizou a criação da Residência RAU+E/UBA, em 2011. Atualmente, o LabHabitatar também apoia a implementação do GT Extensão/Anparq, como membro integrante co-fundador.

UM HABITAR COM QUALIDADE

"Habitar" refere-se a uma condição ampla.

Significa **estar inserido adequadamente nos espaços individuais e coletivos e sobretudo, no meio urbano.**

Vai além da compreensão da casa enquanto abrigo e da oferta de infraestrutura e serviços urbanos.

Está estreitamente relacionado **às demandas específicas dos grupos sociais que habitam o espaço e ao papel que o "lugar" desempenha na cidade.**

UMA PROPOSTA SUSTENTÁVEL

O termo "Sustentável" é aqui empregado no sentido de "conservar", "manter" e "desdobrar".

Refere-se aos aspectos econômicos, aos objetivos de crescimento social, fortalecimento cultural e cuidados ambientais.

É o conjunto de estratégias traçadas com o objetivo de sustentar e agregar qualidade ao ambiente proposto.

A BUSCA POR TECNOLOGIAS ADEQUADAS

Baseia-se no aprendizado com a cidade, nas demandas culturais, ambientais e socio-econômicas do lugar.

É a criação de novas soluções tecnológicas, em especial da **tecnologia aplicada para definição do desenho arquitetônico e urbanístico.**

Visa agregar qualidade sem perder de vista a viabilidade econômica do projeto.

Prezando produzir conhecimento para alimentar novas discussões sobre o tema e **contribuir com o aprimoramento dos atuais parâmetros urbanísticos** direcionados a Habitação Popular.



APRESENTAÇÃO

A ideia deste projeto surgiu através de uma experiência universitária de ensino-pesquisa-extensão, como forma de definição e experimentação de novos parâmetros arquitetônico-urbanísticos e de gestão comunitária para projetos de assentamentos populares.

Busca, dialogando com as expressões do ambiente construído na nossa realidade, responder às questões que estão sendo colocadas na problemática atual da habitação nas grandes cidades brasileiras.

Com base na aprendizagem das soluções informais surgidas na produção do espaço, o projeto proposto procura ampliar o conceito de suprimento de novas habitações na cidade, para incorporar as necessidades qualitativas do habitar no meio urbano.

Para isso, entende-se que o lugar da habitação deve propiciar, além de abrigo, oportunidades de crescimento individual e coletivo, através de equipamentos de apoio e desenvolvimento sócio-econômico, espaços de convivência coletiva e outros elementos que possibilitem o sentimento de pertencimento ao grupo, ao local e à cidade.

APRENDENDO COM A CIDADE Proposta de assentamento habitacional Subúrbio de Salvador/Ba

Prezando-se preservar as expressões culturais e uma condição aparentemente inócuas, de fácil identificação para quem vive semelhante ao desenho presente em muitos bairros desta cidade, onde a alternância é a linguagem: altos e baixos, abertos e fechados.



Prêmio **CAIXA·IAB** 2001

Homenagem / Organização

CAIXA
Aqui é Brasil, economiza

ib
INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

1/4



AÇÕES PARTICIPATIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO: ACESSIBILIDADES E MARCOS VISUAIS

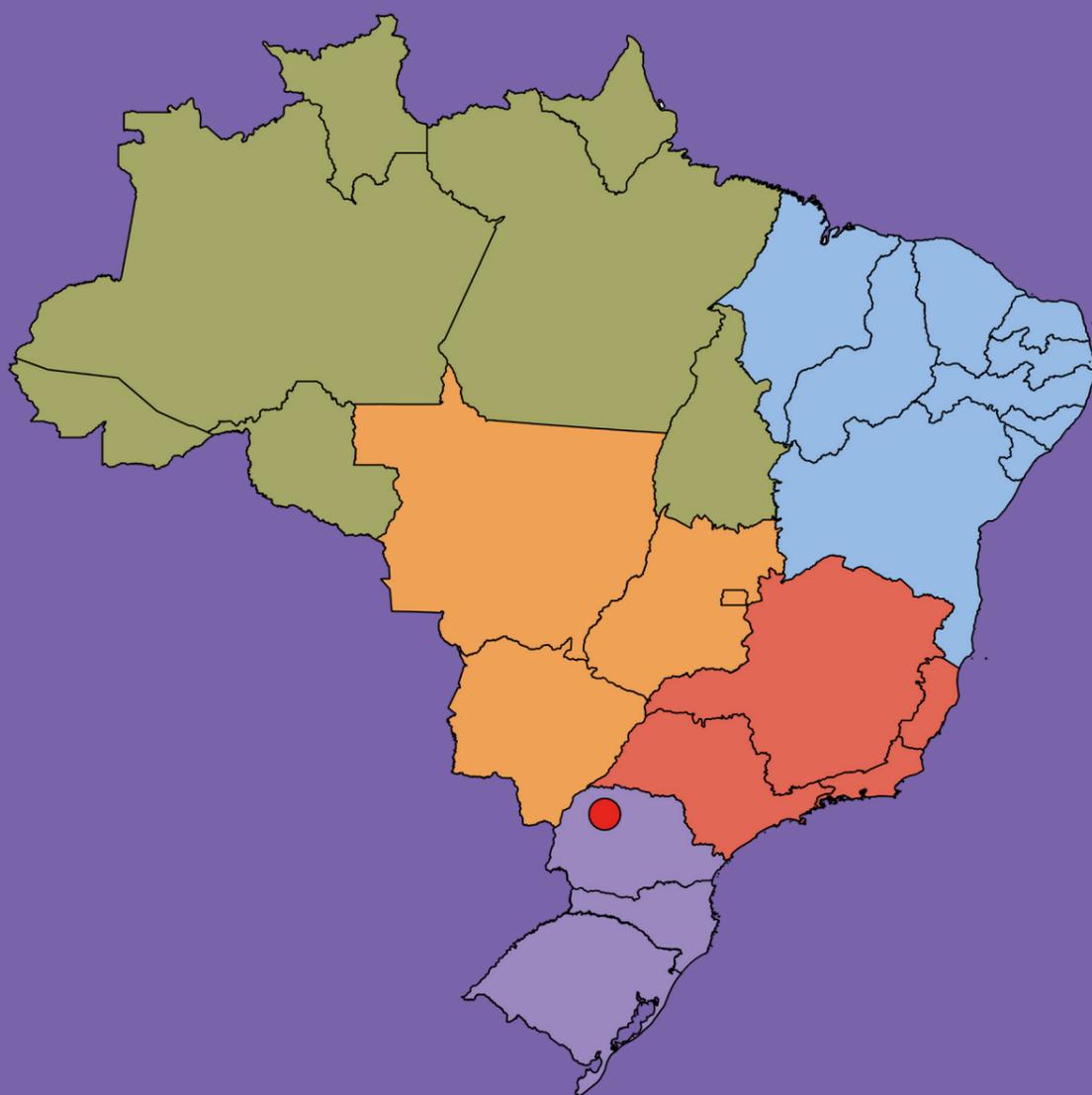
**ACOPAMEC/LabHabitat
FAUFBA/MP-BA
SALVADOR/BA**



2.5 LAPHA

Laboratório de Pesquisa em Habitação e Assentamentos Humanos UEM/UEL

APRESENTAÇÃO:
Beatriz Fleury e Silva



<http://www.dau.uem.br>
<https://www.youtube.com/@brcidades>
<https://www.youtube.com/watch>

O grupo LAPHA vinculado ao Programa Associado UEM / UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, foi criado em 2011. A associação do Laboratório à pós-graduação se construiu a partir da integração dos professores do grupo às atividades do Programa de Pós-Graduação. Diversos(as) pesquisadores(as) da graduação e pós-graduação, professores(as) e alunos(as) integram o laboratório e desenvolvem atividades de pesquisa nas áreas de habitação, cidade e patrimônio cultural.

O laboratório está vinculado à extensão desde a criação em 2020, do Br Cidades - núcleo Maringá, integrando o GT pequenos e médios municípios, além de outras discussões junto ao grupo. O LAPHA, através da participação no núcleo, é movido pela inquietude de sair da sala de aula e adentrar os territórios, intensificando a prática extensionista e agregando outras áreas do conhecimento como Ciências Sociais, Comunicação, Economia, Geografia e História.

Os objetivos do grupo são: Popularizar a política urbana; Promover a participação popular nas políticas urbanas; Instrumentalizar a revisão do Plano Diretor de Maringá; Oportunizar a aproximação entre extensão, graduação e pós-graduação; Promover o direito à cidade.

Destaca-se a atuação durante o período em que funcionou de forma remota (em virtude da COVID 19). Dentre as ações, está a ampliação do diálogo não somente à partir da internet, mas também através da rádio UEM FM, com pequenas inserções sobre as temáticas da cidade e do planejamento na programação e através de vídeos explicativos disponibilizados no YouTube. A criação desse material foi reconhecida e premiada pelo IAB Paraná em 2022.

Até o momento as atividades são desenvolvidas por pessoas internas e externas à Universidade e sem ainda contar com bolsa para os participantes, revelando um dos desafios para a realização da prática extensionista e a importância dos editais de fomento para subsidiar os projetos.

Os principais entraves apresentados para atuação da extensão na pós-graduação, no contexto vivenciado pelo grupo, são: a limitação do apoio financeiro para amplitude das ações; o limitado espaço dentro da Universidade para atuação na extensão; e a falta de infraestrutura para suporte à realização das atividades.

Já os principais resultados alcançados para o LAPHA são: a valorização “pouco a pouco” da atividade extensionista pelo Programa PPU UEM/UEL; a oportunidade de integração entre pós-graduação e graduação; o aumento no número de dissertações que se voltam cada vez mais para o papel da extensão; e a maior visibilidade do Programa nas comunidades interna e externa à universidade.

Em 2021 o Br Cidades Maringá foi contemplado pelo edital 001/2021 do Fórum Nacional de Reforma Urbana, que proporcionou recursos para a realização em parceria com a Secretaria Municipal da Juventude e Cidadania, de encontros remotos com jovens, sobre temáticas diversas correlatas à cidade vinculadas aos grupos minoritários tendo como principal resultado a confecção de uma cartilha sobre o tema. Em 2022 o BrCidades Maringá compôs o grupo de projetos de extensão que concedeu à UEM, o selo Ouro no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), para a Agenda 2030.

O JOVEM NA CIDADE

conectando
juventude e
política urbana



br cidades em pauta: popularizando a política urbana

BRCIDADES - núcleo Maringá.



premiados

iabpr

2021



UEM recebe Selo ODS Ouro com projetos para atender Agenda 2030 da ONU



O JOVEM NA CIDADE
CONECTANDO JUVENTUDES AO DEBATE E À AÇÃO POLÍTICO-URBANÍSTICA

ENCONTROS PLURALIDADES NA CIDADE

- JUVENTUDE NEGRA 07/10**
- LGBTQIA+ 14/10**
- IMIGRANTE 21/10**
- INDÍGENA 28/10**

QUINTAS, SEMPRE ÀS 19H

Transmissão no youtube \BrCidades e \PREFEITURADEMARINGAOFICIAL



2.6 Periférico

Trabalhos emergentes - UnB

APRESENTAÇÃO:

Liza Andrade e Vânia Loureiro



periférico

<https://www.perifericounb.com/inicio>
<https://www.perifericounb.com/participacoes>

O grupo Periférico teve início em 2013, primeiramente como trabalho de extensão, se constituindo em 2017 como Grupo de Pesquisa certificado pelo CNPq. Fazendo, portanto, um caminho inverso do que aquele que se faz normalmente, nascendo na graduação e na extensão, com o protagonismo estudantil em uma práxis conjunta e também em uma articulação com o EMAU CASAS. Destaca-se que, localizado na UnB, o grupo nasce em um contexto onde o modernismo é muito valorizado, encontrando dificuldades para tratar de temas periféricos e marginalizados no contexto do Distrito Federal.

Busca-se trabalhar em uma perspectiva transdisciplinar e transescalar, trabalhando ainda perspectiva da economia solidária e da adequação sociotécnica, tanto no contexto urbano como no rural. Atualmente o grupo trabalha em nível de formação, profissionalização e pós-graduação stricto e lato sensu. Constituiu mais de 40 trabalhos nos mais variados territórios e com a integração de pesquisadores de outras áreas do conhecimento e também externos à Universidade.

Conta com 6 frentes de trabalho:

- Assessoria/Assistência Técnica para Habitação Social (campo e cidade), Autogestão e Lugares Mais Sustentáveis;
- Inovação e Tecnologia Social: Ecoturismo e Economia Solidária, Infraestrutura Ecológica e Agroecologia;
- Microplanejamento, Microurbanismo, Informalidade, Direito à Cidade, Pedagogias, Táticas Urbanas e Direito à Cidade;
- Ecossistemas Urbanos, Heterogeneidade Espacial,
- Padrões Espaciais e Fluxos de Água,
- Cidades Saudáveis, Mobilização Social em Comunidades e Metodologias Ativas. Dessa forma, possui trabalhos nas seguintes áreas: Habitação, Comunidades Tradicionais, Planejamento Sustentável e Sistêmico, Equipamentos Comunitários, Parques Urbanos, Planos de Bairro, Espaços Público e Urbanismo Tático, Educação, Arquitetura e Urbanismo.

O grupo parte da seguinte metodologia, adaptada às diferentes realidades: 1a Etapa: análise do contexto físico e social com envolvimento da população local de acordo com as dimensões da sustentabilidade – diagnóstico participativo; 2a Etapa: a transformação de códigos técnicos em padrões espaciais e de acontecimentos; 3a e 4a Etapas: oficinas e práticas de participação como elemento fundamental na elaboração de códigos técnicos e tomada de decisão para escolha de cenários; 5a Etapa: a partir de propostas alternativas apresentadas, elaboração e entrega de caderno técnico ilustrado com estudo preliminar contendo todo o processo.

Preza-se pela participação e construção coletiva acreditando que o conhecimento só altera a realidade quando as pessoas e grupos sociais o incorporam e, assim, buscam alterar a realidade para melhorar as condições de vida que as impedem de realizar as transformações necessárias. Nesse sentido, o grupo atua com o estabelecimento de uma linguagem que decodifica os territórios em um processo conjunto (Linguagem dos Padrões) e busca promover a adequação do conhecimento científico tecnológico - a identidade do sujeito sociotécnico. Preza-se ainda pela visão ecossistêmica entre os ecossistemas urbanos e rurais – aspectos biológicos, sociais e físicos.

O grupo realiza diversas articulações com os territórios, se fazendo presente politicamente nas lutas das comunidades. A atuação se dá em diversos territórios: ocupações, cidades periféricas, territórios quilombolas, escolas, territórios rurais... A atuação do grupo já foi reconhecida em diversas premiações da área, o que representa um reconhecimento por uma outra arquitetura e urbanismo.





ASJOR

CENTRO COMUNITÁRIO DE SÃO JOÃO
SEDE DA ASJOR
PRECATORIO DE NASCIMENTO SANTOS
DOAÇÃO - FUNDO DE APOIO
RPOD WWF - PROJETO
PREFEITURA MUNICIPAL DE
COMUNIDADE DE SÃO
INAUGURAÇÃO, 21 DE



2.7 ECOHabitat

Estudos Contemporâneos do Habitat - UFRN

APRESENTAÇÃO: Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha e Ruth Maria da Costa Ataíde



<https://ecohabitat.ct.ufrn.br/>

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, desde a sua fundação em 1974, realiza diálogos e projetos junto à sociedade em geral, mas principalmente com grupos, organizações e movimentos sociais, além de agentes públicos. A cultura acadêmica comprometida com os princípios do Direito à Cidade vem sendo aprofundada desde os anos de 1980, no processo de restabelecimento do Estado democrático no Brasil. Nesse contexto, o Grupo de Pesquisa ECOHabitat teve início em 2011, como desdobramento do Grupo de Pesquisa Estudos do Habitat criado em 1997. Estrutura-se a partir das Linhas de Pesquisa Cidadania: Cidade, Campo, Habitação e Contemporaneidade; Habitação Social: Política e Projeto da Habitação Social; Intervenções territoriais: Estruturação e Gestão do Território. Em 2009, a institucionalização do Laboratório de Habitação Habitat e Cidadania, LabHabitat, ampliou as possibilidades de articulação entre ações de ensino, extensão e pesquisa aplicada, contribuindo para a afirmação dos princípios de interdisciplinaridade e de indissociabilidade, além de destacar visões sobre a diversidade de saberes formais e informais, científicos e tradicionais, iluminados pelos pensamentos lefebvrianos e freireanos. Esses espaços institucionais contribuíram para a definição dos componentes curriculares optativos em 2009, ARQ0271 – Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social, na Graduação e PPGAU0046 - Habitação e Tecnologias Sociais, na Pós-graduação, que se articulam às ações extensionistas. São exemplos: A assessoria técnica desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat – GERAH à mutirões de habitação social no campo, notadamente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde 1994, e às comunidades tradicionais. Contribuiu prática e teoricamente para a mudança qualitativa do habitat social do campo, por meio do planejamento físico-ambiental de assentamentos, da implantação de seus habitats, da elaboração dos projetos e da gestão da construção e reforma das moradias e/ou, de seus espaços livres públicos (Foto 1); (ii) As ações de educação popular em direitos humanos e assessoria técnica a grupos e organizações sociais desenvolvidas pelo Projeto Motyrum de Educação Popular em Direitos Humanos - Núcleo Urbano. Desde 2015 atua na Área Especial de Interesse Social Jacó -Rua do Motor, na perspectiva do Direito à Moradia, além de desenvolver ações participativas de recuperação ambiental e reestruturação de espaços públicos. Desde 2018 desenvolve atividades de monitoramento e incidência contra os despejos e a partir de 2020 inseriu-se como facilitador da Campanha Despejo Zero no RN. (Fotos 2 e 3); (iii) As ações de articulação e debate sobre as questões urbanas e territoriais promovidas pelo Fórum Direito à Cidade na UFRN e em diálogo com grupos e organizações sociais, desde 2018, a partir de uma parceria entre os Departamentos de Arquitetura e o Instituto de Políticas Públicas da UFRN. Visa o desenvolvimento de ações que afirmem a defesa por cidades mais justas, e pela garantia do Direito à Cidade, numa perspectiva interdisciplinar, considerando os desafios da implementação da política urbana brasileira. (Fotos 4 e 5); (iv) Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, EMAU Maré (DARQ/UFRN) é um projeto vinculado à Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA), sem fins lucrativos, que é gerido por estudantes e busca realizar estudos e projetos participativos de arquitetura e urbanismo, com ênfase nas comunidades populares e tradicionais (Foto 6). Os principais resultados alcançados são: Uma maior e melhor interlocução entre pesquisadores, grupos e organizações sociais de forma problematizadora, possibilitando processos de capacitação/ formação para os grupos sociais envolvidos na relação universidades-sociedade; Aprofundamento das articulações e Projetos em Redes; Desenvolvimento significativo de dissertações e teses problematizadas no contexto dos projetos de Extensão nucleados no LabHabitat. Como principais entraves, destacam-se: Dificuldade de maior inserção dos pós-graduandos de outros estados nos territórios e acesso a bolsas de estudo; Tempo exíguo para a conclusão das dissertações e teses relacionado aos tempos das ações nos territórios.

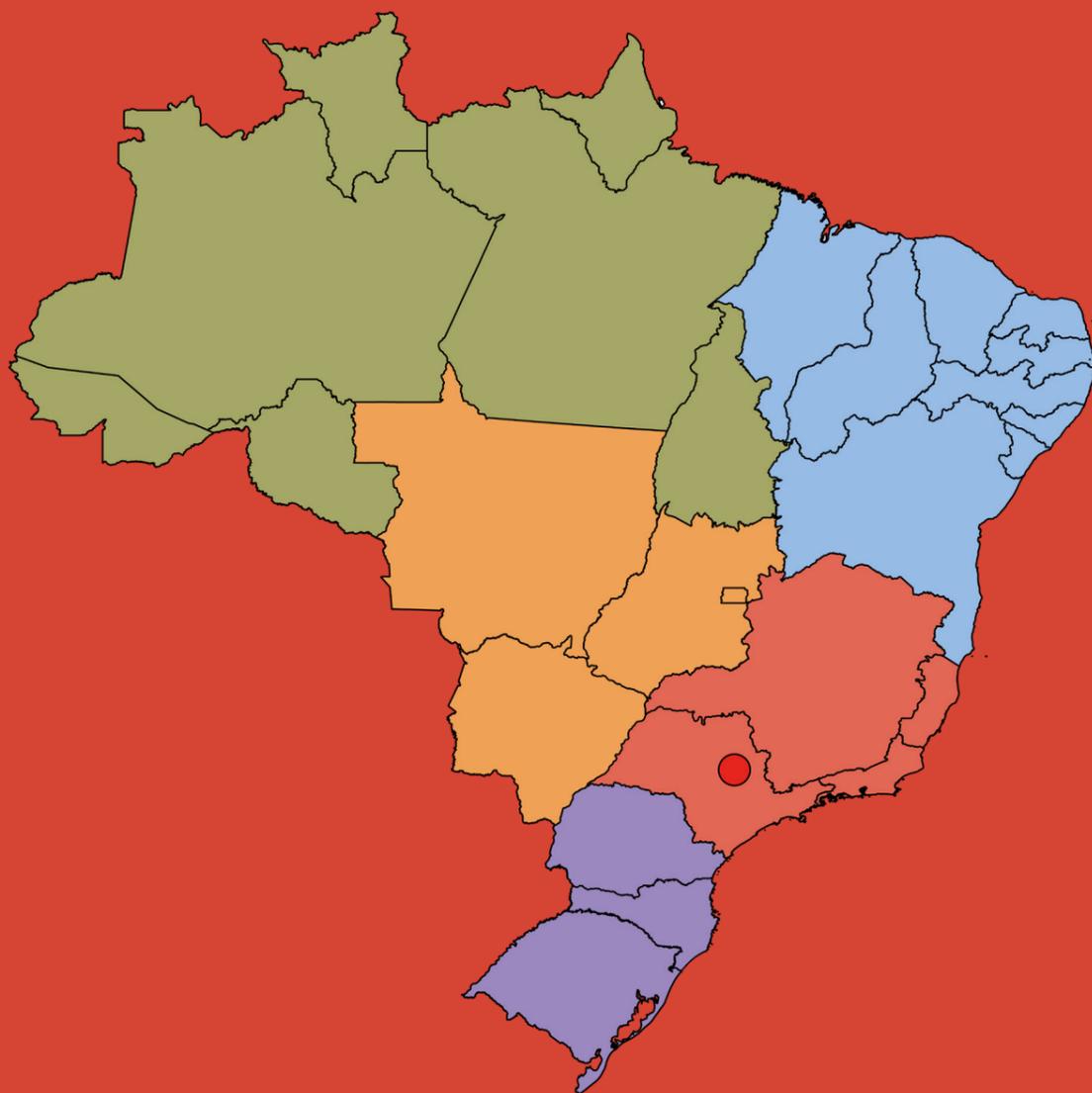


2.8 HABIS

Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (HABIS)
IAU - USP São Carlos

APRESENTAÇÃO:

Rodolfo José Viana Sertori



<https://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/habis/>

O Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (HABIS) que, em 2023, completa 30 anos, é um dos onze grupos de pesquisa do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos, localizado a 230 km da capital paulista. Fundado, originalmente, como Grupo de Pesquisa em Habitação (GHab), seus primeiros trabalhos estiveram inseridos no estudo da cadeia produtiva da madeira, bem como no desenvolvimento de tecnologias construtivas em madeira, aplicadas em projetos habitacionais e edifícios institucionais. A partir do início dos anos 2000, o debate sobre a sustentabilidade ganhava espaço nas pesquisas coordenadas pelo Grupo, que passaria a ser denominado como HABIS. Esta ampliação em seu campo científico, que articulava o tema da sustentabilidade e o ensino da madeira na área de arquitetura, urbanismo e construção, também viria acompanhada de sua inserção nos assentamentos de reforma agrária paulistas, por meio da questão habitacional. Se, no início do século XXI, a produção habitacional nas áreas rurais ainda se configurava como um assunto secundário, tanto na esfera acadêmica, quanto no âmbito do Estado, os trabalhos coordenados pelo HABIS, a partir daquele período, envolveram a articulação entre pesquisa e assessoria técnica, bem como a produção de componentes construtivos em madeira, direcionada à produção habitacional em assentamentos rurais. Mobilizando recursos públicos, provenientes de programas habitacionais e agências de fomento à pesquisa, os projetos Inovarural (2002 a 2007) e Sepé (2005 a 2011), juntos, resultaram na construção de 119 moradias em dois assentamentos rurais, por meio de práticas integradas de ensino, pesquisa, extensão e formação complementar em arquitetura e construção. Neste ínterim, o Grupo HABIS também promoveu, até o período atual, doze modalidades de Canteiro-Escola, dentro e fora da universidade, em áreas urbanas e rurais, contemplando a formação de estudantes, pesquisadores e trabalhadores da construção civil, especialmente no canteiro de obras, no que diz respeito às tecnologias construtivas em madeira, terra crua e bambu. Ao longo de sua trajetória, o Grupo HABIS também tem sido responsável pela produção e divulgação científica, por meio da supervisão de pesquisas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado; da organização de eventos regionais, nacionais e internacionais; da publicação de artigos em anais de eventos e periódicos; e da formação de um quadro de profissionais, pesquisadores e professores, vinculados, atualmente, a escritórios, grupos de pesquisa, laboratórios, núcleos especializados e universidades, públicas e particulares, de diferentes estados do Brasil e, também, no exterior. Além das inúmeras parcerias que seus coordenadores têm estabelecido com outras universidades estrangeiras, os principais projetos que têm sido coordenados pelo HABIS, atualmente, dizem respeito: a) a um editorial referente ao Habitat Camponês no Brasil, composto por 6 volumes; b) e às tecnologias construtivas de baixo carbono (TCBC), que visa propor a madeira como um novo paradigma para a arquitetura e a construção.

Coordenadores:

Profa. Akemi Ino (fundadora) | Prof. João Marcos de Almeida Lopes | Prof. Bruno Luis Daminelli.







2.9 DIMPU

Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização (DIMPU) UnB

APRESENTAÇÃO:

Frederico Rosa Borges de Holanda



O grupo de pesquisa Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização (DIMPU), foi criado em 1986 e tem por objetivo a investigação dos resultados da arquitetura, lato sensu – na escala das edificações e dos conjuntos edificados – na vida das pessoas, em vários aspectos.

Ao longo de sua história, o grupo tem contado com vários pesquisadores que abordam diversos temas, reunidos em uma taxonomia que inclui: aspectos funcionais, bioclimáticos, econômicos, sociológicos (relações entre categorias sociais como classe, geração, etnia, gênero), aspectos topoceptivos (orientabilidade e identificabilidade dos lugares), afetivos, simbólicos e estéticos. Sugerimos que os quatro primeiros afetam praticamente a vida das pessoas, e, os quatro últimos, expressivamente.

O grupo atua historicamente em atividades de extensão junto a comunidades do DF. Bom exemplo foi a assessoria prestada durante vários anos à população da antiga Vila Paranoá em prol de sua fixação no lugar onde surgiu, uma batalha infelizmente perdida. Mas houve batalhas vitoriosas, como a luta pela preservação, junto com os moradores mas também com colegas da academia e funcionários do GDF, pela fixação da Vila Planalto, um remanescente de um antigo acampamento de obras, localizado a 1.500 metros da Praça dos Três Poderes em Brasília-DF.

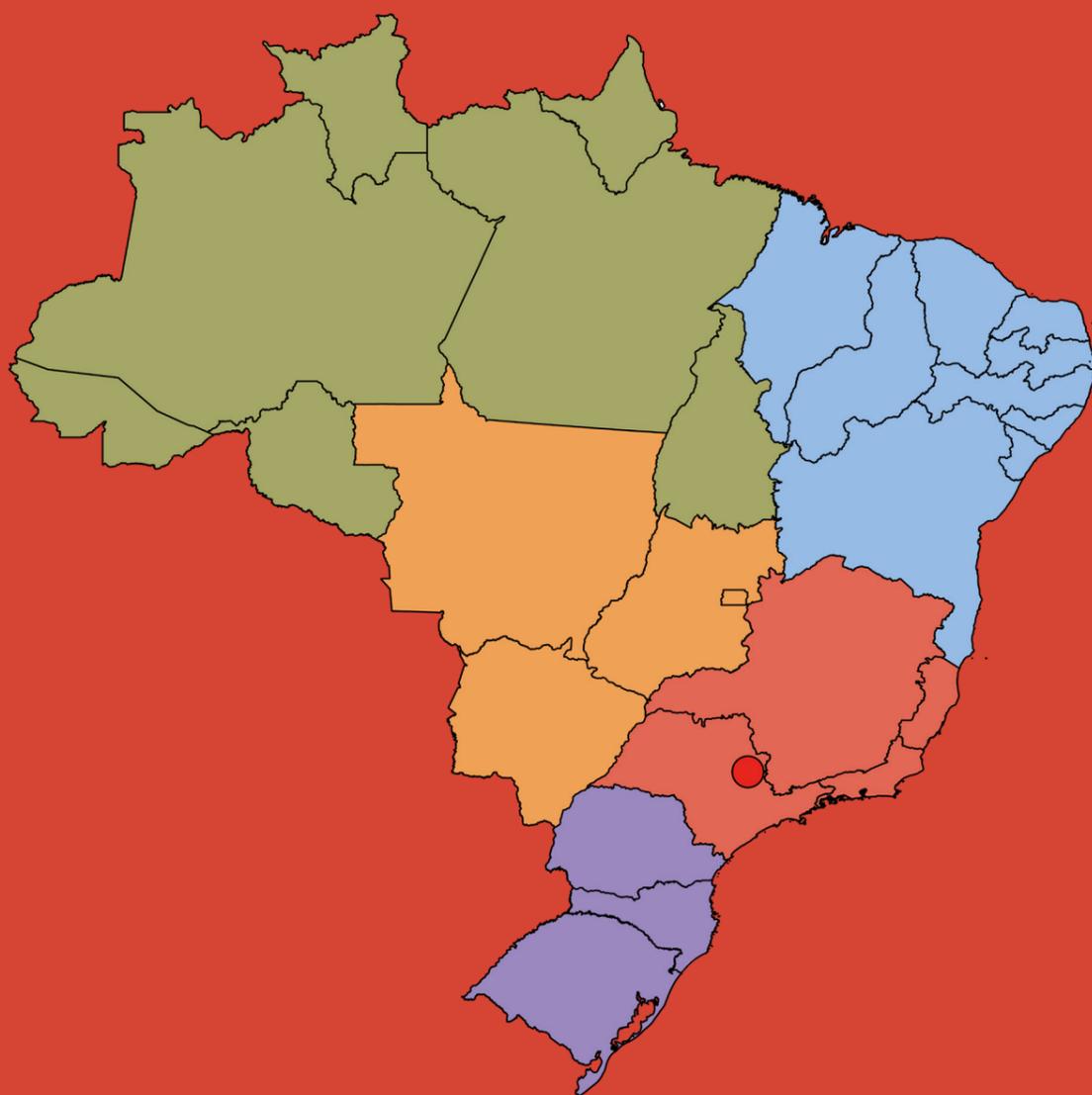
A tese geral do grupo é a de que há uma correspondência intrínseca e forte entre arquitetura e modos de vida, arquitetura apropriação de espaços públicos e privados. A atividade de extensão em nível de graduação e de pós-graduação procura minimamente devolver à sociedade um pouco do que se recebe em termos de recursos públicos e do privilégio de ser pensadores e atuantes na arquitetura dos lugares.



2.10 LADEUR

Laboratório de Desenho de Estratégias Urbano - Regionais – POSURB-ARQ da PUC- Campinas

APRESENTAÇÃO:
Vera Santana Luz



<https://ladeur.com.br/>

O LADEUR é um laboratório que intenta discutir metodologias e criar, em uma de suas linhas de pesquisa, interfaces entre pesquisa e extensão. No âmbito de atividades do grupo busca-se: teorizar, produzir e concretizar o conhecimento; a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão; realizar pesquisas a partir dos fenômenos, para buscar constituir estruturas teóricas gerais, bem como o inverso, a partir de estruturas teóricas gerais, ensaiar pertinências ou correspondências nos fenômenos; promover a participação dos sujeitos, com vistas à produção horizontal de conhecimento e inserção concretizável das atividades, de modo que estas contemplem factibilidade, aplicabilidade e possibilidades de reprodutibilidade sistêmica, embasadas na interface com comunidades vulneráveis expostas a fragilidades socioespaciais e socioambientais. Como alguns temas de interesse apresenta-se: as Soluções Baseadas na Natureza (SbN); populações em situação de rua; tecnologias de baixo impacto dissemináveis e vulnerabilidades e fragilidades socioespaciais e ambientais.

O Laboratório conta com um convênio firmado entre a instituição PUC-Campinas e o Departamento de Ordenamiento Territorial y Construcción da Universidad Nacional Agraria La Molina, localizada no Peru, com a qual realizaram o “1º Coloquio Brasil-Peru 2021: Soluções Baseadas na Natureza: interfaces entre urbano, rural e natural”, com expectativa de continuidade de atividades e interfaces, bem como tratativas em andamento para a realização de um convênio junto ao Centro de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), visando atividades em colaboração com o Grupo de Estudos Espaço Urbano e Saúde (GEURBS), tendo como desdobramento, já realizado o “1º Colóquio Científico Espaço Urbano e Saúde: Um Olhar sobre a População em Situação de Rua”.

Algumas pesquisas do LADEUR surgiram, inicialmente, a partir dos Trabalhos Finais de Graduação (TFG), que foram realizadas sobretudo nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas. Como atuações com comunidades, destaca-se a atuação voluntária junto aos fóruns: Fórum Fundão das Águas, Fórum de Pesquisadores do M’Boi Mirim e Fórum em Defesa da Vida, vinculados à Sociedade Santos Mártires. A atuação do Fórum do Fundão das Águas se dá em 5 eixos: proteção ambiental e fortalecimento social, fortalecimento sócio comunitário, infraestrutura, comunicação e fomento a políticas públicas.

Dentre as ações realizadas pelo laboratório, salienta-se a participação de estudante de graduação a partir de pesquisa de Iniciação Científica (IC) no “2º Seminário As Águas – o que fazer?”, promovido pelo Fórum Fundão das Águas, demonstrando possibilidades de concretização dos resultados da pesquisa stricto sensu, cujo potencial é a porosidade entre pesquisa e extensão universitária, mediante, no caso em pauta, a parceria estabelecida com a Escola Municipal de Ensino Infantil EMEI Chácara Sonho Azul, para desenvolvimento de atividades com preocupação socioambiental. Outro exemplo de atuação do LADEUR é o trabalho de investigação em Área de Proteção Permanente (APP do ribeirão Anhumas), ocupada irregularmente, na região norte de Campinas, por meio de parceria com lideranças locais e desenvolvimento de projeto de alagados artificiais ou wetlands para tratamento de esgotos domésticos, enquanto não for realizada a realocação das famílias ali residentes junto ao rio, como entendimento da urgência de provisão de infraestrutura de saneamento, perante a informalidade sistêmica de habitação, sem alcance universalizado de direitos sociais garantidos constitucionalmente.

Se deslocando do eixo Campinas-São Paulo, existem outros trabalhos realizados no âmbito do grupo, a exemplo de uma pesquisa de mestrado que investigou, a partir das SbN, modelos de gestão e problemas de infraestrutura na comunidade Pé da Serra – Parque Nacional da Serra do Diviso/Acre; proposta de fitorremediação para tratamento de esgotos em São Gabriel da Cachoeira/AM, como pesquisa de IC. No âmbito de outro Grupo de Pesquisa, o EU:CA – Estudos Urbanos: Cultura e Arquitetu-

ra, menciona-se uma IC que investigou os processos pedagógicos do Rural Studio, no Alabama/EUA, como estudo de caso, e outras três ICs que investigaram a sustentabilidade em projetos premiados pelo Holcim Awards na África e Oriente Médio, na Ásia e na América Latina, tendo como parâmetro de comparação os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU.

2021
ABRAÇO GUARAPIRANGA
PRESERVAÇÃO III

LIVE 4
02 de junho
quarta-feira
às 19h00

Alternativas e soluções para contaminação das águas e do solo.

TRANSMISSÃO AO VIVO
f fddVida
f deolhonosmananciais
S Sarau das Águas

LILIAN MENGLENO
Administradora de Empresas, coaching por London Business School e cursos executivos em Harvard

FLÁVIA CREMONESI
Bióloga permacultora, coordenadora do Centro de Educação Ambiental da Fundação Jullia

NORBERTO
Educativo, diretor de EMEI Chácara Sorho Azul

VERA LUZ
Arquiteta e urbanista

ANABEL ANDRÉS
Compositora, cantora, multi-instrumentista, integrante do grupo Vozes Bugras

TRANSMISSÃO AO VIVO
f fddVida
f deolhonosmananciais
S Sarau das Águas

SEMANA DO MEIO AMBIENTE
FÓRUM FUNDÃO DAS ÁGUAS

FUNDÃO DAS ÁGUAS EM MOVIMENTO
10 de junho, a partir das 9h

VERA LUZ
Professora Doutora PUC Campinas

NORBERTO MARTINS
Diretor EMEI Chácara Sorho Azul

MARIA DOS ANJOS
Líder Comunitária e Conselheira CADES Mbol Mirim

EVERTON TUMILHEIRO
Presidente Instituto Pacto Sustentabilidade

Comunidade Santos Mártires **PACTO**

8:30
MURAL DE INÍCIO

9:40
Poderes e Apê: TUDO POSSÍVEL

11:00
Belina Simsek, Tomaz Lourenço e Natália Costa,

13:00
Plano de Negócios: como acompanhar? Antônio Santana

16:00
COMPARTILHAMENTO DE PROPOSTAS: MODO CARÉ

9:00
Vozes Bugras: Vozes CEO Paulo Junqueira, Maria dos Anjos, Norberto Martins

10:20
Metadados: Gabriela Loureiro - TUDO/ODI

13:00
Dependência de tecnologia: Pedro Torres, André Brito/ODI

14:00
World Café, Norberto Martins

AS ÁGUAS E A COMUNIDADE: O QUE FAZER?

VENHA AJUDAR A FORTALECER A REDE LOCAL E CONSTRUIR COLETIVAMENTE ESTRATÉGIAS QUE PROMOVAM A ADOÇÃO DE PRÁTICAS E INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS NA REGIÃO.

FÓRUM DO FUNDÃO

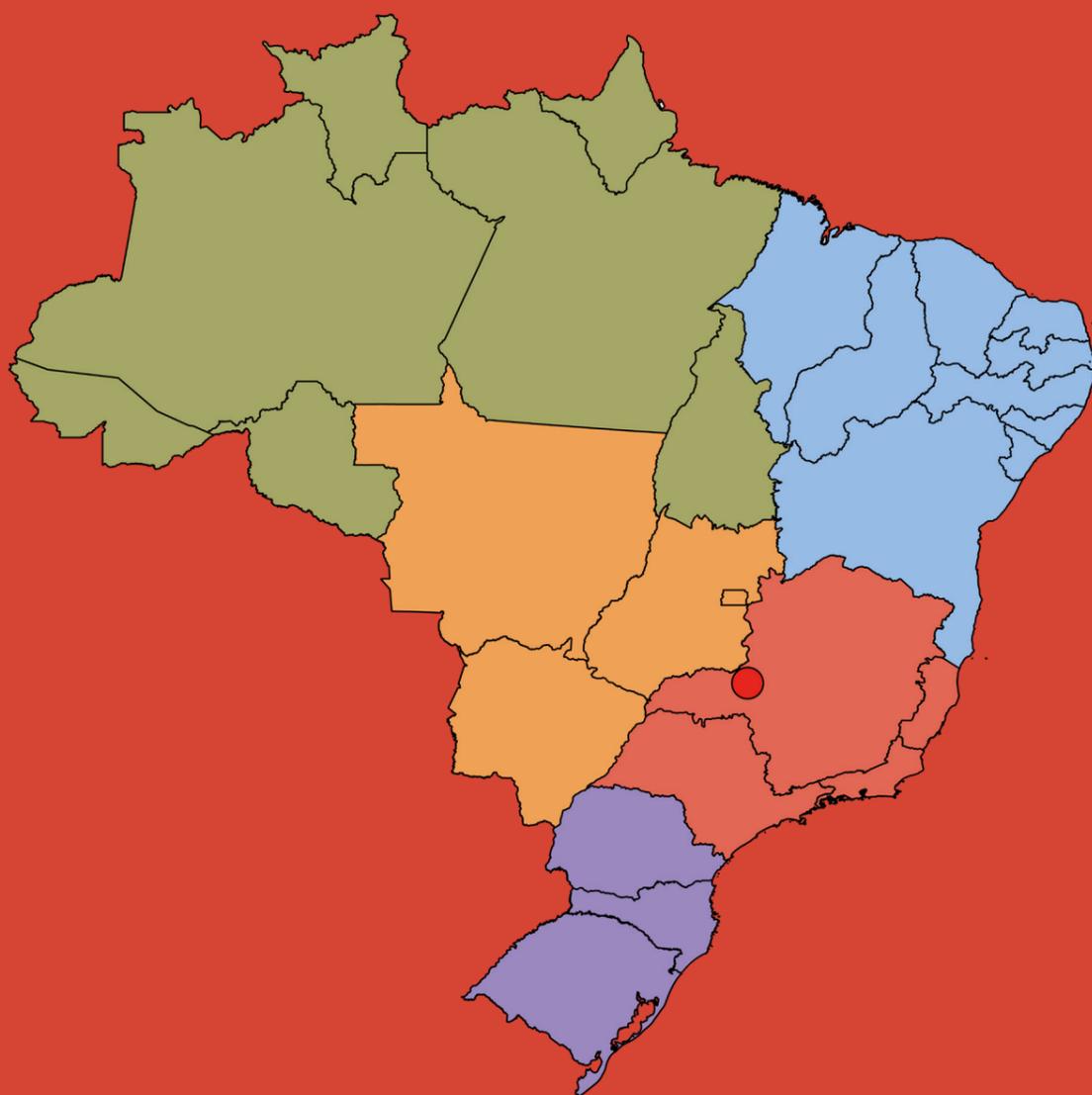
FÓRUM EM DEFESA DA VIDA E CIDADE APRENDIZ

31 DE MAIO AS 9H
LOCAL: CEU VILA DO SOL

2.11 [MORA]

PESQUISA EM HABITAÇÃO - UFU

APRESENTAÇÃO:
Simone Barbosa Villa



<https://morahabitacao.com/>

O grupo MORA possui atuação nas linhas de pesquisa: Produção de habitação social, Produção de moradias verticalizadas em cidades médias, Avaliação de desempenho em edifícios e Resiliência e a adaptabilidade do ambiente construído. Sua atuação se dá por meio de abordagens que envolvem: Inovação tecnológica, Impacto ambiental e qualidade espacial, Avaliação pós-ocupação (APO), Coprodução e Assessoria Técnica em HIS.

O grupo é interdisciplinar e conta com diversos parceiros, internos à universidade, e também com convênios externos, nacionais e internacionais, tendo como foco de atuação o desenvolvimento de ferramentas avaliativas e práticas colaborativas que apresentem impacto social. Objetiva uma troca de experiências empreendidas entre a universidade e a comunidade, destinando-se à Assistência Técnica e Coprodução em Habitação Social, através das ações metodológicas inovadoras de inserção social, impactando positivamente a sociedade na qual se insere.

O foco do grupo é no desenvolvimento de ferramentas avaliativas (para entender as realidades) e práticas colaborativas que possam auxiliar comunidades locais, principalmente no que tange às comunidades residentes em Conjuntos Habitacionais de Interesse Social.

Para demonstrar a atuação do grupo, destacam-se as ações realizadas no “Projeto RESAPO”, parceria com a Universidade de Sheffield/UK, com fomento do CAU/MG, CNPq, FAPEMIG e Santander Research Mobility Awards, realizando atividades de APO com coprodução e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) junto à comunidade atendida; o projeto “Minha Casa Sem Dengue”, também em parceria com a universidade de Sheffield, fomento do, CNPq, FAPEMIG, e Global Challenges Research Fund, consistindo em aplicação da APO (Avaliação pós-ocupação) com coprodução e educação ambiental e, por fim, o projeto da plataforma “Casa Resiliente”, realizado a partir de parceria com o CAU/MG, CNPq e FAPEMIG, por meio de aplicação da APO com ATHIS, tendo como parte dos resultados a elaboração do ambiente “Reforma na palma da mão”, com orientações técnicas disponibilizadas para a comunidade e servindo de canal de comunicação entre os técnicos e a população atendida.

Em números, o grupo, que atua desde 2010, já desenvolveu 12 co-produções, com 550 famílias envolvidas, já aplicou 1.500 questionários e conta com 350 casas avaliadas; e produziu 45 artigos científicos, 7 relatórios de pesquisa, 30 entrevistas em meios de comunicação e conta com 37 pesquisadores envolvidos.

Reforma
na palma da mão

Somos o grupo [MORA]
Pesquisa em Habitação da FAUeD/UFU.

- » Com o site “**Reforma na palma da mão**” disponibilizamos informações úteis sobre reformas!
- » Aqui você vai conhecer melhor o trabalho do Arquiteto e Urbanista e como este profissional pode te ajudar a ter **uma casa resiliente e saudável**.

Acesse o link:
reformacasa.facom.ufu.br

MINI GAME

MINHA CASA SEM DENGUE

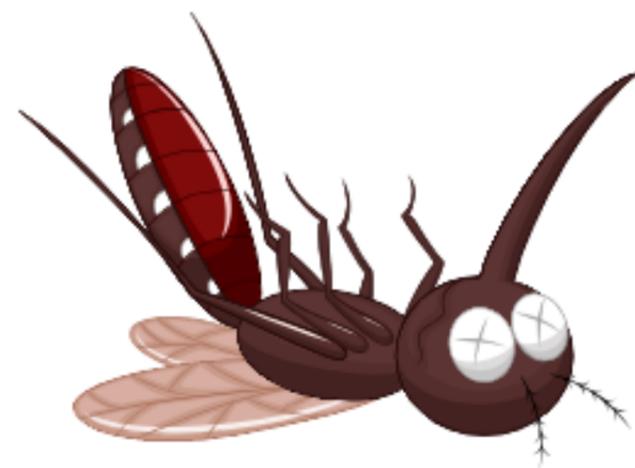
Ajude os moradores de Uberlândia a se livrarem do mosquito da dengue em suas casas!

JOGAR



AJUDE OS 04 MORADORES DA CIDADE A SE LIVRAREM DO PERIGO DA DENGUE!

Será um jogo de perguntas e respostas sobre como cada morador pode acabar com a dengue em suas casas e derrotar o mosquito! Para cada problema apresentado, escolha apenas uma alternativa correta.



COMEÇAR AGORA

Você sabia que a maioria dos casos de dengue ocorre nos quintais das nossas casas? Em Uberlândia, esses casos representaram **78% das 38 mil pessoas infectadas na cidade em 2019.**

O grupo [MORA], da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia e a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Sheffield querem mudar essa situação!

Com o nosso projeto **“Minha Casa Sem Dengue”**, queremos ajudar a melhorar os quintais e assim, prevenir contra a dengue!

Realização





INTEGRAÇÃO



ferramentas avaliativas



INTEGRAÇÃO



ENGAJAMENTO

2.12 Arq. Res.

Arquitetura Resiliente PPGAU - UFBA

APRESENTAÇÃO:
Suzete Almeida de Bessa



O grupo Interdisciplinar de Ensino Extensão e Pesquisa Arquitetura Resiliente é constituído a partir de parceria interinstitucional entre a UFBA e a UFG e conta com ações que envolvem a assessoria técnica e prestação de serviço e a defesa dos direitos humanos e sociais das populações vulneráveis, com coletivos populares e ONGs nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, da Saúde, da Educação, da Odontologia, da Psicologia entre outros, vinculados às áreas de atuação do grupo. Sua atuação se dá por meio de assessorias vinculadas ao fluxo migratório e de refugiados identificados a partir de 2017 e intensificado com a chegada da pandemia da COVID-19, no ano de 2020.

No eixo do Ensino o grupo atua junto às Disciplinas Regulares de Arquitetura e Urbanismo; Disciplinas Regulares no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG e de disciplinas de Núcleo Livre. No eixo da pesquisa, destacam-se as pesquisas: “ARQUITETURA RESILIENTE: O papel da arquitetura no acolhimento da população migrante e refugiada” coordenado por Suzete Almeida de Bessa; e “OBSERVATÓRIO DA PAISAGEM: Um olhar para as paisagens de margem” coordenado por Camila Gomes Santana. Já no eixo extensão destacam-se os trabalhos: Assessoria Técnica para Organizações Não Governamentais que atende Populações Vulneráveis em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo; Atendimento Odontológico no Projeto Infância Warao: para Crianças da tribo venezuelana Warao e adultos em situação de rua (que articula o parecer odontológico e a confecção de laudos e o encaminhamento para o atendimento nas unidades responsáveis da prefeitura das cidades supracitadas); Documentário Goiânia (Brazil) Landscape Observatory: A conversation with the refugees and their landscape (apresentado no Parlamento Design Diplomacy, evento paralelo à Bienal de Veneza de 2021); Horta “comunitária” desenvolvida nos quintais de pessoas refugiadas quando já estão acolhidas; Cursos de Extensão: Um Olhar para as Paisagens de Margem entre outros.

A partir do tripé universitário constituído pela Pesquisa-Ensino-Extensão, a atuação do grupo foi ampliada, trabalhando em rede com outros pesquisadores e grupos de pesquisa, contando inclusive com a implementação de disciplinas na graduação em Arquitetura e Urbanismo e outros cursos que também tratam do tema da migração e refúgio, além de projetos de extensão nesses cursos, buscando promover o assessoramento técnico a essa população em situação de migração e refúgio. O grupo prima por enfatizar o protagonismo dos estudantes na proposição dos projetos, uma vez que as ações e projetos realizados são criados a partir de propostas trazidas pelos estudantes ao grupo que, por sua vez, contribui para a viabilização e efetivação das ações necessárias.

Além disso o grupo participa das discussões nos comitês políticos, como o COMITRATE - Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo no Estado de Goiás, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas para as populações em deslocamento forçado.

Goiânia (Brazil) Landscape Observatory

A conversation with the refugees and
their landscape

Camila Gomes Sant' Anna - Suzete Bessa

Course of Architecture and Urbanism- Federal University of Goiás (UFG)

Goiânia (Goiás) - Brazil

Brazilian members of the marginal landscape community,
refugees in Goiânia, a leader at The NGO "Missão Amar
sem fronteiras" and a leader at Cátedra Sérgio Vieira de
Mello (CSVM) at Federal University of Goiás;

Parlamento DESIGN DIPLOMACY

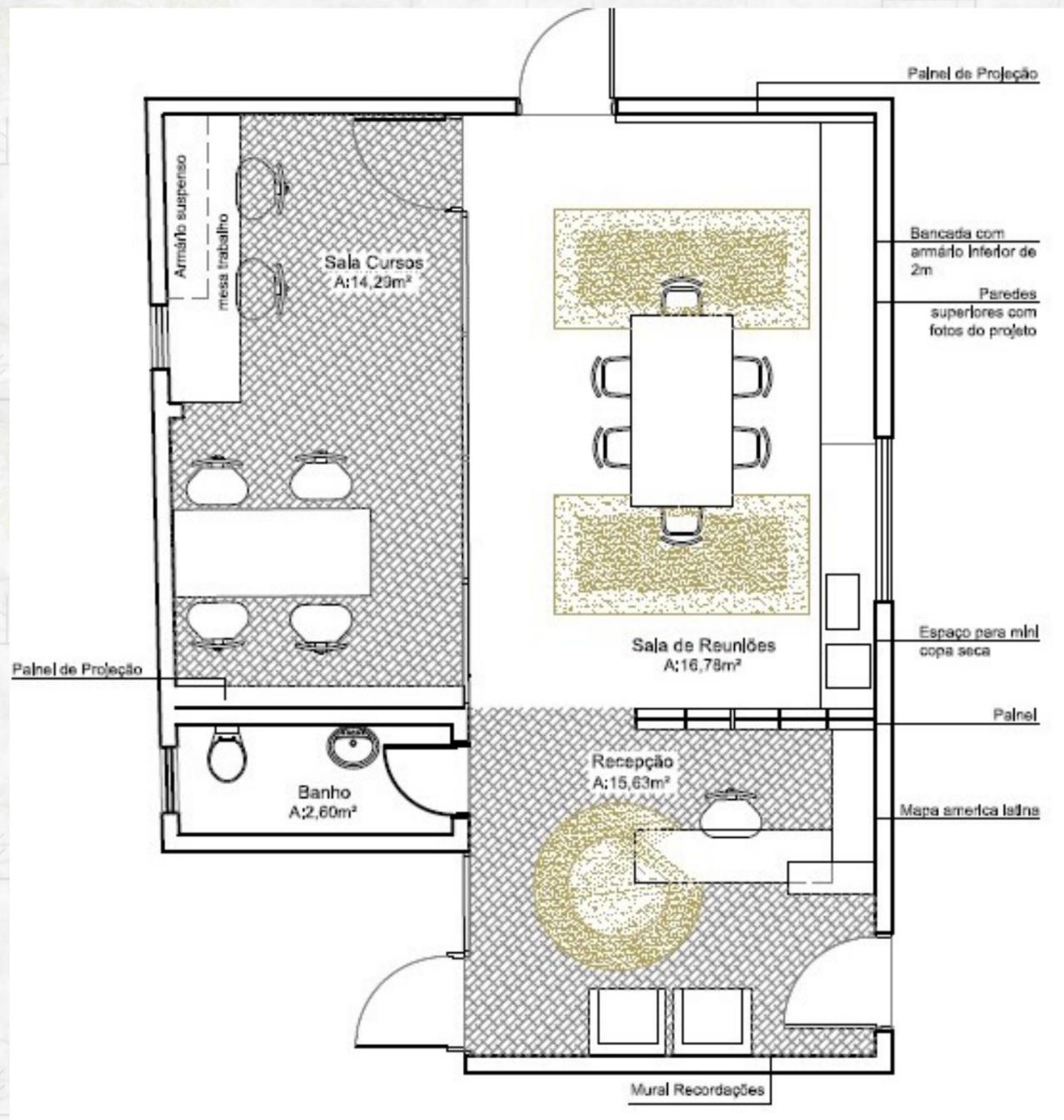
Curated by

Alban MANNISI & Charles ANDERSON

CITY
X VE
NICE

ITALIAN
SEZIONE
DEL PADIGLIONE
ITALIA
VIRTUAL
PAVILION

22/05-
21/11
2021



PEDRO WILSON

@blackwilsonp
Discente do curso de Direito
UFG



MILENA DUARTE

@milenapduarte
Discente do curso de
Arquitetura e Urbanismo
UFG_RG



MARINA MACHADO

@marina_machado5
Discente curso de Direito
UFG



ISABELLA ABDALA

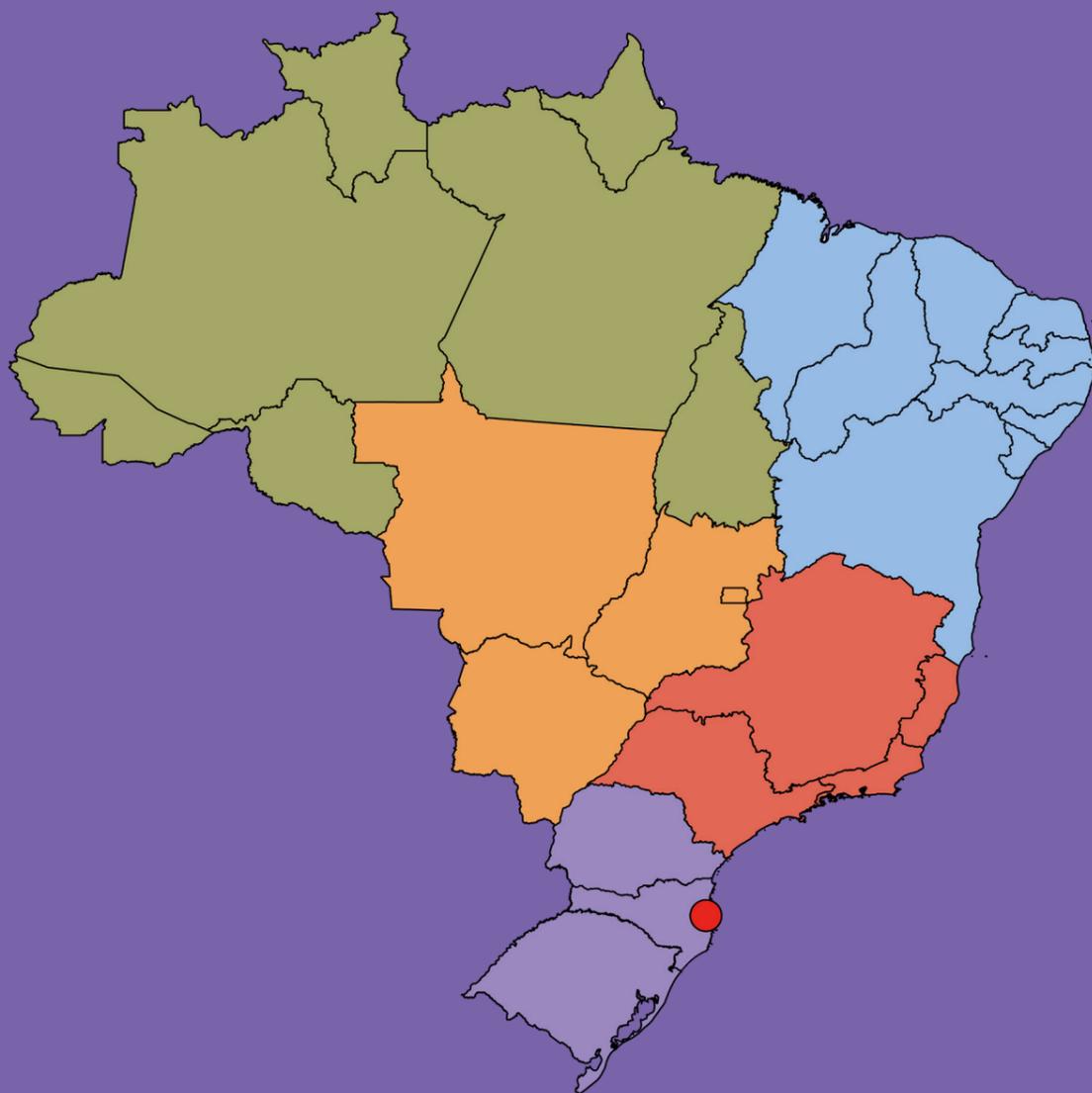
@isaabdala13
Discente do curso de Arquitetura
e Urbanismo
UFG



2.13 LCU

Laboratório Comuns Urbanos - PósARQ - UFSC

APRESENTAÇÃO:
Cíntia Maria Fank



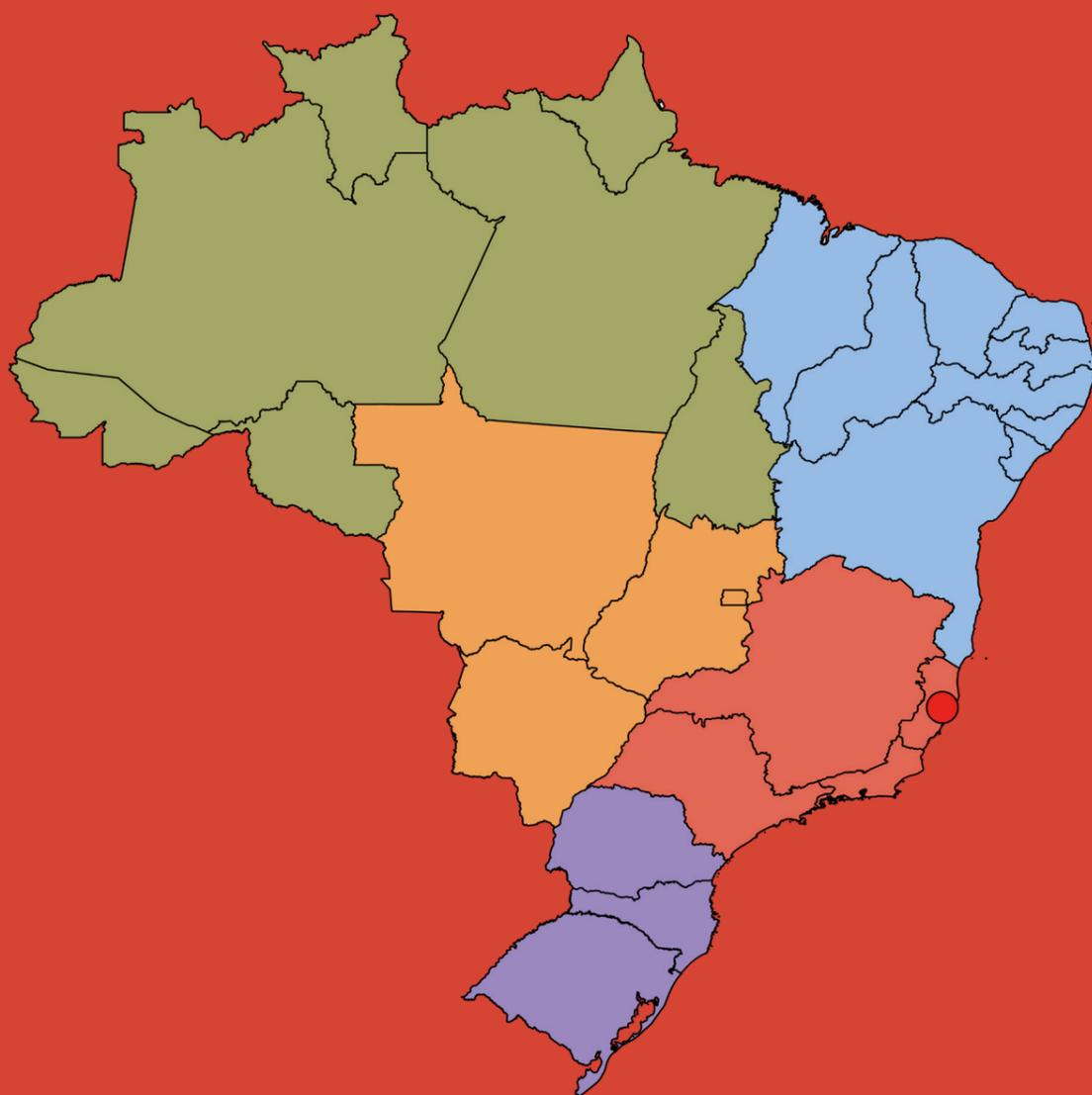
O Laboratório é um grupo de pesquisa em processo de criação e estruturação, reafirmando o compromisso de incorporar e valorizar temáticas e formas alternativas de pesquisa no âmbito da universidade. Destacam-se, nesse processo de construção, as experiências já existentes na graduação da UFSC, integrando pesquisa e prática por meio do PET e do ateliê modelo, e a renovação docente, que vem trazendo uma atuação também renovada para a universidade. É nesse sentido que se dá a intenção do laboratório em integrar o movimento que está se conformando de maior valorização da extensão na pós-graduação, desde o momento do processo seletivo, onde a atividade extensionista passou a ser mais valorizada, e na interação com plataformas externas à universidade, a exemplo do BR Cidades.

A ideia da criação do laboratório surgiu da percepção da convergência de temáticas e abordagens dos discentes do PósARQ/UFSC que entendem que, com a criação do grupo, poderia se estruturar a produção de um conhecimento mais amplo e articulado e abarcando a atuação em diversas frentes, desde um âmbito mais teórico, mas avançando junto à extensão, sobretudo no que tange à comunicação através das redes sociais e plataformas digitais, compartilhando o conhecimento produzido de forma mais lúdica e didática, não só com os universitários mas com toda a população que tiver interesse em acessar o conteúdo produzido.

2.14 LabNAU

Laboratório de Extensão do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo PPGAU - UFES

APRESENTAÇÃO:
Clara Luiza Miranda



<https://blog.ufes.br/nau-ufes/>

O LabNAU (Laboratório de Extensão do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da UFES), é um Laboratório de Pesquisa e Extensão do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFES que existe desde 1995 e que, nos últimos anos, passou a atuar de maneira mais intensa junto à Extensão. Sua atuação se dá, prioritariamente, em três eixos: Resistência e mobilização de direitos, sobretudo os direitos à moradia e à cidade; Extensão universitária junto a comunidades organizadas e Assessoria Técnica a movimentos organizados.

Destacam-se alguns trabalhos realizados pelo núcleo, dentre eles a assessoria prestada ao movimento de ocupação do edifício do IAPI, também conhecido como edifício Getúlio Vargas, para atender a um edital do MCMV entidades, desenvolvendo junto ao Escritório Modelo da faculdade e outras entidades envolvidas (Associação Habitacional Comunitária do Espírito Santo - AHABITAES, Movimento Nacional de Luta Pela Moradia - MNLM, URBE Gerenciamento e Projetos, CELULA - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - UFES) o projeto arquitetônico; a Campanha da Função Social da Propriedade e Mobilização por Direitos e Educação Urbanística, Projeto realizado com a Associação de Moradores do Centro de Vitória, Amacentro, Defensoria Pública estadual e o BR Cidades, para promover o conhecimento sobre o conceito da função social da propriedade e dos instrumentos urbanísticos de sua aplicação, com intensa participação dos estudantes de pós-graduação; a realização do evento sobre a extensão universitária "Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social na Extensão Universitária do Brasil Urbano", tendo como resultado também um livro que contou com a participação de diversas entidades e personalidades ligadas a outras experiências em ATHIS, dentre elas a Residência AU+E/UFBA, a própria UFES, a UVV-ES CAU/SC, o professor José Baravelli da USP, a UFPel, o Grupo Periférico/UnB e o Cooperativismo de Vivienda no Uruguai; o Monitoramento da atuação do Poder Público com comunidades e grupos vulnerabilizados no contexto da pandemia, do qual o grupo participou junto a entidades como o BR Cidades, IBDU, Observatório das Metrôpoles e outras; o programa ATHISVIX junto ao BR Cidades e por fim o trabalho que une Ensino e Extensão, por meio de parceria com a Prefeitura Municipal de Viana realizando Diagnóstico Rápido Urbano Participativo - DRUP e Avaliação Pós Ocupação as Residências do PAC Habitação na cidade.



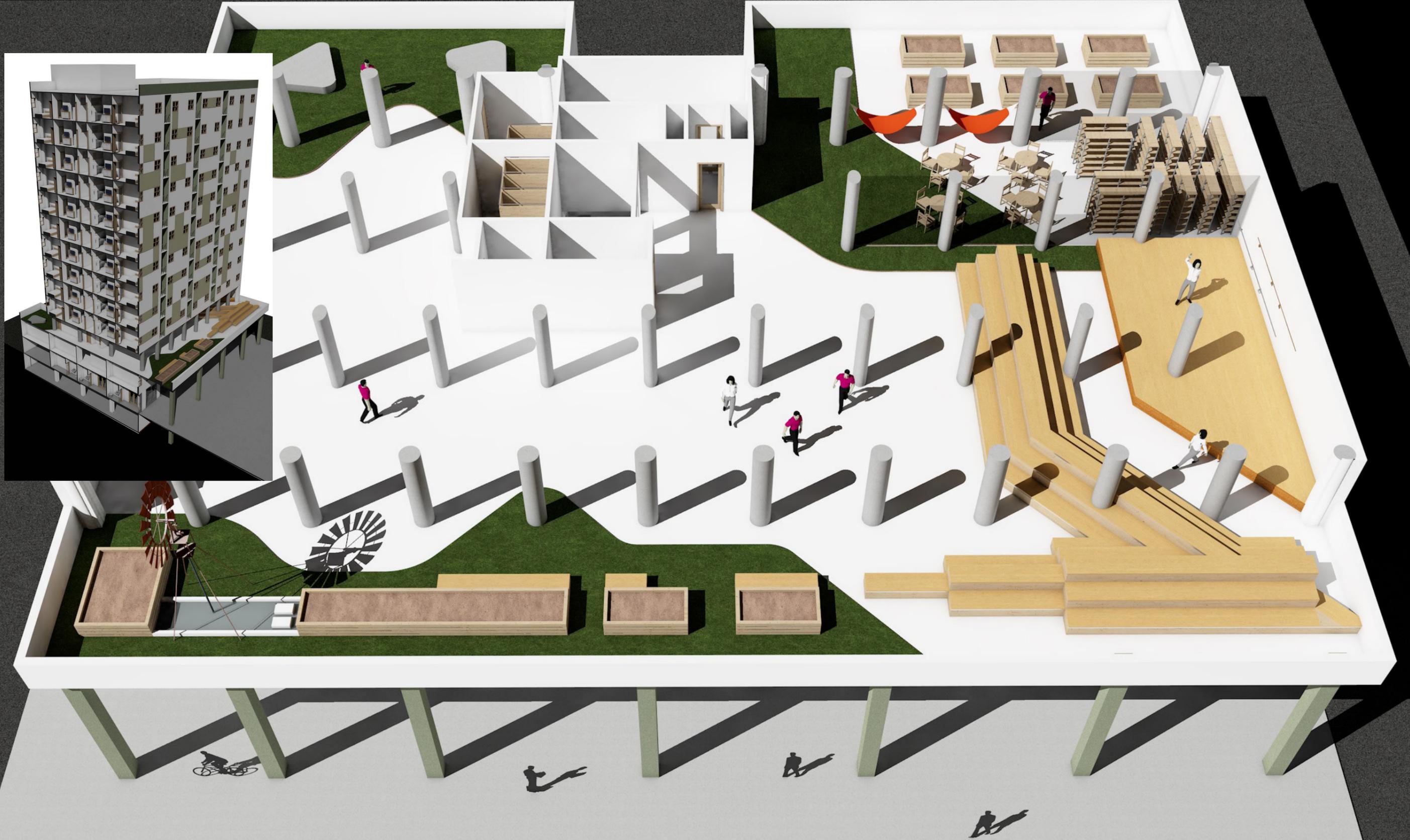
CAMPANHA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

APOIO



Pos-graduação em
Arquitetura e Urbanismo
da UFES



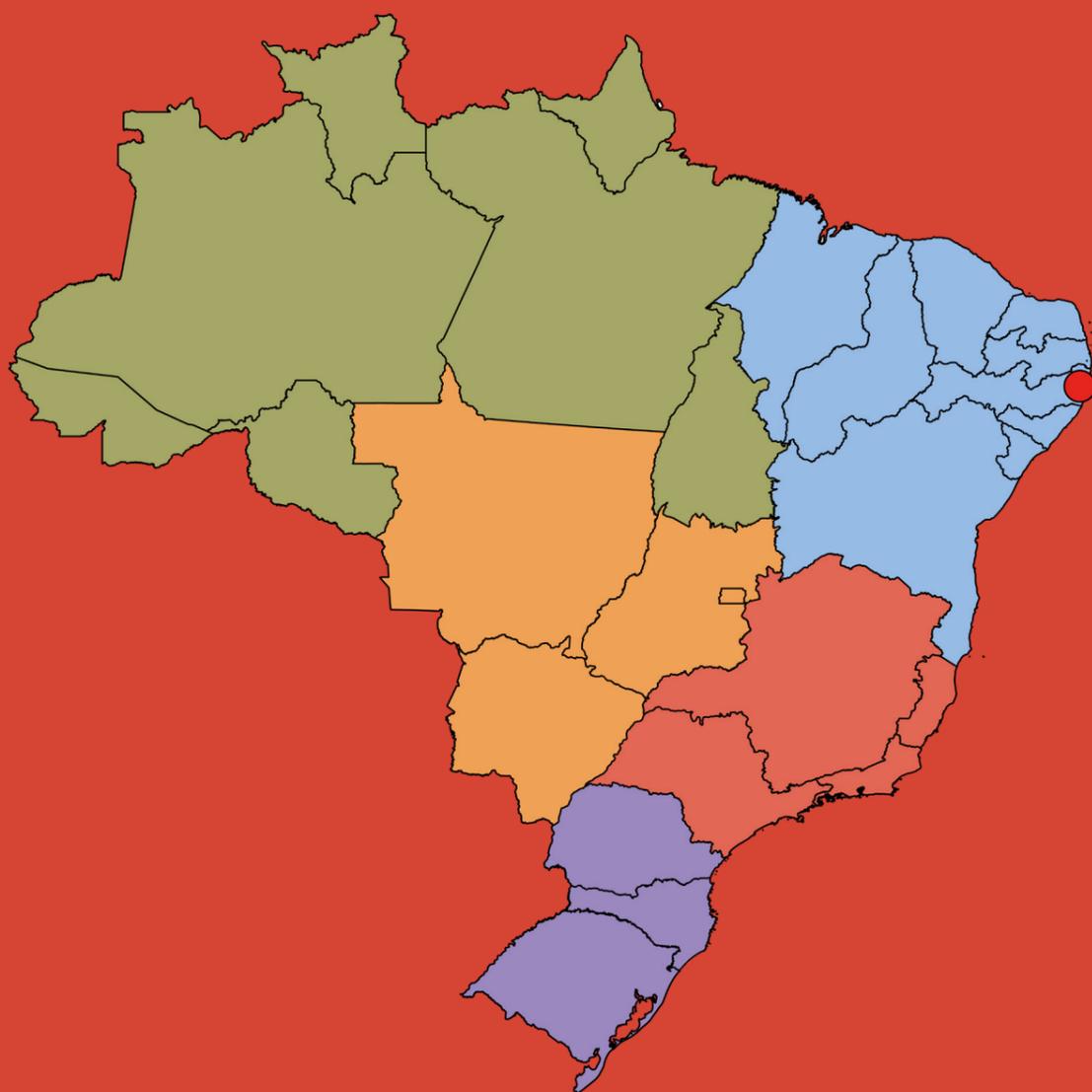


2.15 CIAPA

Comunidade Interdisciplinar de Ação,
Pesquisa e Aprendizagem (CIAPA)
PPG - MDU – UFPE

APRESENTAÇÃO:

Danielle de Melo Rocha



<https://www.instagram.com/ciapa.ufpe/>

O grupo de pesquisa do CNPq, Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizagem (CIAPA), fundado em 2009, pelo professor Luís de la Mora, vincula-se ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Tem como fundamentação teórico-metodológica o aprendizado resultante do diálogo (Paulo Freire); o desenvolvimento conduzido pelo povo (Dom Helder Câmara); o protagonismo da extensão universitária (Boaventura Santos) e o fortalecimento da Produção Social do Habitat (De la Mora) para alcançar o Direito à Cidade (Lefebvre e Harvey).

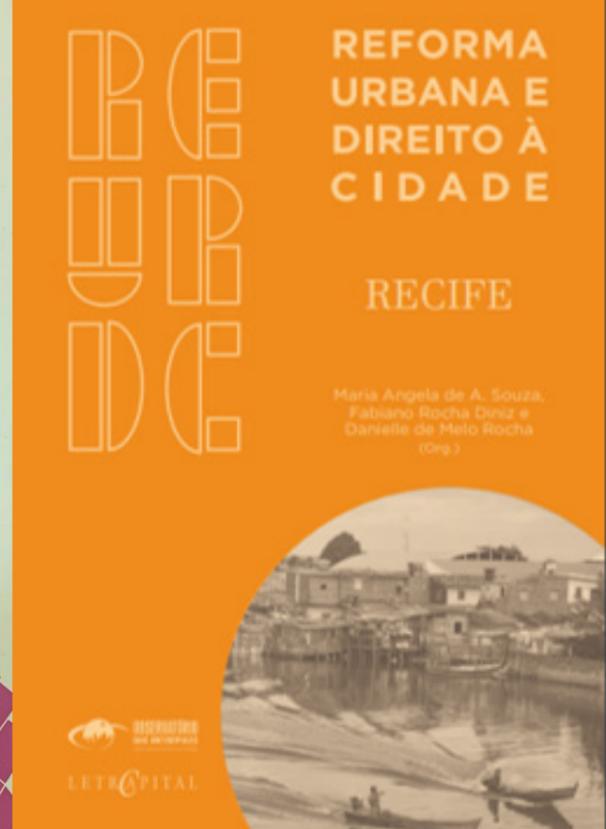
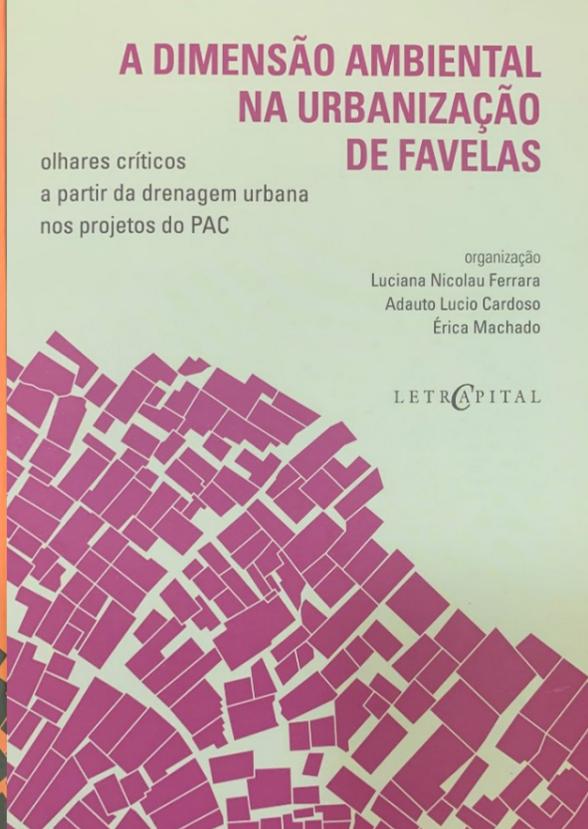
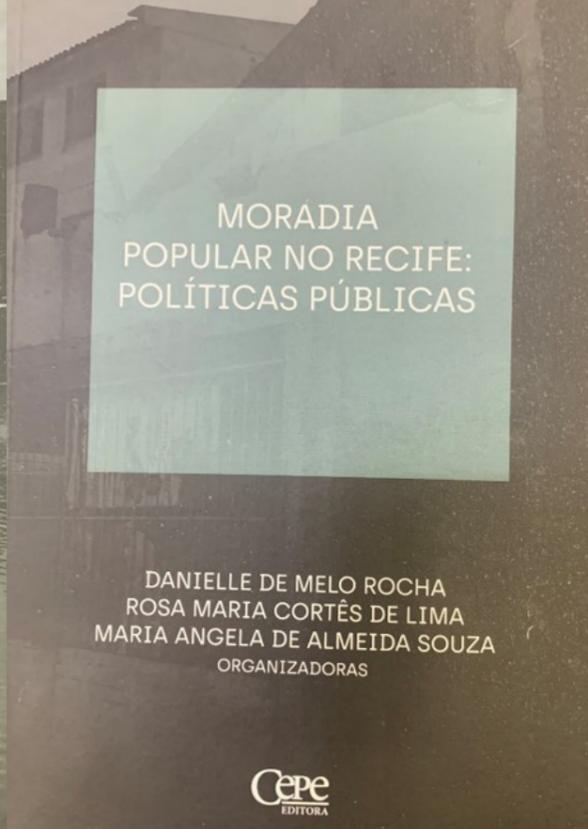
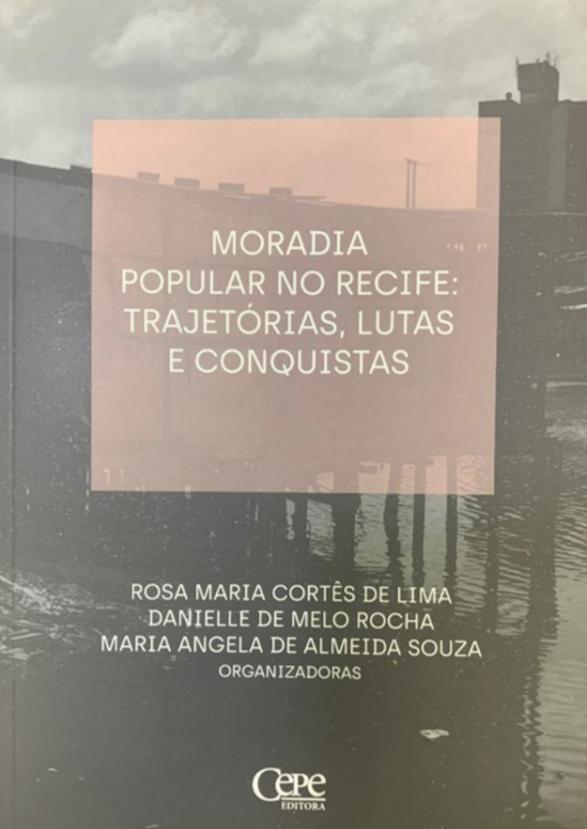
Tem como pressupostos de atuação a integração e retroalimentação entre extensão, pesquisa e ensino; a interdisciplinaridade e o pensamento crítico na formação do arquiteto-urbanista visando superar a distância entre discurso e prática. Entendendo-se a cidade como palco de conflitos e a necessidade de combater estereótipos, estimula-se a participação popular e o diálogo entre os atores na elaboração e execução de políticas públicas. A realização de processos participativos de longo prazo favorece a continuidade e comparação entre as ações/pesquisas subsequentes.

Destacam-se as ações de extensão: fortalecimento do modelo de gestão compartilhada do Plano de Regularização das ZEIS (PREZEIS) (figura 1); elaboração de políticas públicas de planejamento urbano - Plano Diretor do Recife e legislações correlatas (POT-Recife) e Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) por meio da representação no Conselho da Cidade do Recife (figura 2) e ações pelo Direito à Cidade junto ao Movimento Articulação Recife de Luta (ARL); apoio ao planejamento e gestão de assentamentos e conjuntos habitacionais organizados pelo Movimento de Luta pela Moradia nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) (figura 3); composição na Comissão de fomento às ações de Assessoria Técnica em Habitação Social (ATHIS) instituída pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU); orientação metodológica do Programa Moradia Legal, em parceria do TJPE e a UFPE, com formação sobre regularização fundiária (200h) a cerca de 100 municípios e cartórios (figura 4).

Quanto ao ensino, as disciplinas oferecidas por professores do grupo, tanto na graduação quanto na pós-graduação, focadas na questão da habitação social, resultam em publicações, participação em eventos e pesquisas (PIBIC, TCC, mestrado, doutorado).

Enfrentam-se desafio, comuns às universidades públicas brasileiras: o excesso do trabalho docente face às exigências de produtividade, a desvalorização da docência e da extensão universitária, a demasiada e ineficiente burocracia dos sistemas de registro de atividades, as dificuldades em se contornar a rotatividade discente na pós-graduação, os entraves para implantar a curricularização da extensão, a pequena estrutura e insuficientes recursos (humanos, materiais e financeiros).

A CIAPA participa da Comissão de Direitos Humanos da UFPE e atua integralmente com o Núcleo Recife do INCT Observatório das Metrôpoles, com o qual se estabelecem parcerias em escala nacional (figura 5). Quanto à cooperação internacional, a CIAPA compõe o Comitê Diretor da Rede Universitária Latino-americana de Cátedras de Moradias (Red Ulacav) estabelecendo profícua troca de experiências com grupos brasileiros e da América Latina sobre o tema do habitat popular (figuras 6). A Red Ulacav recebeu o prêmio Bronze da ONU Habitat 2023. As parcerias estabelecidas norteiam-se pelas diretrizes de ação solidária entre os projetos e atuação flexível realizada a partir das demandas apresentadas.



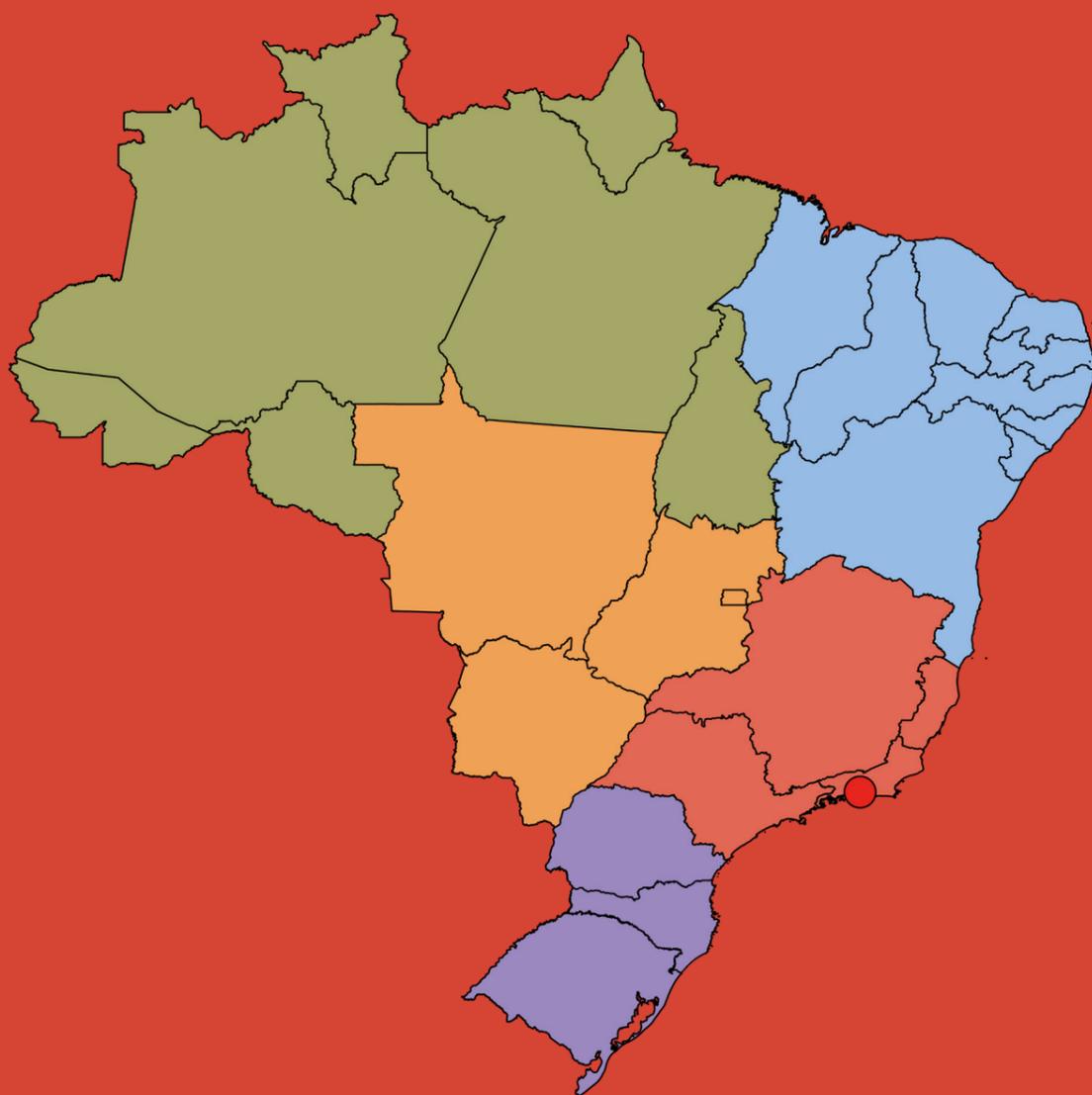


2.16 NPPUS

Núcleo de Pesquisas em Práticas Urbanísticas e Sociais - PPG em Arquitetura - PUC-Rio

APRESENTAÇÃO:

Rachel Coutinho M. da Silva



O grupo destaca a experiência realizada no contexto da disciplina: ARQ1355 – Práticas de Interesse Social, como uma iniciativa que nasce na graduação e integra a pós-graduação, e abarca a assessoria técnica considerando demandas reais dos territórios, mediante a integração às atividades do Escritório Modelo, Laboratórios de Canteiro Experimental e Workshops.

Oferecida no âmbito da Extensão, articulando atividades de ensino e pesquisa com a realidade e demandas de assentamentos populares da cidade. A disciplina se estrutura como um atelier de projeto aberto a alunos de diferentes períodos letivos do curso de arquitetura e urbanismo com cotas de participação de alunos de outros cursos da PUC-Rio, é um espaço colaborativo de aprendizagem multidisciplinar que inclui professores de diferentes departamentos, a participação de moradores e representantes de movimentos sociais e alunos da graduação e da pós-graduação do DAU.

O grupo de baseia nos ideais freireanos de educação e preza pela função social do arquiteto, entendendo que essa função não é somente prover casas para os mais pobres, produzir produtos, mas apoiar a produção que as pessoas mesmas realizam, entender os aspectos históricos, sociais e econômicos, valorizar tecnologias e saberes locais. Nesse sentido o grupo trata dos seguintes temas: Insegurança da posse; Inadequação habitacional (melhorias habitacionais); Projetos para adequações de uso em ocupações; Riscos (geotécnico, inundação, desastres); Questões ligadas ao meio ambiente e mudanças climáticas; Projetos de Provisão Habitacional; Projetos de Saneamento (infraestrutura cinza ou verde); Projetos ligados à Memória (como estratégia de resistência); Arte e Turismo de Base Comunitária; Planejamento Urbano.

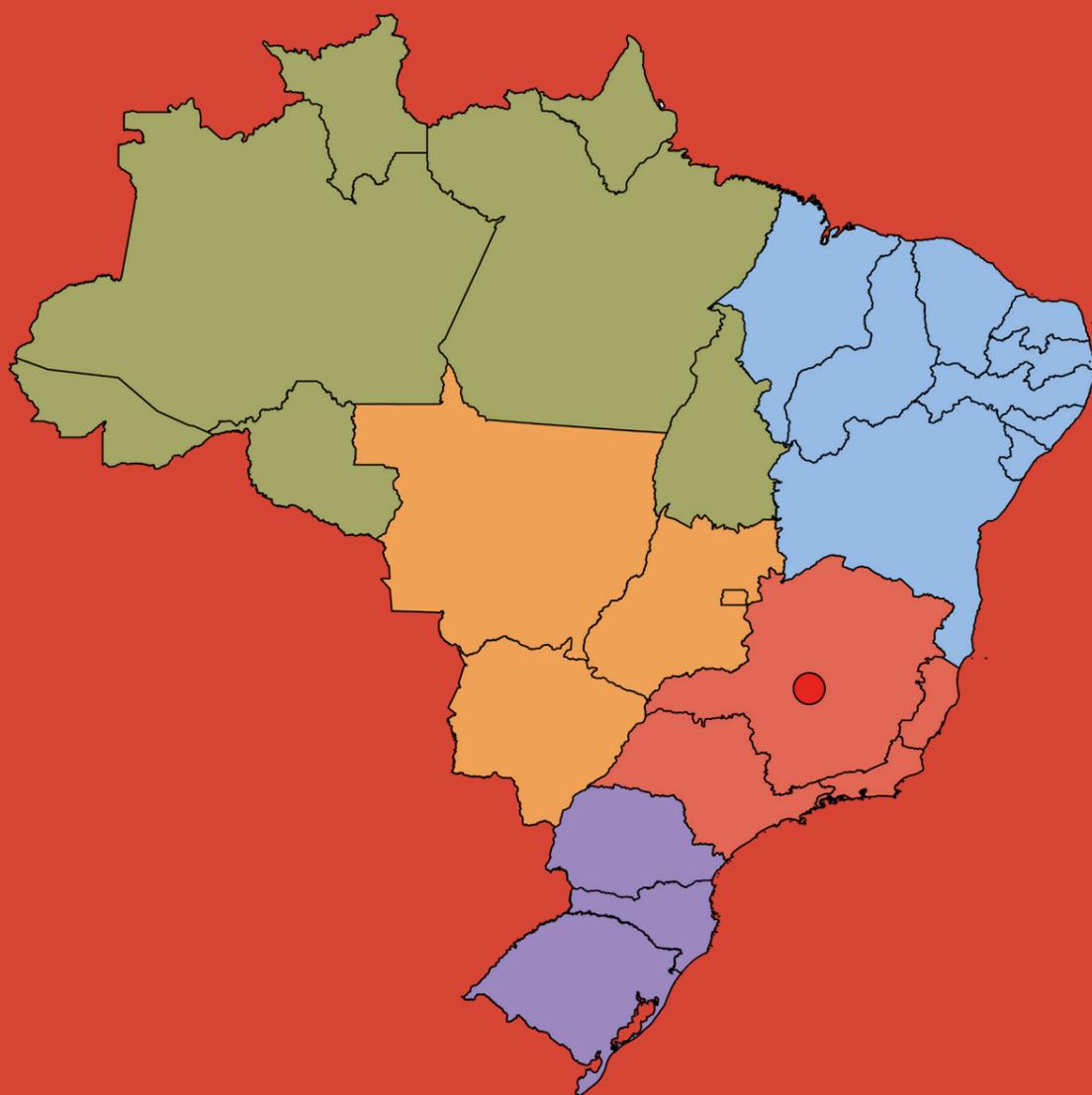
Ressalta-se a diferença no entendimento entre assistência e assessoria, enfatizando a importância do processo e não apenas focado no produto. Atualmente a disciplina apresentada se trata de uma disciplina eletiva, mas com o intuito de ser transformada em uma disciplina obrigatória de projeto para as turmas de graduação, integrando estudantes de diferentes períodos, portanto, sem a exigência de ser realizada em um determinado período do curso. Destaca-se a experiência realizada junto à comunidade do Horto Florestal, primeira parceria realizada pelo curso já em dois semestres consecutivos. Preza-se pela interdisciplinaridade das atividades, contando com o diálogo junto a outras equipes técnicas para a produção de peças técnicas necessárias e importantes para o reconhecimento e permanência da comunidade no território, mas também com troca de conhecimentos e saberes junto à comunidade e a ideia de resistência construída a partir da memória.



2.17 PEUB

Produção do espaço urbano nos brasis IEC - PUC Minas

APRESENTAÇÃO: Viviane Zerlotini da Silva e
Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt



<https://grupopeu.com.br/>

O grupo Produção do espaço urbano nos brasis, da PUC Minas, trabalha com os três pilares da universidade: ensino, pesquisa e extensão, desde a sua fundação, em 2002. As atividades desenvolvidas pelo Grupo estão pautadas na assessoria técnica direta, com um contato intenso com os moradores assessorados, que demandam trabalhos em situações de conflito ambiental e na preocupação com a compreensão da autoprodução do espaço para além da autoconstrução da casa. Para tanto, o grupo se estrutura em três pilares apresentados no projeto político pedagógico: 1. Alteridade, 2. Comum e 3. Tecnologia.

Já as demandas sociais concentram-se em três linhas de ação: salvaguarda da vida cotidiana (SAL), a tecnologia de urbanização sustentável (TUS) e o programa de formação de autoprodutores em saberes ambientais (PROSA). A salvaguarda da vida cotidiana trabalha com os princípios de: capacidade de suporte dos sítios (necessidades ambientais); salvaguarda da vida cotidiana (direitos, memória e proteção); e reabilitação ambiental urbana. Busca-se sempre uma atuação transdisciplinar a partir das demandas dos próprios territórios e da atuação junto à diversas parcerias. Já a linha tecnologia de urbanização sustentável toma a bacia hidrográfica como unidade de gestão e ação, propõe a reabilitação urbana através de intervenções que vão promover os ciclos metabólicos (água e solo), entende as tecnologias de urbanização sustentável como equipamentos de uso comum e atua em propostas de equipamentos urbanos de apoio às atividades dos assessorados. Na linha de formação de autoprodutores em saberes ambientais, os princípios são a linguagem da autoprodução, a circularidade de saberes e o próprio cotidiano; nessa linha, busca-se o desenvolvimento de ações que buscam comunicar e partilhar toda a experiência do grupo.

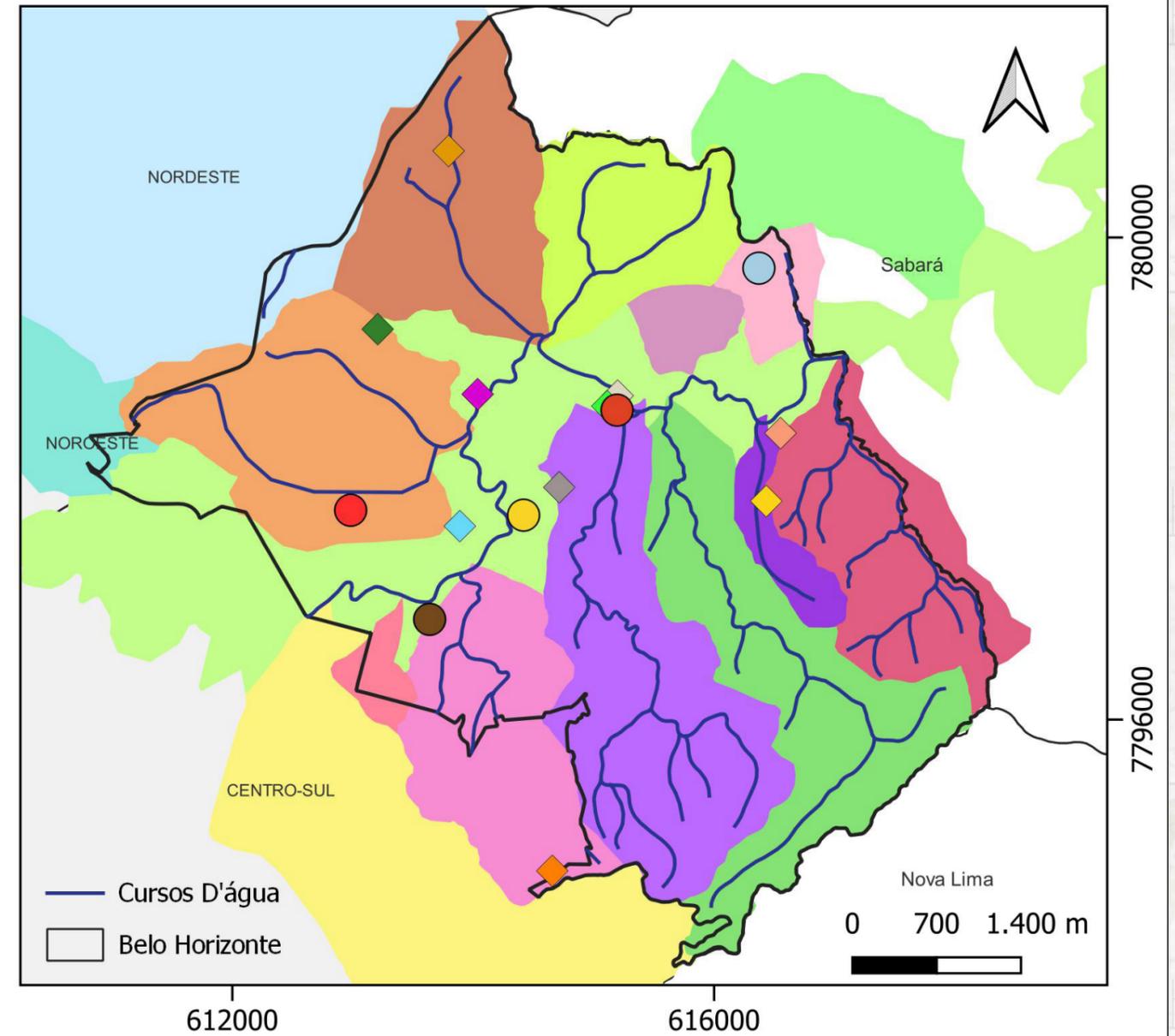
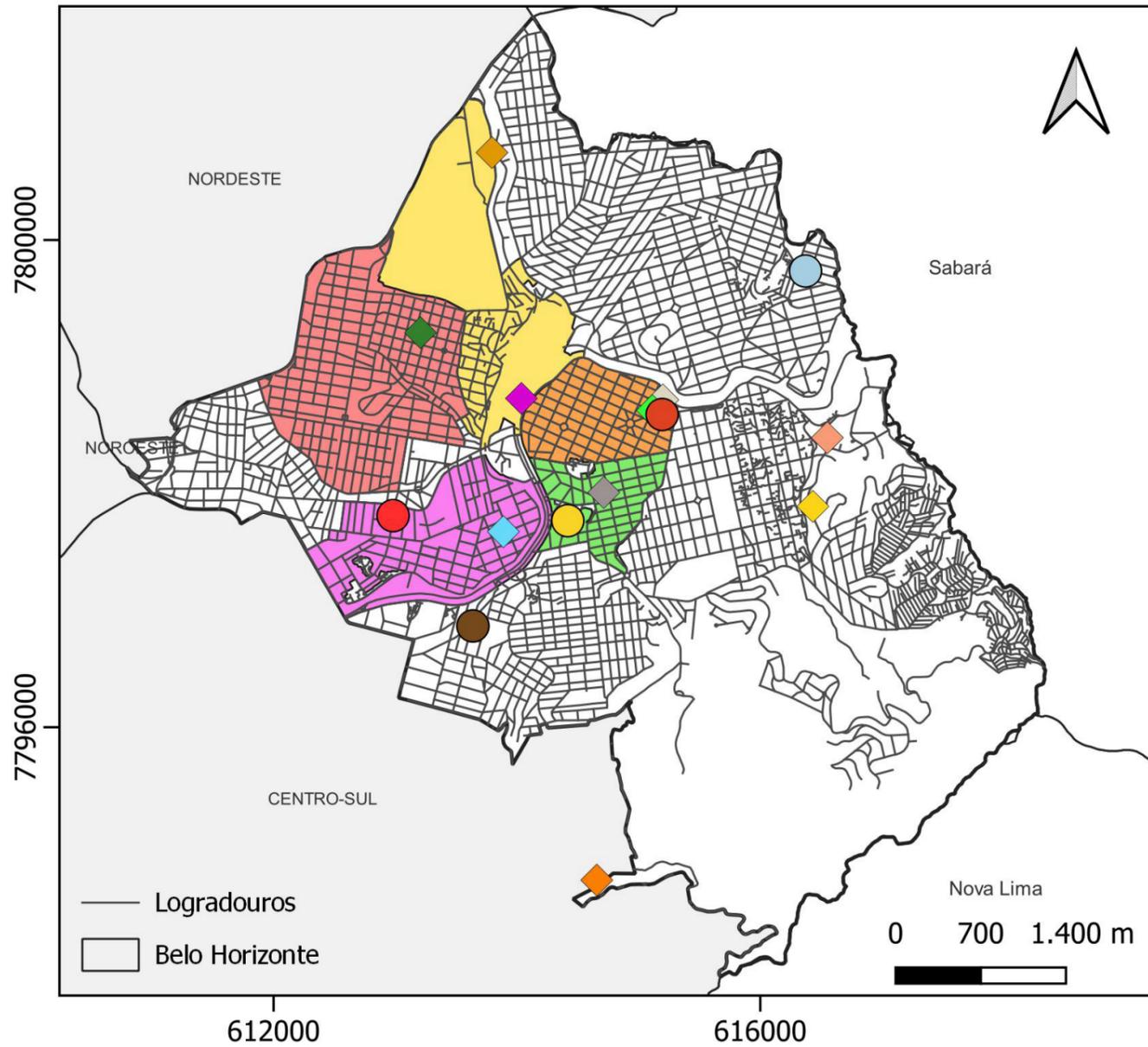
Durante a pandemia, a atuação do grupo concentrou-se nas parcerias especialmente para realização de eventos presenciais nos territórios dos assessorados, organizados pelas comunidades, e virtuais, adaptação da linguagem e de recursos para a comunicação e na tentativa de apoio às demandas locais a partir de cartografias colaborativas para reconhecimento das ações e demandas territoriais.





EQUIPAMENTOS URBANOS DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Região Leste de Belo Horizonte - MG



Bairros com Equipamentos

- Pompéia
- Esplanada
- Santa Tereza
- Horto Florestal
- Sagrada Família
- Granja de Freitas

Sub-Bacia Hidrográfica

- Córrego Cachoeirinha
- Córrego da Serra
- Córrego do Cardoso
- Córrego da Mata
- Córrego do Navio
- Córrego do Taquaril
- Córrego Freitas

Córrego Itaituba

- Córrego Lagoinha
- Córrego Olaria
- Córrego Santa Inês
- Córrego São Geraldo
- Ribeirão Arrudas
- Córrego Cachorro Magro
- Córrego Santa Efigênia
- Córrego da Av. Marzagânia

Local de Entrega Voluntária Assistida Não Implantados

- Centro Mineiro de Referência de Resíduo (CMRR)
- Escola Municipal Santo Antonio
- Escola Estadual Walt Disney
- Rua Anhanguera
- Ecoleste

Local de Entrega Voluntária Assistida Implantados

- ◆ Residencial MCMV no Granja de Freitas
- ◆ Rua Bom Despacho

Equipamentos Urbanos de Tratamento de Resíduos

- ◆ CMRR
- ◆ CETEC
- ◆ Rua São Luiz
- ◆ Rua Nelson Reis
- ◆ Coopesol
- ◆ Pompeia
- ◆ Roost Ativa



ARQ
URB
PUC
MINAS



PUC Minas

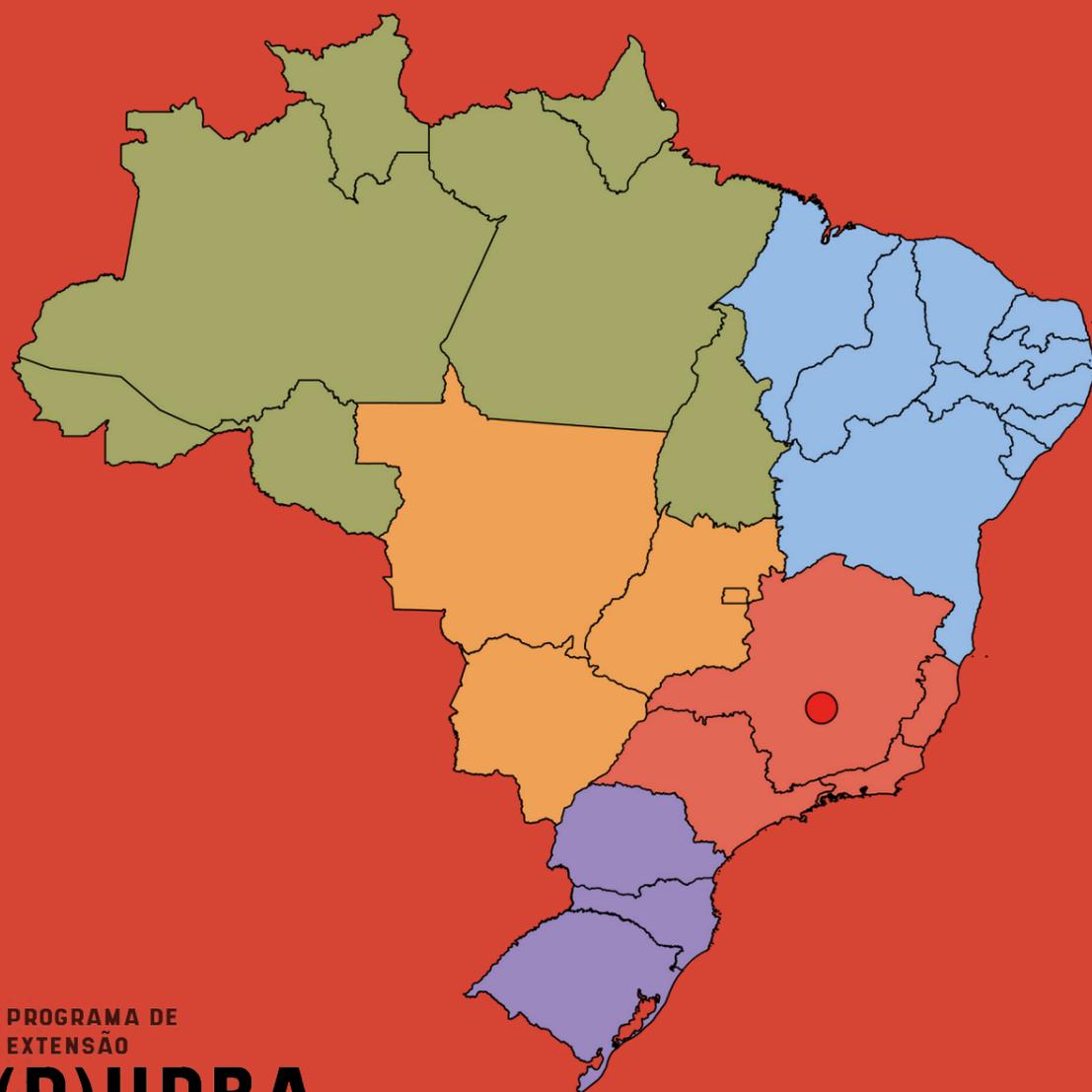
Grupo de ensino, extensão e pesquisa Produção do Espaço Urbano no Brasil - Departamento de Arquitetura e Urbanismo - PUC Minas - Coração Eucarístico Projeto de Extensão Tecnologias de Urbanização Sustentável. Coordenação: Viviane Zerloyini. Elaboração: Gabrielle Barbosa. Fonte: Base Cartográfica de Belo Horizonte; GOOGLE.CN NORMAL; NEREUS. Sistema de Coordenadas Projetadas UTM 23 S. Datum: Sirgas 2000. Setembro de 2022.

2.18 A.T.A

Programa de Extensão (R)urbanidades Afro latina e panamericanas vinculado ao Grupo de Pesquisa A.T. A. UFSJ

APRESENTAÇÃO:

Adriana Gomes do Nascimento



PROGRAMA DE
EXTENSÃO

**(R)URBA
NIDADES**
AFRO, LATINO E
PAN AMERICANAS

<https://ata7713.wixsite.com/urbanissima>
<https://www.instagram.com/ataufsj/>

O grupo de pesquisa A.T.A.-UFSJ nasce em 2010, do interesse de professores e professoras em trabalhar com a relação ação/espço urbano/ território/ arte contemporânea. Essa relação contribui em diferentes frentes e também na fundação do Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade da (PIPAUS/ UFSJ, 2016) .

Atuando de forma direta na produção e reflexão artística e visual contemporânea, o A.T.A. reforça seus percursos inter e transdisciplinares tendo como proposta desenvolver trabalhos teóricos e práticos baseados na apreensão das diversas dimensões da produção artística, criando diálogos entre diferentes campos e áreas de conhecimento com a finalidade de produzir um corpus de trabalho voltado para aspectos imagéticos, históricos, sociais, políticos, urbanos e ecológicos. A atuação do grupo se dá dentro do tripé pesquisa-ensino-extensão através da discussão de textos, a criação de debates e inter-textos; a organização de e participação em eventos acerca de temas e debates de interesse do grupo.

Dentre suas atividades está o Programa de Extensão (R)urbanidades: afro, latina e pan-americanas que têm como objetivos tornar público e online conhecimentos interdisciplinares culturais, patrimoniais, artísticos e políticos atravessados, intermediados e produzidos a partir desta temática. Há, nas propostas do programa, a articulação entre estudantes envolvidos com a extensão, a iniciação científica, artística e a pós-graduação em nível de mestrado (PIPAUS). O programa dá continuidade às propostas interdisciplinares do Grupo de Pesquisa A.T.A. - UFSJ alinhados aos projeto Urbanidades (2010) e Urbanidades Latino-americanas (2018).

Dos eixos de atuação do programa de extensão estão parcerias interinstitucionais latinoamericanas e européias e participações locais junto ao Fórum de Mulheres das Vertentes (desde 2019) e ao Centro de Referência de Cultura Popular "Popular Max Justo Guedes"/ Museu do Barro na realização de eventos como a programação da Primavera dos Museus (IBRAM), promovendo diálogos e difusão de conhecimentos promovidos pelo grupo e por parceiros sobre as dimensões culturais locais e globais, que perpassam a arte em suas relações com a arquitetura, com as questões urbanas, espaço-temporais, a gestão urbana e de políticas públicas por lentes decoloniais.

Dentre os resultados junto ao Fórum de Mulheres estão as atividades do grupo de trabalho (GT) de comunicação e a organização das discussões sobre questões (r) urbanas (urbano-rural) com experiências brasileiras, chilenas e venezuelanas em arte, arquitetura e urbanidades (materiais e imateriais). Além dessa parceria, durante a pandemia foi realizada, com a revista literária Subversa, uma oficina de escrita intitulada "sonhos pandêmicos urbanos e rurais", publicada em número especial.

Outros resultados têm sido desdobrados em disciplinas sobre urbanidades e ruralidades em suas pluralidades. Partindo da pedagogia da autonomia, promovem-se leituras do território em suas representatividades históricas e ambientais. A exposição internacional Arquitetura Habitacional da URSS: concurso entre camaradas 1926, resultou de parceria com o Grupo de Pesquisa MALOCA – UNILA.

Como desafios destacam-se ajustes e intervenções necessárias relacionadas a questões históricas, socioespaciais e culturais nos contextos trabalhados, dado que estes fatores incidem sobre a autonomia e a soberania popular, em mudanças de mentalidade, perceptivas e espaciais. Há também desafios na articulação entre ensino, pesquisa e extensão nos diferentes níveis de formação e em suas demandas, tais como a existência de bolsas e recursos que garantam o envolvimento dos estudantes no desenvolvimento de diferentes ações.

conversa com
Márcia Ferran

tema:

Política e cultura urbana



Márcia de Noronha Santos Ferran, é graduada em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990), possui mestrado em Urbanismo pelo PROURB da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000), doutorado co-tutela em Filosofia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (2007) e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2007). Implantou e coordenou eventos científicos e culturais na França como o I Rencontre Culture em 2004 na Embaixada do Brasil e o Ciclo de Palestras científicas APEB-FR na França. Tem experiência em pesquisa na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo. Em 2007 recebeu o Prêmio Rumos Itaú Cultural Pesquisa: Gestão Cultural 2007-2008 na categoria 'Pesquisa Concluídas?' pela dissertação de mestrado Participação, política cultural e revitalização urbana nos subúrbios cariocas: o caso das Lomas Culturais. Ela irá debater Política e Cultura Urbana na próxima aula da disciplina do programa de mestrado PIPAUS em parceria com o departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas da UFSJ (DAIAP): "Políticas Públicas e Gestão Urbana e de Arte, Cidade-natureza e Política", ministrada pela professora Adriana Nascimento.

Segunda-feira, 21 de junho
Horário: 10 às 12h

organização:



Grupo de Pesquisa A.T.A.-UFSJ



Pré-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários



Universidade Federal de São João del-Rei

8M | MÊS DAS MULHERES

AGENDA

POÉTICAS LATINAS

ATOS ONLINE

ORGANIZAÇÃO E APOIO:



inscrições gratuitas
através de formulário

MESA REDONDA 1

POÉTICA PERFORMATIVA Y POLÍTICA

22 de marzo
a las 17h de Brasil

COMPOSICIÓN:

OTRATIERRA / NIRLYN SEJAS (VENEZUELA) Y
MELISSA PROAÑO (EQUADOR)
ADRIANA NASCIMENTO (BRASIL)



MESA REDONDA 2

LA POÉTICA FEMINISTA EN LAS ARQUITECTURAS PARA LA VIDA EN LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO

22 de marzo
a las 10h de Brasil

COMPOSICIÓN:

MUJER ARQUITECTA
GABRIELA MANZI (CHILE)
ISABEL CARVALHO (PORTUGAL)
MÓNICA DIAZ (CHILE)
ADRIANA NASCIMENTO (BRASIL)
CAROLINA CARRASCO (CHILE)



MESA REDONDA 4

POÉTICA FEMINISTA EN LA LITERATURA

25 de marzo
a las 17h de Brasil

COMPOSICIÓN:

TANIA ARDITO (BRASIL/PORTUGAL)
ANDREIA OLIVEIRA (PORTUGAL)
MIRIAN SANTOS (BRASIL)
MARIA ANGELA RESENDE (BRASIL)



MESA REDONDA 3

POÉTICA DE LA VIDA EN RURALIDADES Y URBANIDADES

23 de marzo
a las 10h de Brasil

COMPOSICIÓN:

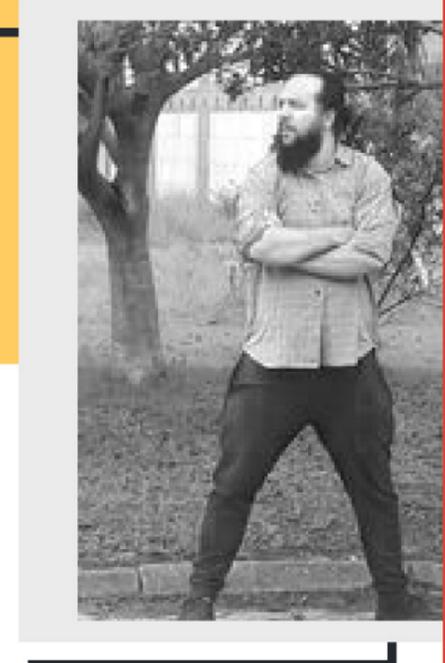
VERA GUIMARÃES (PORTUGAL)
ANDREIA MOASSAB (BRASIL)
ADRIANA NASCIMENTO (BRASIL)
XIMEN POO (CHILE)
TUTUCA (BRASIL)



conversa com
Emerson Facão

tema:

Filosofia Política e sua relação com a Natureza



Emerson Facão é professor, músico e poeta. Graduado em Filosofia pela UERJ e doutor em Filosofia pela PUC-RIO, nos últimos anos ministrou no núcleo de educação da Fundação Progresso a oficina de criação poética e filosofia. Ele irá debater filosofia política e sua relação com a natureza na próxima aula da Unidade Curricular "Políticas públicas e gestão urbana e de arte, cidade-natureza e política" ministrada pela professora Adriana Nascimento do departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas da UFSJ.

Segunda-feira, 31 de março
Horário: 10 às 12h

organização:



Grupo de Pesquisa A.T.A.-UESJ



Pó-Restoria de Extensão e Assuntos Comunitários



Universidade Federal de São João del-Rei

2.19 NECAU

Núcleo de Extensão Curso de Arquitetura e Urbanismo - Arapiraca - UFAL

APRESENTAÇÃO:
Marcelo Karloni



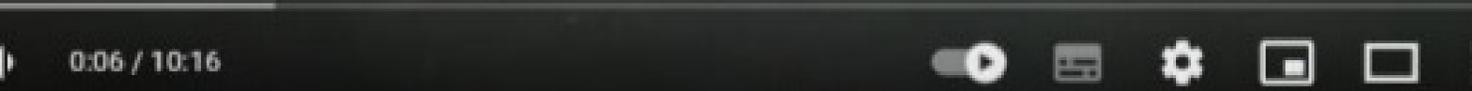
O núcleo se estrutura a partir da execução de uma política de educação extensionista curricularizada em nível de graduação, implantada a partir de componentes curriculares, em que os projetos de extensão se inserem especialmente nas temáticas: cidade e cidadania; produção audiovisual; escritório de habitação social, e fórum de habitação social.

Como metodologia, adota-se a avaliação continuada por meio de grupos de Trabalho e visita/ diagnóstico às comunidades da periferia de Arapiraca, onde são adotadas as técnicas de entrevistas, montagem de programa de necessidades, concepção de intervenção/projeto (estudo preliminar) e entrega dos materiais, com presença de representantes do poder municipal seguido de assinatura do termo de ciência. Por entender que a extensão tem como base a construção do conhecimento junto à comunidade e não o papel de resolver o problema da comunidade, a atuação do núcleo visa trazer o poder público para o território, pressionando para a execução das propostas construídas coletivamente dentro dos pilares da política urbana.

O objetivo do núcleo é formar crítica, conceitual e tecnicamente discentes para atuação em projetos urbanísticos e habitação de interesse social. A proposta busca a crítica pela própria natureza territorial onde a universidade está inserida, onde são marcantes as desigualdades sociais.

Dentre os resultados já alcançados tem-se o atendimento a três comunidades com oficinas de autoprodução, atuação junto ao ministério público e a construção de 20 plantas para casas populares. Integra-se a este processo um documentário, e Fórum Extensionista Intercomunidades do Agreste de Alagoas que está em sua 3ª edição.





FÓRUM

Dialogi
Dialogi
Dialogi

CIDADE

Extensão e periferia : A subordinação do urbano pelo diálogo em Paulo Freire

FÓRUM EXTENSIONISTA INTERCOMUNIDADES DO AGRESTE DE ALAGOAS

2.20 LABOTER

Laboratório de Estudos e Pesquisas
das Dinâmicas Territoriais

PPGEO - IESA

UFG - Câmpus Goiás

APRESENTAÇÃO:

Luciana Helena Alves da Silva

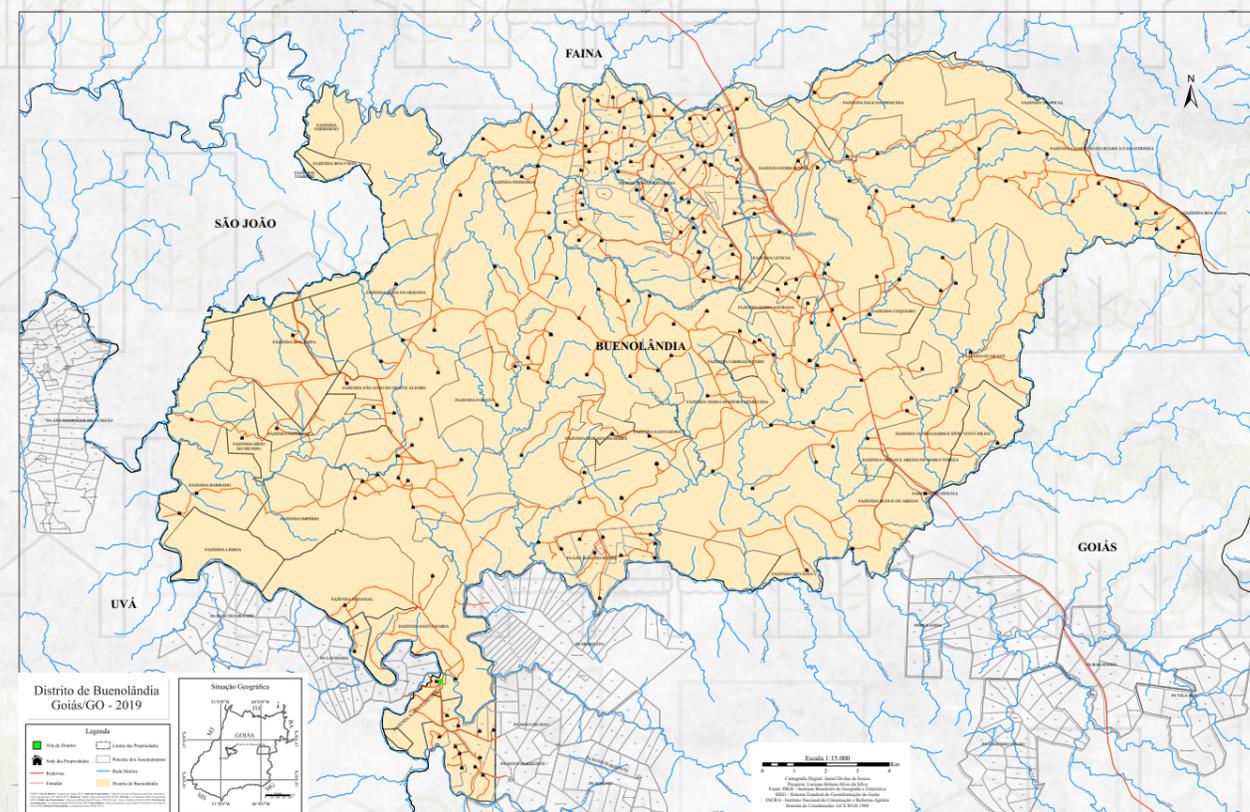


<https://laboter.iesa.ufg.br/>

O grupo destaca o projeto de extensão: Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado. Trata-se de um projeto que se desenvolve em um distrito, cujo território de abrangência é o Distrito de Buenolândia - cidade de Goiás (GO), tendo uma importante relevância histórica e cultural, especialmente para as tipologias locais. A comunidade ainda carece de regularização fundiária, uma vez que não detém a titularidade da terra e é habitada por seismeiros.

Dentre os eixos estruturantes construídos a partir da população surge a pesquisa doutoral tendo como proposta: ação administrativa; ação cultural – possibilitado a institucionalização do calendário da cidade, a promoção de eventos, estabelecimento de linguagens por meio de bordados e oralidades, ao considerar os 300 anos em que a comunidade resiste e um ebook a ser publicado; ação representativa institucional possibilitando a criação de um CNPJ e de instrumentos que possam dar visibilidade à comunidade a partir da participação em assembleias, formalização da associação de moradores e criação do estatuto; ação de apoio à pesquisa dando visibilidade e importância à parceria universidade-sociedade; ação público-privada diálogo com uma política pública-privada com o Projeto Terras da Santa.

Como resultado tem-se, em 2018, a institucionalização da Associação de Moradores e, em 2021, o primeiro aniversário da cidade e a cessão de uso da Associação de Moradores, além da criação de placas com nomes das ruas eleitos pela população. Outros ganhos importantes são o protagonismo feminino na formação e práticas de cura e estruturação de redes comunitárias e a criação da lei municipal que reconhece as práticas integrativas dos saberes populares junto ao SUS.





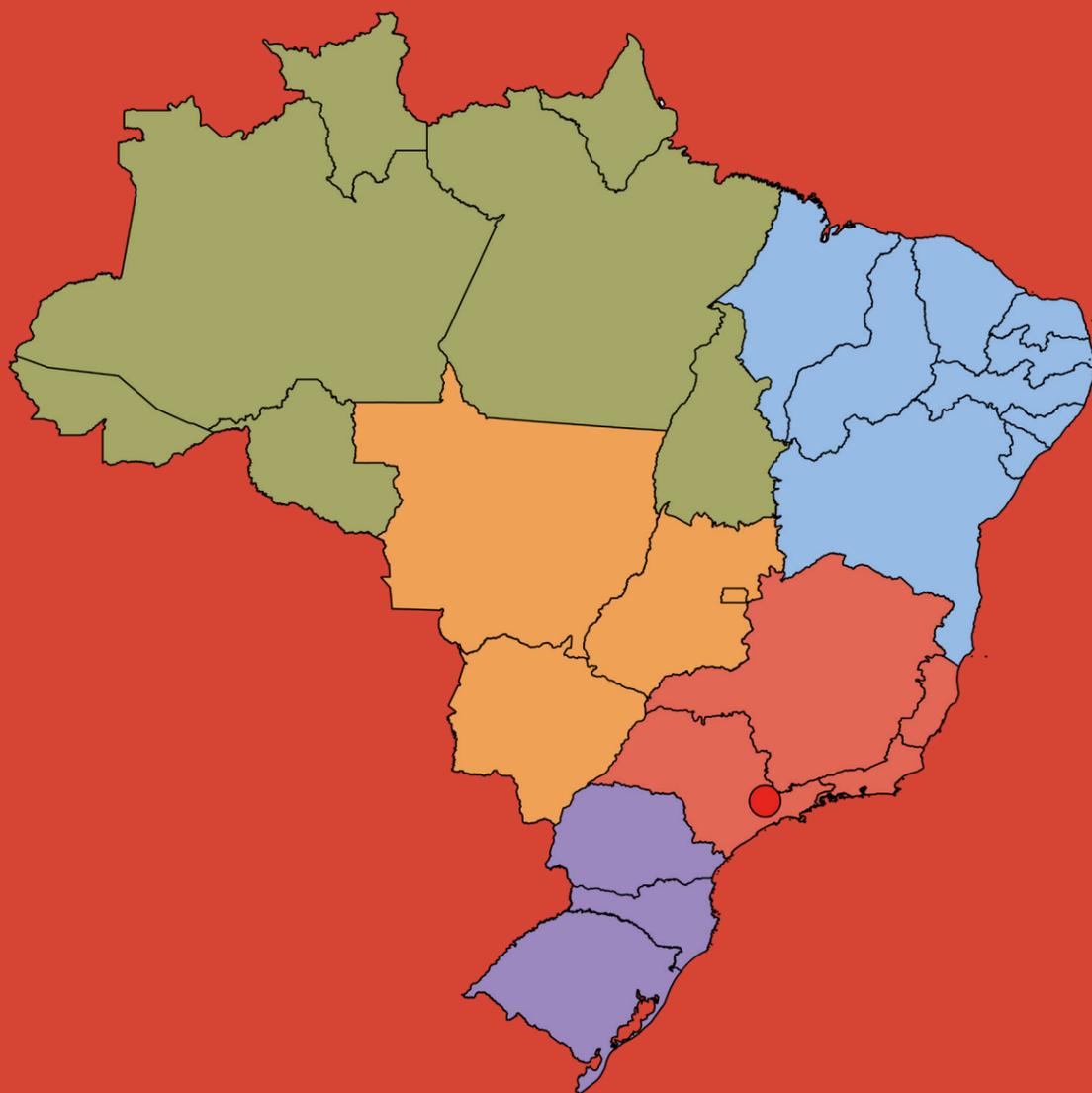


2.21 Arq. Bio

Grupo de Pesquisa - Arquitetura e Biosfera – Plataforma de pesquisa ativista acolhida pela Escola da Cidade

APRESENTAÇÃO:

Luis Octavio de Faria e Silva



<https://arquiteturabiosfera.escoladacidade.edu.br/>

A Escola da Cidade, ao acolher professores e pesquisadores da área de arquitetura e urbanismo, integra na plataforma Arquitetura e biosfera inúmeros projetos desenvolvidos, tendo como princípio a harmonia e dinâmica dos ciclos naturais. As temáticas do grupo concentram-se nas relações natureza / sociedade e produção do espaço tendo como método condutor a pesquisa-ação e a pesquisa ativista. Dentre os eixos temáticos estão o urbanismo ecológico; paisagismo regenerativo; modelos de habitar dialogando com os ODS e promovendo a articulação em rede.

A plataforma funciona sob coordenação de um grupo curador, que se conecta com dois grupos de estudos pautados na relação sociedade, natureza, produção do espaço, gentrificação e capitalização da natureza. Estes grupos atuam diretamente nos eixos temáticos, para acolher os projetos nos grupos de trabalho e pesquisa. Como metodologia de articulação tem-se as reuniões, organização e participação em eventos além de participação em editais.

A Plataforma acolhe pesquisas e projetos com temáticas socioambientais envolvendo Academia, Poder Público, Sociedade Civil e Ativismos, referentes às preocupações com as relações entre natureza, sociedade e produção do espaço (regional, urbano, rural) em diversas escalas de abordagem.

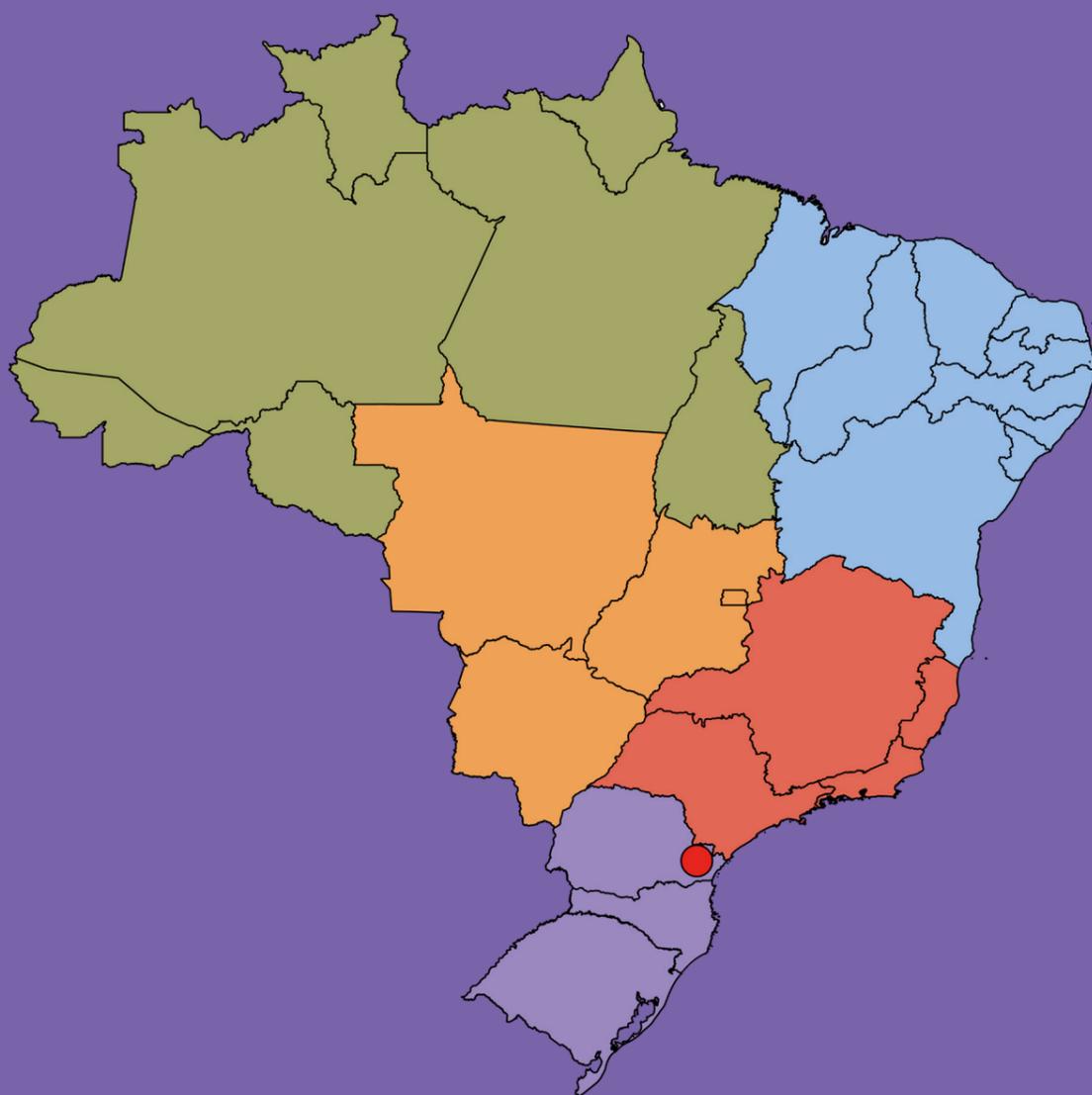
Como um desdobramento da Plataforma habita-cidade, suas pesquisas (acadêmicas e experimentais) e ações relacionadas objetivam analisar e interagir com problemáticas quanto à antropização do meio ambiente e fomentar reflexão sobre as possibilidades de reparação/ regeneração de seus impactos negativos, por exemplo, no que se refere à pressão dos usos urbanos, industriais e agrícolas de grande escala sobre os recursos naturais, as florestas e populações tradicionais a elas relacionadas.

Estrutura-se a partir de um Grupo Curador que articula Grupos de Estudos (GE) e Grupos de Trabalho e Pesquisa (GTP's), organizados segundo três Eixos Temáticos: "Planejamento e Urbanismo ecológico/biológico", "Paisagismo experimental, saluto-gênico e regenerativo" e "Modos de Habitar". Os diversos grupos, com seus projetos, redes e planos de ação específicos, embora guardem sua individualidade, interagem entre si através de ações transversais da Plataforma, articuladas e coordenadas pelo Grupo Curador, por meio de encontros, seminários internos e externos, ciclos de palestras, rodas de conversa, entre outros eventos de integração.

2.22 HABITAR

Formas de Habitar: dimensões de morar e da produção da cidade de Curitiba - UFPR

APRESENTAÇÃO:
Maria Carolina Maziviero



<http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/lahurb/extensao/>

O Grupo atua desde março de 2020, a partir do reconhecimento de territórios populares com alta vulnerabilidade socioambiental, a partir de metodologias participativas, garantindo os protagonismos das comunidades e atendendo, durante a pandemia, a demandas mais direcionadas a partir de campanhas solidárias. O grupo é composto por uma equipe de alunos e professores dos cursos de direito, arquitetura e ciências sociais, geografia da UFPR, UFPR - Litoral, UTFPR — Universidade Tecnológica Federal do Paraná e da FAE de Curitiba.

O projeto atua com o reconhecimento de territórios populares com alta vulnerabilidade socioambiental, sobretudo com o uso de metodologias participativas. Conta com o apoio da promotoria de comunidades do Ministério Público do Paraná e visa o protagonismo de moradores e moradoras, sobretudo de assentamentos precários. Por meio de parcerias com a Prefeitura de Rio Branco do Sul trabalhou-se com a articulação e monitoramento das ações do poder público no bairro Madre (comunidade Pinheiros), trazendo a população para interagir com a municipalidade a pedido da própria municipalidade, por meio de oficinas, reuniões comunitárias e formação mútua. A metodologia de atuação teve como base curso de formação para servidores da prefeitura, oficinas teóricas de metodologias participativas, oficinas na comunidade – “Travessias da Madre – caminhos para o Direito à cidade”, além de reuniões e oficinas de formação mútua, pensando a sensibilização e mobilização social.

Por se tratar de uma atuação direta com o poder público no sentido de promover o reconhecimento e a atuação no controle social (popular), em função da baixa participação da população até então, foi possível a criação de espaços de diálogo e mediação minimizando os enfrentamentos.

A curricularização da extensão se dá a partir de disciplinas que trabalham com projetos de extensão, a exemplo da disciplina obrigatória – Desenho urbano 4: urbanização de assentamentos precários, que promove a integração dos alunos com as demandas das comunidades da periferia de Curitiba.

Como resultado, tem-se a publicação do livro “Por dentro da REURB”. Quanto aos benefícios locais, foi construído de forma participativa projeto para uma praça a partir da interação com as crianças da comunidade, com pleito encaminhado à prefeitura, além da mediação para formação de uma Associação de Moradores para viabilizar o acesso à energia elétrica.

Outros resultados importantes da atuação do grupo são os espaços de diálogo criados com as comunidades, a formação mútua e construção coletiva do conhecimento, elaboração de planos e projetos de intervenção, a visualização das condições de acesso à equipamentos, infraestrutura e espaços de relação e de uso da população, e o intercâmbio de técnicas de construção básica e orientações urbanísticas a partir da realidade.

Quanto às dificuldades, apresenta-se a articulação entre extensão e os projetos de pesquisa em desenvolvimento em diferentes áreas do conhecimento e a impossibilidade de aproveitamento das bolsas de extensão por alunos da pós - e o o distanciamento temporal entre as demandas da sociedade e capacidade da universidade de atender.

Membros do grupo:

Dr. Rodrigo Sartori Jabur | Ms. Alexandre do Nascimento Pedrozo | Ms. Kelly Vasco | Aline Cabral Terra | Andrener Silva Duarte | Bruno Fonseca Rocha Leonel Caetano | Julia Silveira | Jonathan Seronato | Vinícius Caraméz | Yasmin Yamada.





**COMUNIDADE
E
UNIVERSIDADE
PENSANDO JUNTAS
O FUTURO DA MADRE**

TARDE DE CONVERSA ENTRE MORADORES DA REGIÃO DA MADRE
E EQUIPE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-
PROJETO DE EXTENSÃO "FORMAS DE HABITAR"



Conclusão

○ **1º Encontro Nacional sobre Extensão na Pós-Graduação e Assessoria Técnica para a Produção do Habitat mais saudável, resiliente e solidário no campo e na cidade. Residências Acadêmicas, Cursos de Especialização e Grupos de Pesquisa e Extensão trouxe contribuições importantes para o debate sobre a indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão**, ancorada no artigo 207 da Constituição Federal.

Considerando todas as apresentações, apesar dos esforços de professores, estudantes e alguns gestores, fica evidente que a Extensão Universitária ainda é marginal ao currículo e à universidade como um todo, prevalecendo a valorização do produtivismo acadêmico, deixando a potencialidade co-geradora de conhecimentos da Extensão, bem como a transformação da universidade e sua territorialização, a cargo de pessoas resistentes ao sistema hegemônico. Ainda não se valoriza outros saberes existentes, para a construção da ciência cidadã, na transformação de sociedades mais justas e solidárias.

Desafios das Residências Acadêmicas

As Residências Multiprofissionais/Interdisciplinares na área de Arquitetura e Urbanismo foram criadas à semelhança das Residências Médicas, porém há muito que avançar, considerando que ainda não existe uma resolução específica para Residências fora da área da saúde. As Residências Médicas possuem grande alcance, inclusive com aporte de bolsas que possibilitam maior dedicação dos participantes. Percebe-se, com o evento, o quanto as residências na área de saúde estão mais consolidadas e estruturadas, como os exemplos apresentados pela Fiocruz.

No curso de Governança Territorial da Fiocruz, destaca-se a importância de trazer temas transversais e interculturais, buscando atuação no território (inovação social e territorial, educacional e serviços digitais). Isto se materializa pelas ferramentas como o Radar de Territórios do DF, pela Sala de Situação epistemológica e pelo enfrentamento da pandemia de Covid-19.

No entanto, o contexto da pandemia dificultou as atividades extensionistas ou até mesmo impossibilitou a presença nos territórios, em determinados momentos.

Na Residência da FAUFBA destaca-se o pioneirismo e a continuidade, com quatro edições sem bolsas para os estudantes, que, mesmo durante a pandemia, conseguiu se manter em contato com as comunidades e capacitar os estudantes, com destaque para o Mobiliza RAU+E — uma ferramenta de visibilidade de comunidades, doadores e ações existentes de apoio, para auxiliar em serviços necessários às comunidades de Salvador, como: materiais de higiene pessoal e de limpeza, comida, renda e outras contribuições emergenciais, assim como dar visibilidade a comunidades que estão sem serviços básicos, como abastecimento de água.

Na Residência da FAU/USP em Planejamento e Gestão Urbana, destaca-se a parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo. Consistiu na participação em período integral, durante um ano, em atividades acadêmicas e trabalho prático, no apoio à produção de Planos Regionais para as Subprefeituras, de acordo com o Plano Diretor. Buscou assim, fomentar o diálogo multiescalar, entre o Plano, a Política Pública, a intervenção física e a gestão local de equipamentos ou serviços. No entanto, a alta demanda por tempo e alguns desgastes na gestão do curso comprometeram a construção de novas propostas. Segundo os idealizadores, a falta de apoio para Residência em Arquitetura e Urbanismo compromete a continuidade da proposta.

Dentre as experiências relevantes da Residência da UFPB, destacam-se a parceria com a Prefeitura de Conde e com a Comunidade da Vila do Amanhecer e a integração interinstitucional com professores de outras IES públicas e privadas.

Na Residência da PUC-Campinas, destaca-se resultados de impacto nas políticas públicas de meio ambiente, com a abertura de um parque público e a apresentação dos projetos para o poder público e fundações privadas, com vias a sua execução.

Na Residência da UFS, destaca-se a busca por convênios (financiamento), e procurar as prefeituras municipais para definir as ações nos campos de atuação, os preceptores assim como as bolsas para os residentes; buscar o CAU/SE para divulgar, junto aos profissionais, concessão de bolsas para os residentes e CREA, OAB, FAMES (Federação dos Municípios Sergipanos). Observa-se que hoje tem contrato firmado apenas com o CAU/SE.

Na Residência Multiprofissional CTS da UnB houve avanços quanto à captação de recursos via edital do CAU BR para ATHIS e de emenda parlamentar para bolsas, bem como quanto à tentativa de lançar um curso transdisciplinar, envolvendo a produção do habitat, a agroecologia, a saúde ecossistêmica e a economia solidária, que inclui treze faculdades da Universidade de Brasília, com profissionais de várias áreas do conhecimento, nas vivências territoriais. No entanto, o valor das bolsas não é suficiente para garantir uma dedicação de carga horária ao curso e, paralelamente, os professores não são remunerados, o que acaba sobrecarregando aqueles que se dedicam à coordenação do curso. Além de bolsas de estudo adequadas para os residentes, é necessário ajuda de custos para os tutores/professores.

Em síntese, de acordo com todas as apresentações, as Residências na área de Arquitetura e Urbanismo integradas a outras áreas requer um programa nacional com subsídios de recursos para políticas públicas de assistência técnica, ancorada na Lei Federal nº 11.888/2008, para Habitação de Interesse Social. O objetivo não é só formar profissionais para um campo profissional que já existe, mas, sim, construir a política pública e, ao mesmo tempo, um outro mercado de trabalho para jovens arquitetos. Torna-se um desafio sensibilizar os agentes, sobretudo de fomento, uma vez que o recurso existe, mas ainda é necessário convencer o poder público ou outros agentes de que a atuação extensionista é digna de receber os investimentos necessários.

Ainda é um desafio o reconhecimento e diplomação/certificação dos estudantes como Residência e não como curso lato sensu. Caberia ao CAU ter uma interação, no sentido de validação dos diplomas, já que as Residências Médicas possuem uma dimensão ligada ao MEC e outra ao Conselho de Medicina.

Destaca-se a atuação do CAU com os editais de fomento para ATHIS, porém o aporte disponível é pequeno, frente ao problema que se busca enfrentar. Tendo isso em vista, reforça-se a importância dos professores assessores extensionistas se consolidarem enquanto Núcleos ou Grupos de Trabalho e, junto à ANPARQ, que possui papel fundamental de integrar as universidades às entidades profissionais, para fomentar cartas, movimentos e afins, e, assim, se estabelecerem relações concretas com os governos, principalmente com as prefeituras. Destaca-se, também, a importância da Rede BrCidades, que reuniu professores extensionistas de mais de 30 universidades do Brasil, entidades profissionais, estudantes e movimentos sociais, na luta por uma Agenda Urbana pós Golpe de 2016.

Alguns professores assessores destacaram a dificuldade existente em se estabelecer o diálogo com as prefeituras, que se mostram bastante refratárias à universidade, mesmo que a relação não exija desembolso financeiro da municipalidade. Este catálogo apresenta uma potencializada rede que está se constituindo, no intuito de ganhar força, no diálogo junto às instituições com as quais se pretende estabelecer parcerias. A intenção é fomentar uma rede de colaboração entre Residências Acadêmicas em diversas escalas, ampliação de parcerias, cooperação técnica e intercâmbio.

bio entre universidades, colaborações interinstitucionais de atuação com ATHIS, para além das universidades.

Outro aspecto a ser considerado é a desvalorização da Extensão nos programas de pós-graduação. A imersão no trabalho de campo não segue o mesmo ritmo imposto pelo produtivismo acadêmico. Não existe uma produção bibliográfica tão grande como poderia, justamente por conta do foco na prática. Existem alguns entraves, dificuldades na publicação dos resultados e na forma de produção técnica, que demandam recursos para impressão e produção de vídeos, produções que poderiam ter equivalência de peso junto à pesquisa e ao ensino. Os editais de recurso do CNPq ainda estão focados na Tecnologia e Inovação, faltando aprimorar o entendimento sobre Extensão Universitária e o perfil dos professores extensionistas, com suas produções técnicas, diferente da exigência quanto ao produtivismo bibliográfico. Faltam editais de suporte para cursos de extensão à distância — nucleações e interiorizações/prefeituras (convênios).

São escassos o apoio institucional e editais de fomento, aos moldes dos editais do Programa de Extensão Universitária (ProExt), que tinha o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior, no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão, que contribuíssem para a implementação de políticas públicas; foi extinto, bem como o Ministério das Cidades, após o golpe de 2016.

Diferentemente da Saúde Pública, a área de Arquitetura e Urbanismo enfrenta a questão da terra (conflitos fundiários/socioambientais) e da habitação, que tem uma dimensão material (ambiente de disputa e recurso financeiro para execução de obras), articulada ao ensino. Torna-se fundamental integrar as políticas de educação (MEC) com as políticas de habitação (MCidades – FNHIS), considerando, não só a Secretaria Nacional de Habitação, bem como a Secretaria de Periferia, do MCidades.

E, por que não integrar também, ao Ministério da Saúde, visando alcançar a saúde ecossistêmica, unindo o saneamento à habitação e à preservação dos ecossistemas? Ou seja, uma convergência social e ecológica para as cidades e integração com o campo da saúde — uma potencialidade para se trabalhar a convergência socioecológica, com práticas emergentes, tão necessária no campo dos territórios populares.

Os Grupos de Pesquisa vinculados aos Programas de Pós-Graduação podem contribuir para o fomento de iniciativas, como as Residências Acadêmicas, trazendo as pesquisas para os territórios, unindo também a Extensão ao Ensino. A Educação na pós-graduação ainda é bastante voltada para a pesquisa, deixando de se trabalhar a pesquisa-ação, ou a educação freiriana problematizadora, como prática liberadora, da ação à reflexão, bem como avançar na produção do conhecimento conjunto com as comunidades que vivem nos territórios.

Desafios dos Grupos de Pesquisa:

Conforme apresentado anteriormente, em síntese, existem alguns entraves para atuação da extensão na pós-graduação, que também impactam os Grupos de Pesquisa: limitação do apoio financeiro para amplitude das ações; espaço limitado dentro da Universidade para atuação na extensão; infraestrutura para suporte à realização das atividades; é preciso valorizar mais a atividade extensionista nos PPGs; a pesquisa-ação ainda não é valorizada como a pesquisa tradicional; dificuldade de maior inserção dos pós-graduandos de outros Estados nos territórios — além da dificuldade de acesso a bolsas de estudo dos pós-graduandos, que têm tempo exíguo para a conclusão das dissertações e teses e a obrigatoriedade de produção científica simultaneamente — os tempos das ações nos territórios quase sempre destoam dos tempos de conclusão das atividades.

A inserção e avaliação da ação extensionista é seletiva, no que diz respeito aos

critérios de avaliação dos cursos. A valorização das “áreas estratégicas” também repercute na avaliação da produção científica, medida principalmente por critérios quantitativos, em dissonância com grande parte dos objetivos das atividades de extensão, com desequilíbrio na avaliação quali-quantitativa. Há distanciamento temporal entre as demandas da sociedade e a capacidade da universidade de atender, pois a universidade e programas de pós-graduação estão focados no produtivismo.

Ainda, a necessidade do entendimento de contextos diversos (origens dos estudantes, contistas, quilombolas, indígenas), a marca cada trajetória, no sentido da pluralidade e dificuldade no convencimento dos professores de atuarem diretamente nos territórios, ainda são entraves que precisam ser vencidos.

Defende-se novos argumentos, novos paradigmas a serem pesquisados para o avanço da ciência, e soma-se a isso caminhos diferentes. O crescimento é enorme e o papel da pós-graduação é fundamental nessa aproximação entre a realidade e a universidade, juntamente com a graduação. Essa articulação se amplia não somente pela vontade dos que constroem os grupos e dão essa marca da extensão. Cresce porque a sociedade demanda esse tipo de ação e a demanda como política pública.

O século XXI exige uma outra universidade, exige essa formação que os pesquisadores extensionistas vêm fazendo, ampliando o diálogo com agentes territoriais, os jovens, as tecnologias da comunicação. Esse diálogo é importante para começarmos a entender criticamente o que nós estamos fazendo. A pesquisa na extensão permite uma reflexão a partir da prática, uma ciência cidadã, que se materializa na evolução histórica de atuação junto às comunidades

Mesmo com o esforço, atuando em uma das linhas da pós-graduação, o conteúdo desse esforço acumulado não se insere nas chamadas áreas estratégicas, que avaliam quantitativamente a inserção social — ou seja, há distância entre o qualitativo e o quantitativo. Os pesos precisam ser aprimorados, tem sido muito difícil atrair estudantes da pós-graduação que são motivados a ir na linha do produtivismo acadêmico, quando, na verdade, os aspectos qualitativos estão na base da extensão. A estrutura curricular, que muitas vezes dificulta a extensão nas universidades, considera a extensão como um trabalho à parte.

Esse reconhecimento passa pelo diálogo equilibrado na profissão. Não é apenas uma questão de escolha, a extensão é um caminho estrutural que deveria ser direcionado ao ensino, à aprendizagem e à transformação do território. Os processos participativos juntos aos movimentos sociais e as articulações das redes sociotécnicas na Extensão foram importantes para o enfrentamento do contexto político, desde o Golpe de 2016 —daí a importância da criação de redes como o BrCidades e o GT-Extensão da ANPARQ.

É fundamental integrar a pesquisa-ação e a pesquisa-assessoria técnica e a influência direta na qualidade da produção habitacional, quando esse tipo de abordagem é possível. Os processos muito burocráticos, para a consolidação de assessorias técnicas, que se formam a partir das experiências extensionistas, podem se tornar um entrave para a política de extensão, lembrando a importância de se fomentar os escritórios modelos nas escolas de arquitetura e urbanismo, integrando a graduação à pós-graduação — lembrar que sem os estudantes e sem as comunidades dos territórios a gente não faz extensão. A educação ainda é o meio mais potente de se movimentar as estruturas com a potência ideológica na superação das adversidades.

É necessário construir uma política pública de ATHIS. Estamos vivendo uma crise civilizatória e ambiental, uma crise ampliada, e é da crise que nascem as transformações. Devemos buscar uma autogestão transformadora nos territórios populares e a comunicação popular das iniciativas.

Além de estratégias para melhorar os editais da Capes e do CNPq, é importante integrar as políticas de saúde, de educação e do MEC, para alcançarmos mudanças

estruturais. Este catálogo pode contribuir, expondo a pulverização de experiências extensionistas em território nacional, a importância da escolha por se adotar a extensão como um pilar da produção do conhecimento, bem como em se enfrentar e encarar os limites dos modelos públicos vigentes, no que se refere à moradia, a exemplo do PMCMV.

O CAU tem a função de regulamentar a profissão, mas também tem como contribuir na transformação do ensino, nas grades curriculares, bem como na interface com as prefeituras e o governo federal, para regulamentar ATHIS de forma efetiva, inclusive com recursos. É preciso avançar na concretização da política pública.

Com a internacionalização da extensão, é possível valorizar a riqueza propiciada pela troca com outras experiências latino-americanas (Sul-Sul), Red ULACAV, ARQUI-SUR, e iniciativas da UNILA e seus desdobramentos. Eventos como este deveriam se tornar frequentes, para evidenciar que as iniciativas extensionistas não são poucas e nem isoladas. Favorecer a potência das redes brasileiras como o BrCidades, Nucleações da Residências, a Rede Moradia Assessoria e a Rede de ATHIS, que se formaram no Brasil, fortalecidas pelos ambientes virtuais. Não como exclusividade, mas como ferramenta de se viabilizar mais democraticamente encontros como esse que foi realizado.

Neste sentido, torna-se importante a inclusão do evento **“Encontro Nacional sobre Extensão na Pós-Graduação e Assessoria Técnica para a Produção do Habitat mais saudável, resiliente e solidário no campo e na cidade. Residências Acadêmicas, Cursos de Especialização e Grupos de Pesquisa e Extensão”** no calendário de eventos da ANPARQ, trazendo continuidade ao trabalho aqui iniciado.

Ações assertivas e propositivas do GT-Extensão da ANPARQ

- Convocar de forma democrática membros das 5 regiões a compor o GT-Extensão da ANPARQ integrado ao GT – ATHIS do BrCidades e às Redes Moradia Assessoria e Rede ATHIS Brasil;
- Organizar encontros mensais para consolidar o GT-Extensão e começar a soltar textos importantes nas mídias, para consolidar uma política de extensão de fato (contar com apoio do CAU/IAB/Redes sociotécnicas) bem como fundos de assessorias técnicas;
- Organizar eventos bianuais dentro da ANPARQ, para pressionar a Capes e o CNPQ contra o produtivismo exarcebado. Contribuir com insumos para a inserção curricular da extensão, integrando graduação e pós-graduação e ter a missão de valorizar a extensão integrada à pesquisa e ao ensino;
- Criar possibilidades de vincular programas interdisciplinares à ANPARQ, a exemplo do PIPAUS da UFSJR.

Referências

ANDRADE, Liza Maria Souza de Andrade, LOUREIRO, Vania Raquel Teles. A “quadríade” ensino-pesquisa extensão-gestão e a universidade cidadã: a experiência de Política de Gestão da FAU/UnB. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela Maria, COTRIM, Marcio e SUAREZ, ALBAN, Naia. Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. EDUFBA e ANPARQ, Salvador, 2020. Disponível em: <https://edufba.ufba.br/livros-publicados/catalogo/pesquisa-em-projeto-e-extensao-na-pos-graduacao-em-arquitetura-e>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ANDRADE, Liza Maria Souza de et al. (Eds.). Residência em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS): habitat, agroecologia, economia solidária e saúde ecossistêmica: integrando pós-graduação e extensão. Brasília: FAU, 2022. ISBN 978-65-84854-07-9. DOI 10.29327/577140. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/264>. Acesso em: 10 jul. 2023.

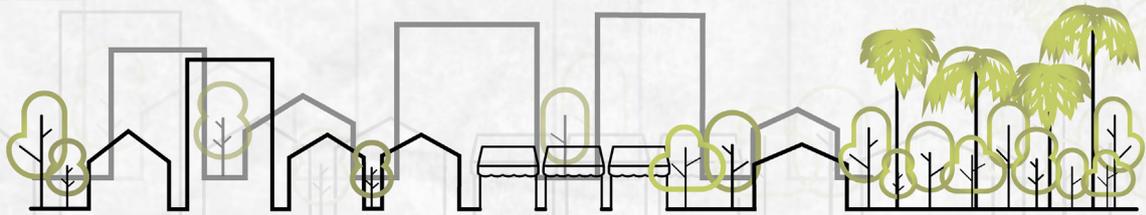
BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Decreto n 8.726, de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Decreto/D8726.htm. Acesso em: 11 jul. 2023.

GORDILHO-SOUZA, Ângela Maria. Moradia Digna e Assistência Técnica: como os estudos, pesquisas e projetos de arquitetura e urbanismo estão avançando? In: Anais IV ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 25 a 29 jul. 2016.

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Apresentada ao PPGAU-FAUFBA, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.



ISBN: 978-65-84854-15-4

BR



9 786584 854154